

**Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de
negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área
metropolitana do Porto**

Claúdia Sofia Gomes Silva

Relatório de Estágio a apresentar ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, realizada sob a orientação da Professora Doutora Elsa Montenegro Moreira Marques

Porto, 2016

RESUMO

O fenómeno da negligência constitui atualmente uma das principais situações de perigo diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em Portugal, representando 34,5% (12329) dos casos diagnosticados em 2013. A gravidade deste problema social é tanto maior quanto considerarmos que a omissão dos cuidados a crianças e jovens compromete a satisfação das suas necessidades, em termos de cuidados básicos e de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio.

São várias as investigações que apontam para a fragilidade das intervenções dirigidas às crianças que se encontram em situação de perigo, desde logo pelo carácter subjetivo com que essas situações são diagnosticadas pelos profissionais que trabalham nos serviços de proteção à infância. A insuficiência de instrumentos de avaliação capazes de objetivar as situações de perigo, assim como os principais indicadores que estiveram/estão na sua origem constitui uma séria lacuna no trabalho desenvolvido pelas equipas de proteção à infância (Rycus e Hughes, 2003; Walsh, 2006; Children's Research Center, 2008).

Os profissionais que trabalham nesta área de intervenção deparam-se, então, com o desafio de construir ferramentas de avaliação dos problemas vivenciados pelas crianças e suas famílias, que confirmem rigor e cientificidade ao exigente trabalho de elaboração de diagnósticos capazes de apreender a complexidade dos fatores que estão na génese das situações de perigo.

A presente investigação parte, assim, das seguintes interrogações: Em que medida os diagnósticos realizados pelos interventores sociais que trabalham no sistema de proteção à infância são elaborados em função da construção teórica dos problemas sociais que as crianças e as suas famílias experienciam? Que procedimentos de recolha de informação e avaliação/identificação dos problemas utilizam? Como definem as medidas de intervenção que aplicam às crianças, jovens e suas famílias? Procuram essas medidas incidir sobre as causas dos problemas ou, pelo contrário, são equacionadas a partir de critérios meramente administrativos?

Em termos de procedimentos metodológicos, privilegiou-se a análise qualitativa dos instrumentos de avaliação que foram utilizados numa CPCJ da área metropolitana

do Porto para diagnosticar situações de perigo em 9 crianças/jovens sinalizadas como estando em situação de negligência.

Palavras-chave: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Crianças e Jovens em Perigo, Negligência, Diagnóstico, Instrumentos de recolha de informação.

ABSTRACT

The negligence phenomenon currently poses a major danger diagnosed by the Commissions for Protection of Children and Youth (CPCJ) in Portugal, representing 34.5% (12.329) of cases diagnosed in 2013. The gravity of this social problem is even greater when considering that the omission of care for children and youth commits their needs satisfaction in terms of basic care and hygiene, nutrition, safety, education, health, affection, stimulation and support.

There are several studies that point to the fragility of interventions targeted at children who are in danger by the subjective matter in with which these situations are diagnosed by professionals working in child protection services. The lack of analysis tools able to objectify the danger, as well as key indicators that were / are in your home, are a serious gap in the work done by child protection teams (Rycus e Hughes, 2003; Walsh, 2006; Children's Research Center, 2008).

The professionals working in this area of intervention, then, are faced with the challenge of building problem analysis tools to evaluate problems experienced by children and their families, to enhance the scientific rigor at the demanding job of making diagnoses able to grasp the complexity of factors that are at the root of danger.

This research starts from following questions: To what extent the diagnoses made by social workers working in the child protection system are designed according to the theoretical construction of social problems that children and their families experience? What procedures for gathering information and assessing / identifying problems use? How to define the intervention measures that apply at children, young people and their families? Seek these measures focus on the causes of the problems or, on the other way, are equated from purely administrative criteria?

In terms of methodological procedures, it was privileged the qualitative analysis of the assessment tools that were used in a CPCJ in the metropolitan area of Porto, to diagnose danger in 9 children who had been flagged as being in a state of neglect.

Key Words: Commissions for Protection of Children and Youth; Children and Youth at Risk; Negligence; Diagnosis; Instruments for collecting information.

RÉSUMÉ

Le phénomène de la négligence est actuellement une des principales situations de danger diagnostiquées par les Commissions de Protection des Enfants et des Adolescents au Portugal, représentant 34,5% (1239) des cas signalés en 2013. La gravité de ce problème social est encore plus grande si nous considérons que l'omission des soins aux enfants et aux adolescents nuit à la satisfaction de leurs besoins, en ce qui concerne les soins élémentaires ainsi que les soins d'hygiène, d'alimentation, de sécurité, d'éducation, d'affection, de stimulation et d'appui.

Plusieurs investigations montrent qu'il existe une fragilité au niveau des interventions dirigées aux enfants qui se trouvent en situation de danger, à cause de la subjectivité inhérente aux situations diagnostiquées par les professionnels qui travaillent dans les services de la protection à l'enfance. L'insuffisance d'instruments d'évaluation capables d'objectiver les situations de danger aussi bien que les principaux indicateurs qui ont été ou sont à leur origine représente un sérieux écart dans le travail développé par les équipes de protection à l'enfance (Rycus e Hughes, 2003; Walsh, 2006; Children's Research Center, 2008).

Les professionnels qui travaillent dans ce domaine d'intervention font face alors au défi d'identifier les instruments d'évaluation des problèmes vécus par les enfants et leurs familles qui confèrent une plus grande rigueur et scientificité au travail exigeant d'élaboration des diagnostics capables d'appréhender la complexité de facteurs qui sont à l'origine des situations de danger.

Cette investigation repose sur les questions suivantes: En quelle mesure les diagnostics réalisés para les intervenants sociaux qui travaillent dans le système de protection à l'enfance sont élaborés en fonction de la construction théorique des problèmes sociaux que les enfants et leurs familles expérimentent? Quelles démarches de collecte d'informations et évaluation/identification des problèmes sont utilisées? Comment sont définies les mesures d'intervention qui sont appliquées aux enfants, adolescents et leurs familles? Est-ce que ces mesures cherchent à trouver les causes des problèmes ou bien, au contraire, elles ne sont pensées qu'à partir de critères administratifs?

En ce qui concerne les procédures méthodologiques, on a privilégié l'analyse qualitative des instruments d'évaluation qui ont été utilisés, dans une Commission de Protection des Enfants et des Adolescents de la région métropolitaine de Porto, pour diagnostiquer des situations de danger par rapport à 9 enfants qui avaient été signalés comme étant en situation de négligence.

Mots clés: Commission de Protection des Enfants et des Adolescents, Enfants et Adolescents en danger, Négligence, Diagnostic, Instruments de collecte d'informations.

Índice

Resumo	III
Abstract	IV
Resumé	V
Índice de Siglas	IX
Índice de Tabelas	IX

Índice Geral

Notas introdutórias: o Exercício de delimitar o objeto de estudo	10
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1. Entre a construção teórica sobre o “perigo” e a construção de modelos de avaliação diagnóstica: articulações ou contradições	16
2. Modelo Ecológico: Identificação dos fatores de risco e dos fatores de proteção da negligência parental	27
3. Breve reflexão a respeito dos dispositivos metodológicos acionados no âmbito do estágio	39
3.1. Delimitação do objeto de estudo	39
3.2. Análise de conteúdo	43
PARTE II – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:	
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
1. Sinalização: comunicação à CPCJ da situação de perigo	47
2. Formulação e interpretação dos problemas: o diagnóstico	55
3. Identificação dos pontos fortes e oportunidades de mudança	74
4. Identificação das Medidas de Promoção e Proteção atribuídas às crianças em análise	76
Considerações Finais	81
Referências Bibliográficas	87
Anexos	94
Anexo I – Tipologia das situações de perigo	96

Anexo II – Guião de Entrevista	102
Anexo III – Entrevista	106
Anexo IV – Acordo de Promoção e Proteção	112
Anexo V – Ficha de sinalização da escola	114
Anexo VI – Guião de Análise da CPCJ – Informatização de dados	119

Índice de Siglas

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

APP – Acordo de Promoção e Proteção

PI – Plano de Intervenção

EBP – Prática Baseada na Evidência

DBP – Prática Baseada em Design

ABP – Prática Baseada na Autoridade

APP – Acordo de Promoção e Proteção

RSI – Rendimento Social de Inserção

MP – Ministério Público

PSP – Polícia de Segurança Pública

CRC – Children’s Research Center

SDM– Structured Decision Making

Índice de Tabelas

Tabela 1: Entidades Sinalizadoras.....48

Tabela 2: Motivo das sinalizações dos processos das nove crianças48

Tabela 3: Formulação e interpretação dos problemas: o diagnóstico58

Tabela 4: Caracterização da situação económica das famílias63

Tabela 5: Rendimentos mensais das famílias através do salário/prestações sociais .65

Tabela 6: Situação habitacional das famílias em estudo66

Tabela 7: Situação escolar das crianças em situação de negligência parental68

Tabela 8: Pontos fortes e oportunidades de mudança74

Tabela 9: Medidas do Acordo de Promoção e Proteção - “*Apoio Junto dos Pais*” .77

Notas introdutórias: O exercício de delimitar o objeto de estudo

A privação de condições de socialização familiar e comunitária constitui, nos dias de hoje, um grave problema social que coloca um grande grupo de crianças e jovens em situações de perigo¹, que o mesmo é dizer, em situações que comprometem a sua segurança, saúde, formação, educação, desenvolvimento ou, em casos mais extremos, diante de danos reais (e não apenas eventuais) em virtude da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem (situações de risco) (Machado e Gonçalves, 2002, Pontón, Franco, e Ramirez, 2006; Roig e De Paúl, 1993).

Tal como nos indicam os dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de 2013, temos vindo a registar no nosso país um aumento das situações de perigo comunicadas às CPCJ's.

De registar que entre 2009 e 2013 o número de situações de perigo sofreu um aumento na ordem de 6,26%. Entre 2012 e 2013, constata-se igualmente um aumento das seguintes situações: *Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança* (23% dos casos em 2012 para 24,5% dos casos em 2013); *Situações de Perigo em que esteja em causa o Direito à Educação* (15% em 2012 para 16,3% em 2013); *Crianças/jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar* (10,9% dos casos em 2012 para 11,1% dos casos em 2013). Em termos gerais, o número de processos ativos no final do ano de 2013 sofreu um aumento de mais de 1592 processos do que em 2012 (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, 2013).

A recorrência e complexificação das situações de perigo em crianças e jovens no nosso país é tanto mais preocupante quanto sabemos que esses condicionalismos sociais não só ameaçam o seu desenvolvimento como comprometem a possibilidade das crianças e jovens virem a ter um “lugar inclusivo” na vida social (Azevedo e Maia, 2006; Silva, 2009).

¹ Uma criança é considerada em situação de perigo quando: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudicial à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99)).

A evolução do número de ocorrências registadas no nosso país traduziu-se numa preocupação crescente em matéria de reflexão teórica a respeito dos fatores que ora potenciam, ora atenuam as situações de perigo a que crianças e jovens têm sido expostos (Calheiros e Monteiro, 2001; Almeida, André e Almeida, 2001; Azevedo e Maia, 2006). Porém, o mesmo não tem vindo a acontecer no que respeita ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos que são utilizados para diagnosticar os problemas enfrentados pelas crianças e jovens.

O *Estudo de Diagnóstico de Avaliação das CPCJ* (Torres et al., 2008) identifica como um dos principais problemas das Comissões a inexistência de procedimentos padronizados de avaliação e de diagnóstico da realidade social onde as crianças e jovens se movem. Reconhecem, pois, os autores deste estudo o carácter subjetivo com que as situações de perigo são definidas, em virtude da insuficiência de guiões institucionalizados de avaliação capazes de conferir o rigor e a objetividade necessários à realização de um diagnóstico psicossocial.

Nesta mesma linha de análise, salientamos os resultados de uma investigação realizada em 2009 a 19 CPCJ's nacionais (Ferreira, 2011). Neste trabalho de investigação, que se baseou na avaliação que os assistentes sociais fizeram ao seu desempenho nas Comissões onde trabalhavam, uma das regularidades encontradas foi precisamente a não utilização sistemática de *instrumentos de recolha de dados* normalizados no desenrolar da sua intervenção².

Não é de estranhar, por isso, que os profissionais das CPCJ tenham expressado a sua *incerteza e insegurança* no decurso do seu desempenho profissional, conforme evidencia o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's, já aqui citado³

² Este é um problema, igualmente, referenciado em diversos estudos internacionais (Cicchinielli, 1995, citado por White e Walsh, 2006; Famer, 1999; Osmo e Benbenishty, 2004; Warner, 2003). De entre as principais vulnerabilidades associadas à atuação dos profissionais que trabalham na área da proteção da infância encontram-se as seguintes: a adoção de procedimentos de avaliação cientificamente pouco sustentáveis e desconhecimento dos fatores de risco identificados na literatura da especialidade; processos de tomada de decisão inconsistentes; insuficiente capacidade de reflexão crítica; dificuldades na construção e adequação dos planos de intervenção, face às características específicas dos casos e à insuficiente preparação dos profissionais.

³ “Existem ainda problemas de avaliação e diagnóstico dos casos mais graves. A difícil distinção das situações de risco e perigo, a falta de critérios normalizados de avaliação e a própria insegurança dos membros derivada destes dois fatores leva a decisões, por vezes, apoiadas em apreciações de carácter subjetivo. Para tal contribui ainda alguma falta de formação específica para trabalhar, especialmente, em casos de abuso sexual, os quais muitas vezes não passam de suspeitas difíceis de confirmar, causando elevado nível de incerteza e angústia aos membros da CPCJ” Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 2008, p.6; Torres, A. (Coord.), Pegado, E., Sarmiento, M., Hilário, A., Freitas, A., Sousa, I., Cruz, R. e Penha, R. (2008) Centro de Investigação e de Estudos de

(Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 2008: 64).

Alguns estudos internacionais de investigação mostram que as ferramentas utilizadas na avaliação do risco revelam superficialidade e imprecisão nos indicadores de que partem (Costin, Karger e Stoesz, 1996; Merrick, 1996; in Osmo e Benbenishty, 2004). Daqui se depreende que as soluções aplicadas pelas equipas de proteção da infância são sustentadas em diagnósticos pouco precisos e ajustados com vista a apreender os reais problemas e necessidades das crianças e, nessa medida, não salvaguardam o interesse superior da criança (Farmer e Owen, 1995). Tal como assinala o relatório produzido em 2001 pelos Serviços Sociais dos Estados Unidos, as respostas aos problemas vivenciados pelas crianças que sofrem de abuso infantil são desadequadas, desde logo porque os instrumentos de avaliação do risco e dos efeitos nefastos que as situações de risco podem causar são muito insuficientes ou, mesmo, inexistentes. A falta de uma estrutura sistemática de recolha de informação acerca da criança e da sua família⁴ tem sido, pois, um problema apontado por vários estudos produzidos por comissões internacionais de avaliação das práticas de intervenção na infância (Audit Commission, 1994; U.S Department of Health, 1995, in Rose, 2001).

De acordo com os estudos até aqui referenciados, as equipas de intervenção na infância continuam a trabalhar afastadas dos reais problemas vivenciados pelas crianças, jovens e suas famílias, o que inviabiliza a elaboração de planos de proteção sustentados nas necessidades das mesmas. Sem poder contar com instrumentos e metodologias de investigação que objetivem os principais indicadores que estão na origem do risco e do perigo, por um lado, e que traduzam com minúcia os efeitos dessas mesmas situações no desenvolvimento das crianças e jovens, por outro, estão reunidas algumas das condições para o insucesso das intervenções dos profissionais que atuam nas CPCJ's.

Reconhecendo os efeitos danosos do problema acima enunciado e a necessidade de se criarem instrumentos de ação profissional que procurem ultrapassar o caráter fragmentado, casuístico e paliativo das intervenções na área da proteção na infância e juventude, a proposta de reflexão aqui apresentada pretende pôr em evidência os meios

Sociologia, *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*: Relatório Final, fevereiro de 2008.

⁴ Um dos instrumentos utilizado no Reino Unido que tem vindo a ser criticado é o “Orange Book”, que é um guião concebido para avaliar e planear as intervenções em casos de abuso infantil, que está longe de conseguir permitir às equipas de intervenção planear e intervir de forma eficaz no âmbito da proteção na infância (Katz, 1997). O mesmo autor observou que este instrumento começou a ser utilizado como uma lista de verificação, não sendo a sua intenção original.

de diagnóstico e de decisão das medidas de intervenção, aplicadas no âmbito do Acordo de Promoção e Proteção (APP) a crianças/jovens e suas famílias, utilizados pelas profissionais de uma CPCJ da área metropolitana do Porto na qual realizámos um estágio de 300 horas.

Em que medida os diagnósticos realizados são elaborados em função da construção teórica dos problemas sociais que as crianças e as suas famílias experienciam? Que procedimentos de recolha de informação e avaliação/identificação dos problemas são utilizados? Qual é a perceção dos técnicos que trabalham nas Comissões de Proteção à infância a respeito do processo de avaliação diagnóstica que realizam junto de crianças e jovens em situação de perigo?

Como são definidas as medidas de intervenção a serem aplicadas às crianças, jovens e suas famílias? Procuram incidir sobre as causas dos problemas ou, pelo contrário, as medidas são equacionadas a partir de critérios meramente administrativos?

Foi a partir destas questões que surgiu o interesse de perceber o tipo de intervenção efetuada pelo Técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face às situações de perigo sinalizadas. A realização do estágio permitiu-nos de forma direta acompanhar e compreender toda a dinâmica da CPCJ.

De forma a contemplar o objeto da presente investigação, desenvolveu-se um estudo empírico, tendo por base um conjunto de orientações teóricas e metodológicas bem delimitadas, de acordo com o seguinte itinerário:

Na parte I, constituída pelo enquadramento teórico, considerámos três dimensões de análise: a *primeira* incide sobre investigações e estudos referentes às situações de maus tratos em Portugal. Abordámos, ainda, o conceito de negligência e quais os seus efeitos (causas e consequências) em crianças e jovens. Ao longo deste ponto fizemos algumas considerações sobre a lei, já que a mesma elucida os profissionais sobre o caminho a percorrer em situações de maus tratos e a identificar as respostas sociais existentes no nosso sistema de proteção social para crianças e jovens em perigo. Apresentámos, ainda, as etapas e algumas das limitações do diagnóstico na avaliação de uma situação de perigo, bem como a importância da utilização de instrumentos que orientem o interventor social no processo de recolha de informação, de forma a questionar a realidade social que se lhe apresenta como evidente. Expomos, ainda, dois modelos de avaliação do risco utilizados nos Estados Unidos que apoiam os técnicos

dos serviços de proteção à criança no momento da tomada de decisão, a saber o modelo baseado no consenso e o modelo atuarial.

Na *segunda* dimensão de análise abordámos investigações que mencionam a relevância dos fatores de risco e de proteção na infância, analisando-os à luz do modelo ecológico. Privilegiámos este modelo dado que, em termos de avaliação diagnóstica, centra a sua atenção na influência dos contextos sociais que envolvem a família e as crianças/jovens no processo do seu desenvolvimento.

Já na *terceira* dimensão de análise apresentámos as opções metodológicas, as questões e os objetivos de investigação, os processos de constituição do grupo de participantes, bem como o instrumento de recolha dos dados utilizado.

Na parte II, apresentámos e interpretámos os resultados obtidos neste estudo. Nela, refletimos, sobretudo, no modelo de avaliação das situações de perigo/risco identificadas em 9 famílias/crianças, principais limites e suas consequências em termos de intervenção.

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Entre a construção teórica sobre o “perigo” e a construção de modelos de avaliação diagnóstica: articulações ou contradições?

As situações de perigo que as crianças e jovens vivenciam nas modernas sociedades desenvolvidas constituem um grave problema social cuja visibilidade desencadeou um conjunto de investigações e de estudos que permitissem compreender melhor a sua natureza, tipologia, extensão e complexidade, bem como as suas causas e as suas consequências.

Segundo o Relatório Anual de Atividade das CPCJ's (2013) em Portugal, o tipo de situação de perigo mais comunicado em 2013 é a negligência parental, apresentando um valor percentual de 25,3% (18910) dos casos. Apesar de se ter verificado uma diminuição de 30% dos casos de negligência no período de 2012 para 2013, esta continua a ser a situação de perigo com maior expressão na sociedade portuguesa. A taxa de incidência deste tipo de mau trato nos EUA é, igualmente, elevada. De acordo com o relatório divulgado pelo Department of Health & Human Services Administration for Children and Families (2012)⁵ 16,78% das situações de perigo diagnosticadas remetem-nos para a negligência parental, seguida do abuso físico com 3,9% e dos abusos sexuais com 1,9%.

A negligência foi considerada pela ciência, durante muito tempo, uma questão com pouca relevância, sendo muitas vezes confundida com pobreza ou uma consequência da mesma (Dubowitz, 2007). Posteriormente, este tipo de mau trato começou a impor-se como objeto de interesse científico devido ao crescente número de casos denunciados aos serviços de proteção de menores (Hildyard & Wolfe, 2002; NAIC, 2001).

A “negligência constitui-se como uma falha provisória das necessidades da criança decorrente de omissões parentais no cuidar” (Calheiros, 2006; Dubowitz et al., 1993); remete-nos para “(...) a privação crónica da satisfação das necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação, saúde e vigilância da criança, o que pode pôr em causa o crescimento e o desenvolvimento normais. Insere-se no maltrato passivo, ou seja, os adultos falham por omissão aos cuidados que a criança precisa para crescer” (Rodrigues, 2008: 35). Dito de uma outra forma, a negligência compreende

⁵ U.S. Department of Health & Human Services Administration for Children and Families Administration on Children, Youth and Families Children's Bureau (2013) *Child Maltreatment* (2012).

comportamentos de omissão regulares “*relativamente aos cuidados com o menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades em termos de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio*” (Magalhães, 2002: 34). Isto significa que as crianças em situação de negligência se encontram em situação em que as suas necessidades físicas e psicológicas básicas não são atendidas por quem cuida delas (pais ou outros responsáveis)⁶. Existem várias definições de negligência. Uma mais restritiva e outras mais abrangentes. Nas mais restritivas, vulgarmente utilizadas pelas instituições de Proteção Crianças e Jovens, encontra-se implícito um sentido de responsabilidade e, portanto, de culpabilização dos pais. Estas são, também, mais fáceis de operacionalizar, porque restringem o conceito e as possibilidades de compreender o fenómeno. As definições mais abrangentes abarcam o conjunto de entidades e instituições que deveriam ser responsáveis pela satisfação das necessidades básicas da criança.

Calheiros (2006) decompõe o conceito de negligência em três dimensões: *a negligência física*, enquanto falta de cuidados básicos à criança ao nível das suas necessidades físicas (habitação, alimentação, higiene, vestuários, acompanhamento da saúde física); *a negligência educacional*, isto é, as omissões parentais relativamente ao acompanhamento escolar, desenvolvimento e saúde mental da criança e, por último, *falta de supervisão* que nos remete para as omissões ao nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento aos filhos menores.

Porém, e apesar do exercício de operacionalização deste conceito por vários autores, ainda há quem reconheça o quão insuficiente tem vindo a ser este exigente trabalho. Conforme aponta Mello (2008), é necessário procurar entender os fatores que conduzem à negligência, numa perspetiva multidimensional, pois o que até aqui temos vindo a assistir é a uma leitura fragmentada deste problema social.

Reconhecer que o problema da negligência parental é, por exemplo, fruto de condições de vida que colocam em causa a sobrevivência de muitas famílias, expostas a diversas manifestações de violência, de desemprego, de precariedade laboral, constitui pois uma abordagem que nem sempre é realizada com a seriedade e rigor científicos necessários. O que acontece, demasiadas vezes, é que muitas das famílias que

⁶ Segundo Reis (2009), Azevedo e Maia (2006), a negligência pode ser classificada como: um comportamento voluntário ou intencional (com a consciência ou intenção de causar danos à criança) ou involuntário ou não intencional (em que há omissão do ato por falta de capacidade em proteger e cuidar da criança, irresponsabilidade, condições socioeconómicas, doença de foro psíquico ou pela ausência de competências parentais adequadas).

negligenciam os seus filhos são frequentemente questionadas acerca das suas competências de proteção dos seus filhos e responsabilizadas inteiramente pelos cuidados que lhes devem prestar, sem se trazer para o debate acerca desta questão, a fundamental presença do Estado como provedor de um sistema de garantia de direitos.

O que queremos aqui realçar é que estamos perante a desvalorização das condições sociais que interferem na capacidade de tantas famílias protegerem os seus filhos e mediante a tendência para qualificar as situações de negligência como o resultado da incompetência de tantos pais, dissociada da sua génese. Como nos alerta Fávero (2007, p: 161) *"o poder, saber profissional pode ter direções distintas... e, em alguns casos, pode traduzir-se em interpretações que deixam submerso o conhecimento das determinações estruturais ou conjunturais, de cunho político e económico, que condicionam a vivência na pobreza por parte de alguns sujeitos envolvidos nesses supostos atos."*

Embora a negligência seja atualmente entendida enquanto problema social⁷, reconhece-se, ainda, o carácter vago e impreciso da sua definição, o que tem vindo a dificultar seriamente o seu trabalho de operacionalização (Manly et al., 1994, in Calheiros e Monteiro, 2000).

Em que categorias e subtipos se pode decompor o conceito de negligência? Quais as fronteiras que a limitam? Como são definidas as necessidades físicas e psicológicas das crianças? Com base em que critérios específicos e indicadores? Será que os instrumentos de diagnóstico que procuram avaliar a negligência partem de uma construção teórica deste problema social (Giovannoni, 1989; Knutson, 1995)?

Investigações americanas recentes têm vindo a investir na construção de instrumentos de avaliação do comportamento parental negligente. Na escala *The*

⁷ A visibilidade dos problemas da infância foi um processo lento, que só a partir de 1974 ganhou alguma forma na medida em que foram surgindo as primeiras leis de Proteção à Infância na Europa. A tomada de consciência pública dos problemas que afetavam a infância (elevado índice de mortalidade, abandono, trabalho infantil, rapto e pedofilia, entre outros) conduziram os Estados a interferirem no processo de socialização das crianças e na vida privada das famílias, no sentido de melhorar as suas condições de vida. A responsabilidade, antes atribuída às crianças, passou a ser transferida para o seu grupo familiar. É, pois, sabido que as práticas parentais negligentes acarretam consequências tais como o hypo-crescimento cerebral, infeções respiratórias ou gastrointestinais, problemas auditivos, visuais ou auto-mutilação da criança; elevados níveis de absentismo e abandono escolar; a ocorrência de sinais como autossuficiência compulsiva, falsa maturidade, dificuldades nas relações sociais e isolamento da criança e ameaça à integridade física da criança (Azevedo e Maia, 2006; Crittenden, 1999; González, 2007, in Camilo e Garrido, 2013). Garnezy (1993, cit. por Sereno, 2011) acrescenta ainda que a acumulação de fatores de risco na vida do indivíduo é uma situação muito negativa, pois podem começar a destruir-se os recursos internos e externos do indivíduo, tendo como consequência a diminuição da resiliência, ou seja, a diminuição da capacidade de *"adaptação positiva em contextos de grande adversidade"* (Luthar, Cicchetti e Becker 2000, cit. por Sereno, 2011:44)

Parent-Report Multidimensional Neglectful Behavior, um instrumento que parte da percepção que a criança tem do comportamento parental⁸ (Neves, 2010), o conceito de negligência é analisado em função de quatro dimensões: a negligência emocional, negligência cognitiva (conceito próximo da negligência com a educação/estimulação), negligência física e negligência na supervisão.

Home Observation for Measurement of the Environment, um outro instrumento que procura avaliar a qualidade e quantidade de experiências de estimulação proporcionadas pelo ambiente familiar às crianças⁹, assim como os recursos existentes na comunidade onde a família está inserida, sublinha a relevância da organização de ambientes familiares estimuladores na determinação de competências posteriores (Cruz et al., 2011). Este último parece-nos uma ferramenta útil para determinar se as necessidades das crianças e jovens estão ou não a ser negligenciadas, desde logo porque parte de indicadores muito precisos a respeito da qualidade das interações e recursos disponíveis no sistema familiar, em função da faixa etária das crianças/jovens¹⁰. Além de permitir detetar a severidade de situações de negligência parental, este instrumento conduz-nos à deteção das determinantes familiares e comunitárias que podem estar na origem de comportamentos parentais omissos por relação às necessidades das crianças e jovens.

Na verdade, para que se possa conhecer e diagnosticar qualquer situação de risco/perigo com a intencionalidade de conceber estratégias de intervenção que a minimizem, importa não apenas constatar os efeitos dos maus tratos a que as crianças possam estar submetidas mas, sobretudo, identificar os fatores sociais determinantes desses mesmos maus tratos (Gomes, 2010). Dito de outro modo, a avaliação do risco só é eficaz quando os profissionais compreendem as condições que levaram à sinalização de certas famílias no sistema de proteção de crianças e jovens, nomeadamente a história individual e dos sistemas de que a família faz parte e os pontos fortes e recursos que a família possui (Cash, 2001). A avaliação do risco/perigo deverá, assim, não apenas

⁸ Referimo-nos à adaptação e validação da escala *The Parent-Report Multidimensional Neglectful Behavior Scale* (P-R MNBS), de Kantor, Holt e Straus (2004), da Universidade de New Hampshire.

⁹ Trata-se do Home Observation for Measurement of the Environment (Home), uma escala construída e revista por Caldwell e Bradley (1984, 2003).

¹⁰ Existem quatro versões-base do Inventário HOME: 0 a 2 anos, 3 a 5 anos, 6 a 10 anos e 11 a 15 anos, assumindo adaptar as características do contexto familiar às crianças com necessidades educativas especiais, forma elaboradas versões adaptadas das versões originais 0-2 anos, 3-5 anos e 6-10 anos para crianças com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora e atraso de desenvolvimento. Da mesma forma, as versões para as crianças mais novas – 0-2 anos e 3-5 anos – foram adaptadas tendo em vista a avaliação de outros contextos não formais frequentados por crianças destas idades, como seja a casa de familiares e a casa da ama (Caldwell e Bradley, 2003).

determinar a severidade da negligência, mas também permitir o conhecimento sobre as dinâmicas familiares e suas condições materiais de existência que conduziram à situação de risco ou perigo (White e Walsh, 2006).

Tal como defende Gomes (2010) é absolutamente imprescindível para quem pretende trabalhar com famílias negligentes avaliar os *“fatores determinantes e explicativos das suas vulnerabilidades. É a identificação destes fatores e destas vulnerabilidades que irá permitir o adequado ajuste entre o diagnóstico e as medidas a propor”* (Gomes, 2010: 68, 69).

Logo, pensar no diagnóstico de crianças e jovens em situação de séria fragilidade social requer, quanto a nós, ultrapassar a visão funcionalista e restrita que remete este instrumento para a mera recolha de indicadores, como se a constatação do problema fosse suficiente. Defendemos, antes, a perspetiva que concebe o diagnóstico enquanto um instrumento de identificação das necessidades, mas também do sistema de ação que as produz e lhes dá um sentido sociologicamente pertinente (Gaulejac et al, 1995; Guerra, 2002).

Como elucida Isabel Guerra *“um diagnóstico pretende responder à questão: por onde passa a satisfação das necessidades sociais de um determinado sistema de ação?”*. Ora a resposta a essa questão requer, por um lado, a construção de uma problemática teórica que explicita os diferentes fatores que contribuem para a formação dos problemas sociais que se pretendem tratar. Pressupõe, assim, uma relação de interação entre as variáveis em presença e a identificação não apenas das vulnerabilidades, mas também das potencialidades/recursos do meio de intervenção, nomeadamente dos que estão disponíveis para a operação em causa. Mas não só. Exige a elucidação de caminhos de ação que devem ser percorridos para atacar esses mesmos fatores, equacionando, pois, respostas e soluções práticas (operacionais) para os problemas e necessidades concretas. Por outras palavras, um diagnóstico requer a formulação de hipóteses sobre os efeitos prováveis de uma ação, fundada sobre a análise dos múltiplos fatores que estruturam as situações sociais que visamos transformar. (Gaulejac et al, 1995).

São várias as investigações internacionais que evidenciam o caráter pouco rigoroso e insuficiente dos diagnósticos realizados por parte das equipas de proteção à infância, desde logo pela fragilidade ou, mesmo, carência de instrumentos que permitam avaliar o risco vivenciado pelas crianças e jovens. Para muitos especialistas, os modelos

de avaliação de risco continuam a ter graves problemas de fiabilidade (Wald e Woolverton, 1990; English e Pecora, 1994; Baird, Wagner, Healy, e Johnson, 1999; Leschied, Chiodo, Whitehead, Hurley, e Marshall, 2003; Gillingham, 2006).

Reconhecendo que a etapa de recolha de informações sobre as crianças e suas famílias é essencial na avaliação diagnóstica – utilizando não só uma variedade de fontes mas também de métodos de recolha de indicadores sobre o risco – a literatura encontrada a este respeito esclarece que os processos de tomada de decisão junto das crianças em situações de risco não são os mais adequados em virtude das falhas e insuficiências existentes na fase inicial de diagnóstico (Rycus e Hughes, 2003; Walsh, 2006; Children's Research Center, 2008).

A necessidade de melhorar a abordagem de tomada de decisão do bem-estar infantil requer, pois, um esforço de precisão, consistência e eficiência dos instrumentos diagnósticos utilizados.

As pesquisas mais recentes divulgadas pelo Children's Research Center (CRC) dão conta da tomada de decisões inadequadas e incoerentes em relação ao bem-estar infantil e à segurança da criança, em virtude dos défices de consistência dos instrumentos de diagnóstico. O uso excessivo de colocações das crianças em instituições de proteção de menores, a manutenção de crianças em contextos familiares comprometedores do seu desenvolvimento ou, em situações mais extremas, em ambientes sociais que poderão conduzir à sua morte, constituem problemas sociais com os quais as agências de proteção de crianças e jovens se devem preocupar. Os erros em termos de intervenção podem ter enormes consequências que vão desde os gastos desnecessários que são investidos no processo de avaliação (tempo, recursos humanos e materiais) até às sérias perturbações físicas e emocionais das crianças/jovens e suas famílias, já para não falar, no limite, da morte de uma criança.

Infelizmente, o que tem vindo a acontecer é que a maioria das instituições de bem-estar da criança contam com poucos recursos para responder eficazmente a um volume crescente e, cada vez mais, complexo de casos que recebem. Pesadas cargas de trabalho e a rotatividade das equipas dirigentes destas instituições são alguns dos constrangimentos que o sistema de proteção da infância se confronta. A necessidade de recursos adicionais é óbvia mas não é o único problema.

Para Schorr (1997, citado por Baird, Wagner, Healy, e Johnson, 1999), a grande maioria dos técnicos dos serviços de proteção à infância pertencem a um grupo com

muitas dificuldades em tomar decisões e com pouca orientação e treino. Nas suas próprias palavras, *“aqueles que estão encarregues pelos serviços de proteção da infância de avaliarem o risco (técnicos dos serviços de proteção) possuem um espectro alargado de formação teórico-educativa, de experiências pessoais e profissionais, manifestam e refletem diferentes valores e perspetivas no seu trabalho. Esta mistura de condições (...) representa uma quase perfeita equação para a alargada disparidade no que diz respeito ao processo de tomada de decisão”* (Baird, Wagner, Healy, e Johnson, 1999: 724).

Este é, pois, um problema identificado no estudo produzido pelo Centro de Pesquisa Infantil a que nos temos vindo a referir: a insuficiência de instrumentos de avaliação diagnóstica capazes de levar a uma maior eficiência e consistência das tomadas de decisão. Isto é, instrumentos que permitam que os profissionais possam avaliar com rigor e precisão as prioridades de intervenção (quais os casos que requerem a retirada da criança da sua família; quais os casos que necessitam de um acompanhamento intensivo ao nível do contexto familiar, etc.) e, nessa medida, garantam a segurança e bem-estar da criança a curto e longo prazo.

Avaliar os comportamentos parentais negligentes requer que os profissionais percebam o nível de dano futuro a que a criança/jovem pode estar exposta e efetuem uma avaliação contextual da criança e do seu funcionamento familiar, numa perspetiva relacional. Dito de um outro modo, uma intervenção eficaz junto de crianças e jovens em risco exige a compreensão das condições que levaram a família para o sistema de proteção, da história individual de cada membro da família, dos restantes sistemas com os quais a família interage, assim como dos pontos fortes e recursos que a família já possui (Cash, 2001). Só desta forma as intervenções podem ser focadas na génese do problema.

Ora, a avaliação das situações de risco só poderá ser realizada com rigor e objetividade se partir de um conjunto de ferramentas que sirvam estes fins. Sem instrumentos que orientem o interventor social no processo de recolha de informação, a prática profissional fica dependente das habilidades intuitivas de quem recolhe as informações, que o mesmo é dizer, fica incapaz de se questionar sobre a realidade social que se lhe apresenta como evidente e, como tal, o risco de incorrer em avaliações preconceituosas e imparciais é elevado. Dito, ainda, de uma outra forma, a tendência

para procurar evidências consistentes com a conclusão que os profissionais acreditam ser correta impede-os de ver pressupostos contrários.

Por outro lado, importa reconhecer que não existe uma única ferramenta capaz de avaliar com precisão a complexidade de cada tipo de situação de perigo (Schene, 1996, Shlonsky e Wagner, 2005). Como referem Goddard, Saunders, Stanley e Tucci (1999), nenhum modelo de leitura e apreensão da realidade pode abarcar a sua complexidade ou, se preferirmos, o seu carácter “total”. Este pressuposto teórico conduz-nos a questionar a utilização exclusiva de um único instrumento de avaliação do risco por parte de muitos interventores sociais. O que queremos aqui salientar é precisamente o carácter limitado e restrito de alguns diagnósticos psicossociais, desde logo por se basearem em informações recolhidas a partir de um único instrumento de avaliação incapaz de englobar a complexidade, globalidade e totalidade da realidade social. Na medida em que privilegiam algumas dimensões da vida da criança em detrimento de outras, os instrumentos de recolha de informação utilizados pelos interventores sociais devem ser entendidos enquanto ferramentas a serem usadas de forma complementar e não exclusiva, sob pena de induzirem os profissionais a leituras simplistas e fragmentadas sobre os problemas sociais.

No estudo que realizaram a respeito de dois modelos de avaliação do risco amplamente utilizados no Estados Unidos pelos serviços de proteção de crianças e jovens¹¹, Baird e Wagner (2000) apontam, precisamente, para as vantagens da utilização complementar dos dois modelos. Concluem os autores que a utilização exclusiva de cada um deles acarreta consequências negativas na avaliação do risco, entre elas a inconsistência no tipo e número de variáveis utilizadas.

Centremo-nos no primeiro modelo de avaliação – o modelo baseado no consenso –, um modelo que se socorre de instrumentos de identificação e avaliação do risco, construídos com base nas experiências clínicas consensuais dos profissionais. Trata-se de um modelo que integra os saberes, conhecimentos e experiências dos profissionais a respeito dos problemas. A perceção/avaliação consensual dos interventores sociais a respeito dos problemas com os quais se confrontam no seu trabalho de proteção de

¹¹ Referimo-nos ao modelo consensual cujo instrumento de avaliação do risco utilizado é a WRAM (matriz de avaliação do risco de Washington) e o modelo atuarial que engloba instrumentos diversos, designadamente o Structured Decision Making (SDM). A WRAM (matriz de avaliação do risco de Washington) é um exemplo de um instrumento consensual que considera os seguintes domínios: características das crianças, gravidade do abuso ou negligência, se estas situações de perigo são de origem crónica, características dos progenitores, relação cuidador – criança e fatores sócio económicos.

crianças e jovens parece ser suficiente para se avançar com medidas concretas de intervenção junto dos mesmos. Ameaças homicidas, por exemplo, ou outras situações que sejam entendidas unanimemente pela equipa de profissionais são, neste modelo, reconhecidas e, por isso, encaradas como um dado a ter em consideração para equacionar medidas de ação.

Não é, pois, por acaso que lhe são apontados vários limites, nomeadamente ao nível da validade e confiabilidade das informações, uma vez que este modelo baseia-se na sabedoria prática dos profissionais disposta ordenadamente num formulário (Cash, 2001).

Já o segundo modelo de avaliação do risco – o *Sistema atuarial* – socorre-se de ferramentas que ajudam a identificar fatores de risco para o desenvolvimento das crianças e jovens. Nesta abordagem aplicam-se procedimentos de pesquisa para identificar um conjunto de fatores de risco, partindo de informações precisas sobre as crianças e suas famílias (Shlonsky e Wagner, 2005).

Um exemplo de instrumento atuarial é a ferramenta de avaliação de risco Structured Decision Making (SDM), utilizado pelas instituições em matéria de proteção da infância nos EUA e Austrália e que foi desenvolvido pelo Children's Research Center (CRC)¹². Este instrumento procura avaliar o risco baseando-se em evidências que garantem um maior nível de consistência e validade na avaliação e processos de tomada de decisão. Inclui duas subescalas de dez itens cada – uma para o risco de negligência e outra para o risco de abuso físico ou abuso sexual. Através da pontuação da subescala as famílias são classificadas numa das categorias: baixa, moderada, alta ou muito alta (D'Andrade et al., 2005, Stewart e Thompson, 2004, in White e Walsh, 2006).

Este modelo (SDM) é regulado por alguns princípios. Um deles é o de que as decisões podem ser mais ajustadas se partirem de critérios específicos de avaliação das

¹² CRC é uma divisão do Conselho Nacional de Crime e Delinquência – National Council on Crime and Delinquency (NCCD) – que foi estabelecido em 1907 para ajudar as agências públicas e privadas, a apoiar a juventude delinquente. O NCCD é um dos conselhos mais antigos de pesquisa sem fins lucrativos dos Estados Unidos. O NCCD foi pioneiro no uso estruturado de instrumentos de avaliação e tomada de decisão nas agências juvenis e na justiça criminal. Após a conclusão bem-sucedida de um modelo de avaliação de risco para a população delinquente do Alasca em 1986, a agência de serviços sociais do Alasca pediu NCCD para trabalhar com a equipa de serviços protetores da criança (CPS) para conceber um sistema que iria fornecer o mesmo nível de estrutura para o CPS. Muitas crianças que são abusadas e negligenciadas, acabam mais tarde por se envolver em situações delinquentes, terminando em prisões, cadeias, escolas de formação e programas de abuso de substâncias. Para conter o ciclo de crime e violência nos Estados Unidos, as organizações como NCCD devem se concentrar na melhoria dos serviços prestados. A missão do CRC é a de prosseguir os esforços de pesquisa e avaliação do bem-estar da criança e ajudar as agências a melhorar os seus serviços.

situações, isto é, de procedimentos de avaliação altamente estruturados a partir dos quais todos os trabalhadores sociais possam recorrer. Um segundo princípio prende-se com o facto de essas mesmas avaliações permitirem uma análise dos diversos sistemas sociais em que as crianças e os jovens estão inseridos. O terceiro refere-se à correspondência que deve existir entre os resultados do processo de avaliação diagnóstica e as prioridades de intervenção. Em termos mais concretos, os casos de risco que são avaliados como graves devem ser uma prioridade da instituição em termos de atribuição de recursos para as famílias e crianças que deles necessitam. Além disso, e atendendo ao facto de que as prioridades de intervenção não devem ser reconhecidas apenas “no papel” mas sim “na ação”, este modelo propõe a implementação de serviços e normas diferenciais associados a cada tipo de caso. Se os serviços fossem diferenciados por nível de risco, ser-lhes-ia atribuído um nível de responsabilidade que, tão frequentemente, carece nas organizações que se dedicam a lutar pelos direitos das crianças. Em suma, este modelo baseia-se no pressuposto de que a extensão dos recursos que devem ser dirigidos à intervenção na infância devem partir dos dados de avaliação obtidos e não a partir de questões meramente administrativas e orçamentais (Children’s Research Center, 2008).

Porém, são também reconhecidas várias críticas a este modelo. Uma primeira crítica que é apontada a esta abordagem é a de que tende a avaliar apenas um número limitado de fatores, ignorando os que são específicos a cada caso individual, isto é, fatores idiossincráticos potencialmente cruciais. Reconhece-se, pois, que há uma tendência para se concentrar em fatores relativamente estáticos, como se o risco não fosse um fenómeno que devesse ser entendido de forma dinâmica e processual, o que leva a previsões passivas. As abordagens atuariais podem, ainda, excluir fatores cruciais de risco designadamente fatores que, por não terem sido provados empiricamente, são excluídos da avaliação. Ora, à luz do modelo consensual existem muitas situações que assumem alguma lógica e sensatez que deve ser tida em consideração (por exemplo, ameaças homicidas). Nessa medida, o julgamento clínico nunca pode ser eliminado de qualquer processo de avaliação do risco. Como Ereth et al. (2003:3 citado em D’Andrade et al., 2005: 29) referem “*um assistente social pode sentir coisas que um instrumento atuarial ignoraria ou não poderia empregar... Muitas características de seres humanos simplesmente não podem ser quantificadas empiricamente e modelos atuariais facilmente não contam para o evento raro.*”

As abordagens atuariais contam, ainda, com a dificuldade de generalização dos seus resultados: estão construídas para prever um resultado específico, durante um período de tempo específico numa população específica e, quando aplicados em contextos distintos, podem levar a decisões não ideais (Gottfredsen e Gottfredsen, 1996 como citado em Doyle e Dolan, 2002).

Em suma, os instrumentos de avaliação de risco que se enquadram neste modelo devem ser entendidos como uma ajuda para a tomada de decisão, com o intuito de aperfeiçoar o julgamento clínico, em vez de ser entendida como uma abordagem concorrente com o modelo consensual (Shlonsky e Wagner, 2005; Ereth et al., 2003; Fuller et al., 2001; Munro, 1999). Importa conhecer, pois, a complementaridade dos dois modelos sinteticamente aqui apresentados.

O esforço para desenvolver instrumentos de diagnóstico capazes de apreender a extensão e os determinantes sociais do risco e do perigo é, portanto, uma condição urgente se quisermos diminuir e superar os seus efeitos nefastos em tantas crianças e jovens.

2. Modelo Ecológico: identificação dos fatores de risco e dos fatores de proteção da negligência parental

Concluímos o ponto anterior admitindo que para efetuar uma intervenção eficaz nos fatores de risco que contribuem para o desenvolvimento de práticas parentais negligentes, é importante que os mesmos sejam previamente identificados, assim como as forças que protegem as famílias e seus filhos de condicionalismos sociais impeditivos do seu crescimento, no sentido de evitar a rutura definitiva (Martins, 2005; Tribuna & Relvas, 2002). Esta intervenção é especificada na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) que prevê a aplicação de medidas de apoio junto dos cuidadores, nomeadamente apoios de natureza psicopedagógica, social e económica (artigo 39º), prevendo igualmente a aplicação de ações de educação parental visando um melhor exercício de funções parentais (artigo 41º).

Partindo deste mesmo pressuposto, consideramos agora útil dar conta de alguns dos modelos de análise que procuram organizar os fatores que, ora comprometem o desenvolvimento da criança (designados comumente por fatores de risco), ora a protegem (considerados fatores protetores).

É reconhecido de forma generalizada entre os profissionais, que uma multiplicidade de fatores de risco e fatores protetores estão associados à ocorrência/não ocorrência de negligência contra a criança e/ou jovem (Brown et al., 1998). Deste modo, a presença dos múltiplos fatores de risco, proporcionam um aumento das situações de negligência parental (Brown et al. 1998; Rutter, 1979; Sameroff, 1989).

Centremo-nos, então, nos fatores de risco, isto é, nas condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis para o desenvolvimento da criança e/ou jovem (que colocam em causa a sua saúde, bem-estar e desempenho social) tornando-os vulneráveis às diversas formas de violência (Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz, 2002 e Santos e Ferriani, 2007).

Procurar as variáveis dependentes do fenómeno da negligência parental é um exercício que, quanto a nós, requer uma visão marcadamente sociológica. O que queremos dizer é que, ao contrário das ideias que são veiculadas pelo conhecimento do senso comum¹³, os comportamentos parentais que nos remetem para a omissão na

¹³ É comum considerar a negligência como o resultado da má índole dos pais, da displicência dos mesmos em relação aos seus filhos ou, mesmo, de fatores de ordem biológica. As mensagens que são veiculadas pelos meios de comunicação social legitimam diariamente esta interpretação a respeito das causas que estão na origem da negligência.

prestação de cuidados dos pais em relação aos seus filhos só podem ser corretamente entendidos se os considerarmos dependentes de fatores de ordem social.

Segundo Amaro (2006), fatores sociais como a pobreza, o desemprego, a baixa qualificação profissional são fatores que contribuem para um desempenho parental negligente, desde logo pelo facto das famílias estarem privadas do acesso a recursos básicos, como a saúde, a educação e o trabalho, o que limita seriamente as suas possibilidades de garantir a prestação dos cuidados necessários para um ajustado desenvolvimento infantil (Fonseca, 2004; Miranda e Zamora, 2009; Garbarino, 1980; Strauss 1979; Whipple et al., 1991; Kotch et al., 1999). A desestruturação familiar deve ser vista, nestes casos, como a consequência de uma combinação perversa de privações¹⁴ que não pode deixar de ter um impacto devastador na vida psicológica dos indivíduos (Bourdieu, 1993). Na linha do pensamento bourdieusiano, podemos dizer que as condições materiais de vida dos indivíduos influenciam os hábitos da família, os seus comportamentos, os seus valores: alterações nas primeiras podem gerar mudanças nas estratégias de sobrevivência das famílias. A revolta inicial da família pode ceder o lugar ao conformismo, pode baixar o seu nível de aspirações, pode esbater a sua capacidade de iniciativa, enfraquecer a sua auto-confiança, modificar a rede de relações da família. Esta não é a história de todos os indivíduos em situação de pobreza, mas o percurso a que a privação profunda e persistente pode levar.

As condições adversas que os pais enfrentam no seu quotidiano podem dificultar o estabelecimento de relações significativas com os filhos, seja pela sobrecarga que representa a luta para vencer os obstáculos quotidianos, seja pela falta de recursos que podem contribuir para uma prestação de cuidados menos confortável e gratificante. As reações e as estratégias implementadas pelos indivíduos para fazer frente aos problemas que vivenciam são diferentes: o que provoca num indivíduo o retraimento sobre si próprio e o isolamento, levará outros à agressividade, à fuga no alcoolismo ou à mobilização de todos os recursos para sair da situação.

Acusar os pais de serem os únicos e principais responsáveis pela negligência em relação aos seus filhos é um caminho demasiado fácil e muito pouco rigoroso, desde logo porque nos atira para interpretações individualistas a respeito do fenómeno da negligência. Se considerarmos que a falta de cuidados às crianças está, tantas vezes,

¹⁴ De um modo geral, uma situação de privação é caracterizada por privação múltipla, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transporte, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc.

associada à absoluta carência de recursos por parte das famílias, logo vemos quão simplista é a visão de quem olha para a negligência enquanto um fenómeno dependente de fatores de ordem individual, como tantos estudos oriundos do campo disciplinar da psicologia fazem crer¹⁵. É, pois, necessário considerar os fatores dependentes do contexto onde vive a família, quais as suas condições de habitabilidade, quais as redes sociais que encontram no seu habitat residencial, que oportunidades têm tido para que a sua inserção no mercado de trabalho seja qualificante e, mesmo, para aceder aos recursos necessários em ordem à criação de estímulos adequados ao desenvolvimento dos menores (Azevedo e Guerra, 1993). Por outras palavras, é necessário entender a negligência em estreita relação com a privação material de existência das famílias. Não falamos apenas de carência de rendimentos, mas também de privação de poder, de oportunidades e de capacidades para intervir no meio social, para assegurar a vida de uma forma considerada digna em determinadas condições sócio históricas (Carneiro, 2005). Ser pobre significa estar exposto a um conjunto de condições adversas à realização da pessoa, tornando-a incapaz, muitas vezes, de fazer frente aos desafios da sua situação social e económica. Note-se que, a inserção no mundo do trabalho (situação económica) tornou-se um critério e uma norma da integração social. Além de ser um meio de aquisição de rendimentos, garantia da participação económica na vida social, ainda é vista como um meio de construção identitária, mais forte do que qualquer outro tipo de pertença. Quando as famílias se encontram em situação de desemprego são avassaladas pela incerteza relativamente ao futuro, por sentimentos de ansiedade suscetíveis de afetar duradouramente o equilíbrio e os relacionamentos familiares. Devido ao carácter estruturante atribuído ao *trabalho*, o desemprego acarreta um profundo sentimento de desorientação e de desencontro nas relações inter-pessoais, podendo conduzir à apatia e ao retraimento em relação a qualquer forma de vida social.

A ampla literatura já produzida sobre este problema social esclarece que as famílias que vivem em situação de pobreza demonstram, frequentemente, falta de

¹⁵ Para autores como Sereno (2011), Antunes (2011), Magalhães (2005, 2010), bem como Ribeiro e Sani (2009), os fatores de risco podem dividir-se em quatro categorias: (1) *individuais*, que dependem do género, da inteligência e da personalidade; (2) *familiares*, que podem resultar de acontecimentos como o divórcio, a ausência parental, a violência doméstica e o abuso de substâncias ilegais; (3) *escolares*, em que a criança tem dificuldade em adaptar-se ao meio escolar, apresenta dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar; e, por fim, (4) *relativos à comunidade*, que podem advir da violência, das dificuldades económicas, do consumo de drogas e das infeções sexualmente transmissíveis, entre outros. Ainda que os autores referenciados considerem, nesta tipologia, fatores de ordem social (tais como os fatores familiares, escolares e relativos à comunidade), o que é certo, é que o foco principal da sua análise é centrado na consequência do problema, descurando os mecanismos sociais que conduziram as famílias a adotarem comportamentos negligentes.

autoestima, internalizando uma imagem negativa delas próprias (o que dificulta o desenvolvimento das suas potencialidades) e sentimentos de apatia e fracasso associados às dificuldades de suprir as necessidades dos filhos (Lacharité; Ethier, 2002; Manso, 2002; Pires; Myazaki, 2005; Merrit, 2009).

De acordo com Sousa, L. (2005,07), as famílias afetadas quotidianamente por contextos de pobreza e exclusão social encontram-se num limiar onde muito dificilmente conseguem aceder a serviços e bens essenciais para satisfação de necessidades básicas, já para não falar em tantos outros domínios de participação social. Ora, a pobreza é um fator de risco para práticas parentais negativas e fraco desenvolvimento das crianças. Neste contexto, têm maiores probabilidades de desenvolver comportamentos desajustados, perante situações e fatores de risco.

O que as impede de conseguirem um desenvolvimento saudável e adequado aos problemas e crises com que se deparam, e que são comuns a todas as famílias, é o facto de não terem oportunidades de desenvolverem competências de resolução das tarefas. Os próprios serviços sociais e políticas sociais de ajuda e intervenção são frequentemente desagregados e perpetuadores dos comportamentos sintomáticos destas famílias (Kotch et al., 1999). O controlo e a saída de uma situação difícil, ou de uma crise, dependem evidentemente das possibilidades objetivas que o sujeito tem para agir, ou seja, da imagem e confiança em si próprio, sustentadas nas suas possibilidades de ação. Numa situação de pobreza, desemprego ou de rutura social temporária, o mau viver decorrente das privações materiais é redobrado pela rejeição e pelo desprezo de que os indivíduos são objetos. A pobreza não é obrigatoriamente vivida negativamente se a identidade pessoal e a do grupo for preservada.

Porém, nos casos onde isso acontece, as funções parentais deterioram-se na sua vertente protetora e socializante, dando origem a práticas de negligência e abandono. Os filhos são, algumas vezes, parentificados, sendo os irmãos mais velhos, especialmente os do sexo feminino, a assumirem muitas das tarefas que correspondem aos progenitores (Sousa, 2005; Gómez et al., 2007). As regras inexistentes e a casa de família é, muitas vezes, o reflexo deste tipo de comunicação: caótica e desagregada.

Em suma, o que queremos aqui dar conta é de que negligência parental e privação material da existência são fenómenos que andam de mãos dadas. Se é certo que a pobreza por si só, não garante que a negligência se instale nas relações entre

progenitores-crianças¹⁶, a maioria das situações de negligência detetadas em Portugal (e não só) evidencia a correlação entre condições objetivas de vida marcadas por situações de pobreza/exclusão social e a negligência parental.

O estudo sociodemográfico sobre negligência infantil elaborado por Bazon, Mello, et al. (2010) concluiu que o grupo de cuidadores negligentes é constituído por famílias com menos recursos económicos, pertencentes a classes sociais mais baixas e com um maior número de membros desempregados. Outro estudo desenvolvido no Brasil também demonstrou que em casos onde as crianças foram retiradas do seio familiar se verificaram, igualmente, problemas relacionados com baixos rendimentos, desemprego e situações de habitabilidade precárias e violentas (Cunha, 2006). Theodore et al. (2007), utilizando os resultados de uma pesquisa telefónica anónima realizada junto de mães de crianças/jovens dos 0 aos 17 anos, nos Estados Unidos, revelaram, da mesma forma, que crianças que foram consideradas “*em risco de negligência*” (viviam a experiência de falta de comida, dificuldade de acesso a cuidados médicos e supervisão inadequada) eram oriundas de famílias que experienciavam situações de pobreza.

Ao longo do estágio realizado na CPCJ da área metropolitana do Porto e das 30 famílias acompanhadas, pudemos dar conta desta mesma correlação. Os agregados familiares que evidenciaram comportamentos que comprometiam o desenvolvimento dos seus filhos possuíam baixos rendimentos, sobrevivendo ou com salários mínimos (11 famílias), ou com a prestação do RSI (5 famílias) ou, então, com subsídios de desemprego ou prestações de invalidez (10 famílias), insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas dos seus membros, deixando-os expostos a situações de vulnerabilidade e, até mesmo, de pobreza e/ou de exclusão social.

De ressaltar, porém, que a negligência não é exclusiva em agregados familiares privados do leque de recursos e oportunidades que garantem a inclusão social. As famílias com condições mais favoráveis, em matéria de oportunidades, podem igualmente adotar condutas que comprometem o desenvolvimento dos seus filhos. Nas classes sociais melhor situadas na hierarquia social, os riscos podem decorrer da adoção de determinadas práticas, tais como a diluição dos papéis parentais, a tendência para associar a liberdade dos filhos à ausência de limites, a prevalência dos desejos individuais em detrimento das normas morais que valorizam o coletivo, a supremacia da

¹⁶ A negligência está, igualmente, presente “*em famílias com recursos económicos e culturais elevados, (...) sobretudo nos níveis de ausência de afeição, falta de atenção, indiferença e de expectativas inadequadas face à idade da criança*” (Dias, 2004: 108).

ideologia consumista, segundo a qual a afirmação da pessoa depende mais do ter do que do ser, o investimento na carreira e no sucesso social e a pouca disponibilidade para a função parental, a exigência de determinados padrões de comportamento que não permitem à criança a liberdade de o ser. Ora, nestas famílias, a falta de disponibilidade parental pode conduzir à circunstância dos valores materiais se sobreporem aos valores da comunicação, da intimidade, da partilha, da busca e aceitação de si próprio e do outro. Por outro lado, a probabilidade de estabelecer relações precoces seguras e estáveis pode ficar comprometida. Sabe-se, hoje em dia, que um padrão de vinculação inseguro constitui um forte constrangimento a um desenvolvimento equilibrado de uma criança, tornando-a mais vulnerável aos obstáculos do crescer e do viver, a indisponibilidade parental, transversal à estrutura social, constitui um evidente fator de risco para as crianças e jovens (Anatrella, 2004).

Figueiredo et al. (2002) consideram que a procura dos fatores protetores resultou da constatação empírica da existência da quebra da transmissão intergeracional dos maus tratos, assim como de crianças, jovens e adultos que não desenvolveram perturbações na sequência dos maus tratos sofridos. Contudo, o risco e a proteção são *“faces solidariamente implicadas na relação sujeito-mundo”* (Martins, 2004: 31).

Os fatores de proteção podem ser entendidos como um atributo ou característica individual, condição situacional e/ou contexto ambiental que inibe, reduz ou atenua a probabilidade de desenvolver uma psicopatologia ou outra condição (Moreira, 2001). Os *fatores protetores* referem-se a recursos sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco (Sapienza e Pedromônico, 2005) e que funcionam como um *“escudo para favorecer o desenvolvimento humano, quando pareçam sem esperança de superação por sua intensa ou prolongada exposição a fatores de risco”* (Grünspun, 2002: 167).

Muito sucintamente, podemos definir fatores de proteção como um conjunto de variáveis que visam evitar o aparecimento, a intensificação e a reincidência de situações problemáticas, podendo ser reconhecidos como fatores que promovem aspetos positivos.

Benard (1995, cit. por Sereno, 2011) refere, por exemplo, que existem três processos de proteção a situações de risco/perigo: o relacionamento afetivo, as elevadas expectativas e as oportunidades de participação, isto é, a capacidade de tomar decisões. Por outro lado, Rutter (1987) identifica quatro processos importantes para o

desenvolvimento de fatores de proteção que são: (1) a redução do confronto com as situações de risco; (2) a diminuição das respostas negativas em cadeia; (3) a manutenção da autoestima e autoeficácia e o (4) fortalecimento das oportunidades para mudar os efeitos de *stress*. Na mesma ordem de ideias, Grilo (2004) defende como fatores de proteção a existência de um alto Quociente de Inteligência (Q.I) da criança, a história positiva da relação com os pais, talentos especiais ou, ainda, a capacidade em exercer atração física e competências interpessoais. Já no que se refere ao nível da família, os fatores de proteção passam pela promoção de um desenvolvimento saudável da criança, suporte do outro elemento do casal e segurança económica (Grilo, 2004).

Poderíamos aqui citar tantos outros autores da área disciplinar da psicologia que as ideias lançadas a este respeito não seriam muito díspares das que até aqui enunciámos. O que até aqui pudemos constatar é que, não raras vezes, os autores elencaram um conjunto de fatores protetores de forma dissociada das condições sociais que os produziram e produzem, o que nos leva a considerar esta abordagem muito pouco esclarecedora quanto aos condicionamentos sociais que são necessários criar para inverter as situações de risco/perigo. Arriscar-nos-íamos mesmo a dizer que esta linha de pensamento apresenta muitas similitudes com alguns dos obstáculos epistemológicos ao conhecimento científico, designadamente o individualismo ou o naturalismo.

Consideremos, por exemplo, o fator protetor *“história positiva da relação da criança com os pais”*. Não seria mais importante dedicarmo-nos a estudar quais foram os mecanismos sociais que podem favorecer essa história positiva, com vista a procurar desencadear estímulos sociais que garantam essa mesma relação? Qual o interesse em identificar o fator protetor isolado da sua génese e o modo de formação, como se a sua simples identificação nos conduzisse à mudança do problema?

Conforme alertam numerosos autores (Escartín, Palomar y Suárez, 1997, Guerra, 2002, De Robertis, 2003), o trabalho de diagnóstico psicossocial é indissociável da construção de sínteses teóricas interdisciplinares adequadas à compreensão da imbricada relação entre condições objetivas e realidade subjetiva, isto é, entre as condições de existência em que os indivíduos crescem e vivem e a construção da sua subjetividade. Falamos, muito em particular, da necessidade de compreender a relação que existe entre as oportunidades e meios/condições de vida das pessoas (não só materiais, mas também relacionais e simbólicos) e os seus modos de conceber, pensar, sentir e atuar (n)o mundo.

Para compreender as causas que estão na génese dos problemas que afetam os menores, assim como os seus fatores protetores, é necessário não dissociar as crianças e jovens dos contextos sociais em que estes se movem. Este é, pois, um dos princípios defendidos pela abordagem sistémica, isto é, o da necessidade de estudar o indivíduo e a sua interação com os outros sistemas, reconhecendo as capacidades e potencialidades evolutivas de cada um dos sistemas. A perspetiva sistémica recusa ver o sujeito como causa das dificuldades de integração nos contextos em que o sintoma (ou disfunção) surge (Wright e Leahey, 2002). Esta teoria é aplicada nos sistemas sociais, nomeadamente em grupos, família e sociedade. O valor da teoria dos sistemas está no facto de lidar com “totalidades”, em vez de tratar apenas partes do comportamento humano ou social (Hanson 1995, in Payne 2002).

Parece-nos, por isso, pertinente reter aqui os contributos da teoria dos *sistemas*¹⁷ que aceita e analisa as ordens sociais existentes, o que faz com que se articule a estrutura pessoal/individual com a estrutura institucional. Esta teoria não rejeita teorias ao nível do comportamento humano embora permita a sua incorporação num enquadramento mais abrangente. De acordo com alguns dos autores defensores desta teoria, a complexidade dos comportamentos negligentes deve ser inscrita numa ordem mais global ou “total” do problema, evitando assim focarmo-nos, apenas, em partes do comportamento humano ou social (Hanson 1995, in Payne, 2002). O que queremos aqui salientar é não só a utilidade desta teoria na explicação dos comportamentos humanos, mas também na identificação de eixos de intervenção e de trabalho junto das famílias e dos sistemas em que elas se inserem. Desta forma, consideramos que a teoria sistémica deveria ser um suporte teórico à prática os profissionais que trabalham diretamente com as famílias e crianças em situação de perigo, desde logo por fornecer importantes elementos para pensar nas intervenções de forma “global”. Compreender a família como um “sistema”¹⁸, como um “*todo*” significa compreender que se devem operar mudanças nos diferentes contextos em que as famílias participam e não apenas, como tantas vezes se faz, atuar nos indivíduos que compõem o sistema familiar.

A família como sistema goza das mesmas propriedades dos sistemas abertos (Bertalanffy, 1972), uma vez que deles recebe um conjunto de influências ao mesmo

¹⁷ “é uma teoria biológica que propõe que todos os organismos são sistemas, compostos por subsistemas, os quais são, por sua vez, parte de super-sistemas” (Payne 2002: 195).

¹⁸ Segundo Sampaio (1985: 11-12) a família como um sistema é “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”.

tempo que influencia. Neste sentido, existe a ocorrência de interações com os outros sistemas circundantes, ou seja, a escola, o trabalho, os amigos, os vizinhos, uma relação circular que afeta a sua organização. O comportamento de cada um dos seus membros é indissociável do comportamento dos restantes e aquilo que lhe acontece afeta a família no seu conjunto (tanto ao nível dos indivíduos como das relações do sistema).

O modelo sistémico, aplicado à intervenção com famílias, considera, igualmente, a pertinência do uso de diferentes técnicas que apreendam o “*equilíbrio (homeostase)*” do sistema familiar na sua relação com os restantes sistemas. São elas o genograma familiar, a entrevista, a observação dos comportamentos familiares em interação com outros sistemas e a dinâmica de grupo. A visão sistémica requer uma mudança de observação do mundo e da realidade social, analisando os problemas psicossociais dos indivíduos em estreita articulação com o meio social envolvente.

Uma outra teoria que procura analisar o indivíduo dentro da rede de relações que este estabelece com os outros e com o meio envolvente é a teoria social ecológica. Nesta abordagem teórica, procura-se compreender as relações entre os vários contextos sociais e atender aos seus efeitos conjuntos. Não se trata tanto de isolar os fatores de risco considerados críticos, independentemente das ligações entre si, mas de atender aos seus efeitos conjuntos e às suas relações e combinações (Malpique, 1999). O risco deve ser analisado não apenas em termos das suas consequências, mas também em termos das oportunidades socioculturais, onde as redes de apoio social desempenham um papel imprescindível. Desta forma, o principal objetivo do trabalho social deve ser o de fortalecer as capacidades adaptativas das pessoas e influenciar os seus ambientes de forma a que as transações sejam mais adaptativas (German e Gitterman, 1980).

Ainda de acordo com este modelo, a adoção de uma conduta resulta da interação do sujeito com o meio, deriva dos processos de socialização que cada sociedade impõe aos seus membros, por intermédio das diferentes instâncias que proporcionam à criança a aprendizagem e interiorização de uma cultura.

No modelo de Belsky (1980, 1984) são tomados em consideração o contributo de três domínios que geram influências nas competências parentais e que podem ser considerados subsistemas que atuam entre si. São eles: as características da criança, as características parentais e os fatores familiares e sociais de suporte.

O modelo ecológico do mau trato infantil proposto por Garbarino (1980) explica o fenómeno através de vários fatores. Para além dos que nos remetem para a

predisposição de tipo individual, familiar, social e cultural, aponta ainda fatores de mediação representados pelas redes de apoio e de ajuda social, bem como fatores desencadeantes que dizem respeito às diferentes etapas da vida, às interpretações e às perceções que os sujeitos têm dos acontecimentos que provocaram situações de vulnerabilidade nos menores.

No modelo ecológico, os riscos e as oportunidades para as crianças e jovens são analisados a partir de vários sistemas que, de acordo com Bronfenbrenner (1996), devem ser os sistemas mais relevantes para o desenvolvimento das crianças e jovens. Citando o próprio autor, “(...) *os aspetos do meio ambiente mais importantes no curso do crescimento psicológico são, de forma maioritária, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação*” (1996: 18). São eles ambientes que se inscrevem em quatro tipos de sistemas: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

De acordo com Breia, Almeida e Colôa (2004), microsistema diz respeito aos contextos próximos da criança bem como às interações que a mesma aí estabelece (ex.: a família, a escola...). O mesossistema diz respeito à interação estabelecida entre os elementos do microsistema (ex.: relações entre a família e os técnicos). O exossistema refere-se aos componentes das estruturas sociais que, apesar de estarem distantes da criança, têm impacto nos meso e microsistema (ex.: serviços locais, serviços públicos, serviços de saúde, igrejas, transportes, os media, organizações locais). O macrosistema engloba todos os outros ecossistemas e diz respeito ao conjunto de crenças, atitudes, valores, ideologias de determinada cultura (ex.: leis nacionais, leis autárquicas) e que podem afetar os outros três sistemas.

Assim, ao refletir sobre os fatores determinantes do desenvolvimento saudável de uma criança/jovem é preciso pensar sobre a influência familiar, da comunidade na qual está inserida e aspetos mais amplos da conjuntura socioeconómica e política, sem perder de vista as transformações temporais e históricas de cada um desses contextos.

Com base na teoria ecológica de Bronfenbrenner (1991), a ausência de interações com um ou mais adultos responsáveis pelo bem-estar das crianças que estão sob cuidados (tutela) pode constituir-se numa ameaça ao desenvolvimento psicológico saudável da criança/jovem. Por outro lado, a integração das crianças e jovens em contextos de vulnerabilidade social também se pode tornar um fator comprometedor do seu desenvolvimento cognitivo, relacional e emocional. Nestes casos assistimos ao

fracasso dos dispositivos sociais e educacionais de políticas de proteção e bem-estar social junto das famílias e das crianças, levando muitas vezes a um processo de institucionalização e retirada do meio familiar.

Com a integração das perspetivas ecológicas e transacionais na área do mau trato, a investigação deixou de ser orientada por uma conceção unifatorial e passou a integrar os diferentes níveis de análise: indivíduo, família e contextos socioculturais. São exemplos de integração destes níveis de análise, o modelo ecológico de Belsky (1980, 1984) e o modelo transacional de Cicchetti e Rizley (1981), formulados na década de 80. Neles analisam-se fatores individuais, como as competências parentais, mas também as interações pais – filhos, a inserção parental em contextos socioecológicos e familiares específicos e a pertença a grupos e culturas diferentes.

Partindo deste modelo de cariz mais contextualista de interação pessoa-meio, a investigação atual (e.g., Ginny, Clark, & Bass, 2005; Sprang, Clark, & Bass, 2005; Sidebotham & Heron, 2006) procura os fatores etiológicos da parentalidade negligente nos contextos de interação e nas circunstâncias socioculturais em que se desenvolvem.

Por sua vez, se considerarmos as perspetivas sociocognitivas sobre a infância, educação e parentalidade, é também esse o percurso a que recorrem os autores quando tentam compreender a origem e as fontes de variabilidade das crenças, ideias (Goodnow, 1995; Goodnow & Collins, 1990; McGillicudy-DeLisi & Sigel, 1995) e representações sociais (Carugati, 1990; Carugati, Emiliani, & Molinari, 1990; Moscovici, 1984). As crenças sobre a educação de um filho, por exemplo, são procuradas a partir das experiências proximais dos pais e educadores, sejam estas construídas com base no seu passado ou ao longo da vida, quer se baseiem na experiência educativa e na relação com as crianças. Mas também, a um nível mais distal, a partir da sua localização social e contexto cultural, e ainda nas transações entre indivíduos, ou seja, no decurso das trocas sociais entre indivíduos (Carugati, 1990; Goodnow, 1995; Goodnow & Collins, 1990; McGillicudy-DeLisi & Sigel, 1995). Nesta nova forma de conceber teoricamente o papel das interações pessoa-meio, mais do que se estar a assistir a uma conceção unidimensional dos pais e a efeitos determinísticos baseados na velha polémica natureza-cultura, começa agora a ter-se uma visão dos pais que inclui as várias áreas do seu funcionamento (cognições, emoções e comportamento) (Bugental & Goodnow, 1997), e cujo desenvolvimento pressupõe explicações mais complexas do que as suas antecessoras (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, &

Bornstein, 2000; Lerner, 1997). Contudo, embora alguns estudos recentes (e.g., Calheiros, 2006) comecem a revelar uma realidade que é mais complexa do que a esperada pelos defensores das velhas teorias, não podemos deixar de reconhecer que, na investigação empírica desenvolvida em Portugal, a interdependência entre níveis de análise é ainda uma visão minoritária.

Quais são os métodos de avaliação das situações de perigo e de risco a que os profissionais que trabalham nos serviços de proteção à infância se socorrem? Em que medida os pressupostos teóricos que são defendidos pelas Comissões de Menores se traduzem em rigorosos instrumentos de avaliação do perigo de crianças e jovens? Isto é, em que medida as avaliações diagnósticas que são realizadas a crianças sinalizadas procuram apreender os constrangimentos múltiplos produzidos pelos distintos sistemas sociais a que as mesmas pertencem?

E como são definidas as medidas de intervenção a serem aplicadas às crianças, jovens e suas famílias? Procuram incidir sobre as causas dos problemas ou, pelo contrário, as medidas são equacionadas a partir de critérios meramente administrativos? Até que ponto é que são capazes de desenhar ou redesenhar os contextos de vida das crianças/jovens e suas famílias? Ou seja, estarão os interventores sociais capazes de ir mais além da análise e da identificação dos problemas que afetam as crianças?

3. Breve reflexão a respeito dos dispositivos metodológicos acionados no âmbito do estágio

O presente relatório é o resultado de uma análise ao trabalho profissional realizado no decorrer de 16 semanas, no contexto de uma CPCJ da área metropolitana do Porto, cujo propósito principal foi o de esclarecer em que medida os instrumentos de avaliação do perigo utilizados para detetar situações de negligência parental traduzem com rigor e objetividade não só os efeitos do perigo a que as crianças estão expostas, mas também os determinantes sociais que estiveram na sua origem.

Após a explicitação do quadro teórico de que partimos, é agora altura de empreender uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos utilizados no decurso das diferentes fases do nosso estágio. Com efeito, pretende-se neste capítulo, refletir sobre os dispositivos técnicos de recolha e de análise da informação que aqui nos propomos apresentar.

3.1. Delimitação do objeto de estudo

Para que esta investigação fosse possível, começamos por analisar os documentos produzidos e os diagnósticos sociais construídos pelos profissionais da CPCJ em questão. Conforme já referido anteriormente, a análise incidiu nos nove relatórios das crianças/jovens, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos, cujo processo se encontrava ativo no momento da recolha. De salientar que os documentos que contribuíram para objetivar esta investigação foram produzidos entre Janeiro de 2013 a Fevereiro de 2014.

Se é certo que pudemos acompanhar a avaliação de um conjunto mais vasto de situações de perigo (30 situações no total), a seleção desta amostra prende-se com duas ordens de razão. A primeira diz respeito ao facto de todas elas terem tido em comum o diagnóstico da mesma situação de perigo (a negligência) e a segunda prende-se com a oportunidade de efetuar um acompanhamento mais próximo das referidas crianças/jovens e suas famílias, condição essa que nos permitiu ter acesso a um conhecimento maior sobre as suas condições sociais de existência.

De uma forma geral, o estágio profissional realizado na CPCJ permitiu-nos apreender “por dentro” o modo de funcionamento da instituição, muito em particular o modo como se constroem os diagnósticos psicossociais de crianças e jovens em perigo, assim como o processo de decisão a respeito das medidas de promoção e proteção definidas para cada família/criança. A aproximação às experiências de trabalho dos profissionais que atuam na CPCJ, desde a fase de apreciação das situações de perigo que são sinalizadas, passando pela “instrução de processos”, até às tomadas de decisão sobre a aplicação, acompanhamento e revisão das medidas a serem aplicadas às crianças e suas famílias, levou-nos participar nas atividades fundamentais que faziam parte das rotinas de trabalho da instituição.

O trabalho de terreno desenvolvido durante 16 semanas (8 horas de trabalho diários) favoreceu o acesso não apenas aos procedimentos e dispositivos técnicos e de ação que eram utilizados no dia-a-dia dos profissionais que pude acompanhar, mas também aos saberes concetuais e teóricos que, de certa forma, eram mobilizados na ação.

A participação diária nesta instituição passou pela realização de procedimentos muito simples e que não requeriam grande reflexão – realização de convocatórias às famílias; ofícios para os elementos da Comissão Alargada e outras entidades institucionais que mantinham relação com as crianças/famílias –, assim como tarefas de maior exigência e responsabilidade: recolher e registar informação pertinente sobre as crianças e jovens que se encontravam em situação de perigo; entrevistá-las na instituição ou no próprio domicílio; participar em reuniões semanais da comissão restrita (onde eram avaliados os casos concretos e tomadas decisões sobre a proteção das crianças); elaborar os diagnósticos que sustentavam os planos de intervenção dirigidos às crianças e jovens em perigo; propor medidas de intervenção com vista à superação dos efeitos negativos decorrentes do perigo a que as crianças estavam expostas.

Além disso, pudemos ainda participar na organização das atividades inscritas no mês de abril, dedicado à Prevenção dos Maus Tratos na Infância junto da comunidade concelhia para a importância de promover ações de sensibilização concretas, tendo como objetivo específico sensibilizar/prevenir localmente situações de maus tratos a crianças e para satisfazer um conjunto de necessidades básicas das crianças e jovens.

Se é certo que o acesso à realidade social no momento em que os factos ocorriam e os sujeitos se expressavam nos garantiu a possibilidade de captar as lógicas latentes e ocultas dos modos de fazer padronizados¹⁹, não deixa de ser forçoso reconhecer que a participação implicada da nossa parte na maior parte dos procedimentos institucionais adotados nos trouxe algumas dificuldades de reflexão e análise crítica das regras, dos mecanismos, dos dispositivos e das conceções que sustentavam as medidas de promoção e proteção das crianças e jovens. Por diversas vezes, sentimos dificuldade em manter uma distância crítica a respeito das decisões que eram diariamente tomadas no dia-a-dia de trabalho e nos vimos a participar em modos de fazer que, hoje, com alguma distância e reflexão crítica, somos capazes de compreender quão incipientes e pouco rigorosos são, do ponto de vista científico.

Ao estarmos envolvidos no seio da equipa de trabalho que nos acolheu, ao fazermos parte do contexto em que se realizou esta pesquisa, não podemos deixar de reconhecer que fomos, de certa forma, influenciados pelas circunstâncias institucionais em que nos movemos durante o período de estágio. Referimo-nos, mais concretamente, à rapidez e facilidade com que admitimos, tantas vezes, como “certo” e “inquestionável” a) procedimentos de recolha de informação pouco consistentes e deixados à subjetividade de cada técnico (não utilização de guiões de recolha de informação capazes de apreender com maior objetividade as situações de perigo que iam sendo sinalizadas; entrevistas às famílias e aos jovens que não eram pensadas em função de uma lógica de compreensão dos fatores geradores das práticas; visitas ao domicílio enquanto procedimentos administrativos, de carácter obrigatório, mas sem tradução direta numa melhor compreensão sobre a situação de vida das famílias); b) a elaboração de “relatórios sociais” que dificilmente se constituíam como instrumentos de avaliação diagnóstica capazes de objetivarem as situações de perigo (os seus efeitos, mas também as suas causas); c) a formulação de medidas de promoção e proteção que raramente contemplavam as mudanças que eram necessárias operar junto dos contextos sociais em que as crianças se moviam. Muito pelo contrário, centravam-se nas ações individuais que quer a criança quer as suas famílias deveriam cumprir, dissociando os seus comportamentos do contexto em que as mesmas participavam.

¹⁹ Função latente é aquela que é involuntária, não conhecida ou desejada. As consequências são as mesmas da função manifesta da atitude, mas é involuntária e inconsciente. Consequências inesperadas de ação, decisão ou crença, uma produzindo a própria circunstância erroneamente admitida como existente, a outra produzindo resultados que eram totalmente inesperados (Merton Robert King, 1987).

Só mesmo o “diálogo” constante com a “teoria”, isto é, a construção de uma problemática teórica que nos primeiros pontos deste trabalho procurámos sintetizar, permitiu-nos questionar os modos de fazer padronizados que foram começando a ser para nós “familiares” a certa altura do nosso estágio.

O recurso à técnica da *entrevista semi-estruturada*²⁰ dirigida às duas profissionais que acompanhámos mais de perto, ambas licenciadas em psicologia, foi também uma via importante para avaliar as suas representações a respeito do trabalho que realizavam, as dificuldades que sentiam, as ferramentas de apoio utilizadas na sua intervenção e as mudanças que consideravam importantes para a promoção e a proteção de crianças e jovens em perigo. Através das entrevistas pretendíamos perceber a consciência que as referidas profissionais tinham sobre os procedimentos institucionais que adotavam, se concordavam com os mesmos, se consideravam que deveriam ser munidas de outros recursos para que a sua intervenção fosse mais eficaz.

²⁰ Guião semi-estruturado (ver anexo II), adaptado a partir do proposto por Ferreira (2001).

3.2. A análise de conteúdo

A técnica de análise que mais nos pareceu adequada e que foi utilizada no tratamento da informação recolhida foi a análise de conteúdo²¹ dos diagnósticos das crianças e jovens que acompanhámos no estágio.

Vala (1986), citando vários autores, entre os quais Bardin (1977), Cartwrieth (1953) e Krippendort (1980), refere que a análise de conteúdo, como técnica de suporte de análise dos documentos escritos, permite a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto na comunicação, assim como realizar inferências válidas e replicáveis do contexto estudado. Serrano (2011) alarga a noção de análise de conteúdo referindo que a mesma se estende ao estudo detalhado do conteúdo de uma comunicação escrita, oral ou visual.

No presente estudo, recorremos à análise categorial que é uma das faces da análise de conteúdo mais antigas e cuja utilização é mais frequente. Funciona por operações de desmembramento do texto em categorias, segundo um agrupamento por temas (Bardin, 2009).

Como referem Bogdan e Biklen (1994: 221), *“à medida que se vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são as categorias de codificação”*. Assim, uma categoria é habitualmente composta por um termo chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito (Vala, 2009). Apresentam-se, em seguida, as categorias que resultaram da análise de conteúdo feita ao material empírico recolhido.

Para a interpretação dos elementos de diagnóstico que constavam nos processos das 9 crianças foi construída uma grelha de análise assente num conjunto de

²¹ De acordo com Bardin (1977: 31), a análise de conteúdo define-se como *“um conjunto de técnicas de análise das comunicações (quantitativos ou não) que aposta no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade do seu objeto”*.

pressupostos teóricos a respeito do que é um diagnóstico, seus fundamentos e etapas de elaboração.

O primeiro é o de que a elaboração de uma problemática teórica é indispensável para a elaboração de um diagnóstico. Apreender a complexidade e multidimensionalidade dos problemas implica recorrer aos contributos teóricos de diferentes disciplinas científicas de forma a cobrir as diversas dimensões que constituem os problemas. Identificar as causalidades que estão na génese dos problemas requer, pois, o confronto com várias análises acerca desses mesmos problemas, que o mesmo é dizer, realizar uma leitura científica interdisciplinar que contribua, não só para identificar, mas também para relacionar entre si as múltiplas lógicas e mecanismos sociais produtores dos fenómenos de vulnerabilidade e de ameaça. O que importa reter aqui é que a *formulação dos problemas* não pode ser realizada de forma dissociada de um olhar teórico, capaz de lhe dar um sentido pertinente. Entre o momento da *sinalização (categoria 1)* e a *fase de produção de um diagnóstico (categoria 2)* importa dar, então, esse salto qualitativo: o de enquadrar teoricamente a situação de perigo formulada pelos intervenientes que participam à CPCJ a sua preocupação em relação às crianças e jovens, através de um conjunto de informações que nem sempre são as suficientes para determinar o perigo. Mas não só. Esse enquadramento teórico, que requer uma caracterização detalhada do problema e dos seus fatores causais, não dispensa, ainda, de um trabalho de identificação das intervenções a que a família já foi submetida e os seus resultados. Como referem alguns teóricos que têm vindo a produzir reflexões nesta matéria (Gaulejac et al., 1994; Guerra, 2006), se a análise das situações deve orientar-se numa perspetiva operacional, isto é, deve apontar os caminhos que a ação deve percorrer para atacar os fatores que estão na génese dos problemas, é fácil perceber quão importante é também equacionar o que tem vindo a ser feito junto dos indivíduos, no que respeita à sua autodeterminação e superação dos problemas que os afetam. Por onde passa a mudança das condições sociais que produzem os problemas? Como garantir a satisfação das necessidades sociais? Que intervenções têm sido realizadas e quais os seus impactos na diminuição ou superação do problema?

A resposta a estas questões passa, pois, por um outro exercício: o de *clarificar os recursos, as forças, os pontos fortes atuais e a sua sustentabilidade (categoria 3)*. Na verdade, um diagnóstico não se resume a um olhar sobre uma realidade que tem vulnerabilidades, problemas, handicaps. Deve, pois, de igual forma, ser capaz de fazer

emergir as potencialidades dessa mesma realidade. (Guerra, 2006). Sem a deteção das principais oportunidades de mudança num horizonte definido um diagnóstico acaba por representar um exercício de explicação do real parcial. O seu poder reside na capacidade de sustentar intervenções capazes de conduzir à inversão dos problemas e, nessa medida, é absolutamente crucial que identifique os recursos necessários para ultrapassar as debilidades.

Por último, referimo-nos à etapa de *identificação das medidas de promoção e proteção da criança e jovem (categoria 4)*. Após os profissionais terem um conhecimento da realidade na qual se encontram os menores, devem ser capazes de identificar práticas de mudança sólidas que possibilitem a superação dos problemas que afetam os menores. Ora este é um trabalho que necessita de ser efetuado de forma minuciosa e, para tal, é imprescindível que seja assente no diagnóstico da criança e do jovem.

Categorias
C1. Sinalização: comunicação à CPCJ da situação de perigo
C2. Formulação e interpretação dos problemas: a) Análise e avaliação de necessidades: - no contexto familiar; - no contexto escolar; - no contexto habitacional;
C3. Identificação dos pontos fortes e oportunidades de mudança
C4. Identificação das medidas de promoção e proteção da criança e jovem

**PARTE II – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Propomo-nos, agora, apresentar uma reflexão a respeito dos procedimentos de avaliação diagnóstica utilizados numa CPCJ da área metropolitana do Porto a 9 crianças e suas famílias, cujas condições materiais de existência as empurraram para dinâmicas de interação com os filhos marcadas pela negligência. Esta reflexão será estruturada em função das categorias de análise identificadas no capítulo anterior, que nos remetem para as diferentes fases e eixos estruturadores de um diagnóstico.

1. Sinalização: comunicação à CPCJ da situação de perigo²²

A instauração de um processo de promoção e proteção implica a receção pela CPCJ de uma comunicação dando conta de uma situação de perigo. A sinalização é a fase inicial de um processo, onde está explicitada o modo como a CPCJ teve conhecimento das situações de perigo e dos factos que colocaram em risco a integridade física ou psíquica da criança. A abertura dos Processos de Promoção e Proteção das 9 crianças que nos ocupam requereu, à semelhança de todos os processos que a CPCJ instaura, a “*sinalização*”²³ da situação de perigo” por parte de várias instituições. Estas informações chegaram à CPCJ através de contactos (escritos ou via telefone) promovidos por entidades diversas, sendo que a escola foi a instituição que sinalizou um maior número de famílias.

²² De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, n.º 147/99, de 1 de Setembro, situação de *perigo* é a existência de uma ameaça efetiva à vida, integridade física, psíquica ou à liberdade, ou seja é uma situação, conjuntura ou circunstância que ameaça a existência de uma pessoa. O perigo pressupõe a ameaça efetiva que no caso do sistema de proteção de crianças e jovens tem, entre outros, os seguintes qualificativos: abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abusos, exploração laboral, carência de cuidados e afetos, convivência com comportamentos que afetam gravemente a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem (n.º 2, art.º 3.º).

O *risco* define-se pela eminência de um perigo efetivo, mas essa ameaça ainda não se efetivou. As ações de promoção dos direitos e de prevenção visam incidir sobre as situações de risco, para as debelar e evitar a ameaça efetiva, o perigo. O risco pode representar tanto a probabilidade de um perigo potencial ou futuro (uma perceção) como a eventualidade de uma situação percebida como perigosa.

²³ A sinalização de uma suspeita de maus tratos a uma criança é uma tentativa responsável e um exercício de cidadania para proteger essa criança. De salientar que, para além de um dever cívico, a comunicação destas situações que ponham em risco a vida, a integridade física ou psíquica da criança, constitui uma obrigação para qualquer pessoa (artigo n.º 66º, nº2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). A comunicação pode ser dirigida às entidades com competência em matéria de infância e juventude (serviços de saúde, escolas, serviços de ação social, etc.), às entidades policiais (PSP ou GNR), às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou às autoridades judiciais (Ministério Público e Tribunais).

Famílias	Entidade sinalizadora
A, D, E, F e H	Estabelecimento de Ensino
B	GNR
C	Divisão de Ação Social da Câmara Municipal
I	Técnicos de acompanhamento do RSI
G	CAID

Tabela 1: Entidades sinalizadoras

De acordo com as instituições sinalizadoras, as crianças em questão encontravam-se expostas a situações que comprometiam seriamente a sua saúde física e psíquica e, conseqüentemente, a sua sobrevivência.

Vejamos o conteúdo presente nas sinalizações das 9 crianças que pudemos acompanhar no estágio:

<i>Famílias</i>	<i>Sinalização</i>
Família A	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, devido a sinalização, por parte da escola, de situação de negligência em que se encontravam o menor e o seu irmão mais velho. Foi celebrado um Acordo de Promoção e Proteção de 6 meses.</i>
Família B	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização remetida pela CPCJ de Gaia Norte, efetuada pela progenitora da criança, que alega que a filha quando regressa das visitas ao pai apresenta um comportamento alterado, marcado por agressividade e desafio. A D. C acrescentou ainda que o pai não reúne condições habitacionais adequadas, nem de idoneidade, por se tratar de um toxicodependente, para receber a filha aos seus cuidados.</i>
Família C	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização efetuada pela Técnica da Divisão de Ação Social – Dr.^a ... -, a denunciar um alegado relacionamento amoroso da jovem com um indivíduo com cerca de 30 anos de idade, com a anuência da progenitora. Ainda segundo a informação da técnica, o referido indivíduo terá pretendido relacionar-se com a mãe da jovem, que recusou por ser bastante mais novo, pelo que permitiu que o mesmo se relacionasse com a filha.</i>
Família D	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, por participação da escola a denunciar situação de negligência, ao nível da supervisão, a que se encontra exposto o menor. O F apresenta, há cerca de um ano, comportamentos pouco adequados para a sua faixa etária, com recorrentes verbalizações de que “quer morrer” e que “se vai matar”.</i>

**- Sinalização
- Reunião da
Comissão/Equipa
Restrita
- Abertura do
Processo
(PPP)
art. os 21º,
22º, 97º**

Família E	<i>O presente processo foi reaberto nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização efetuada pelo estabelecimento de ensino, “A aluna apresenta uma aparência pouco cuidada, onde predomina a falta de higiene, sobretudo a nível oral. Nem sempre traz vestuário adequado ao tempo (...)”. “Ao nível da alimentação também não são assegurados os cuidados básicos, sendo frequente a aluna vir para a escola sem pequeno almoço (...)”. Na denúncia menciona ainda o escasso acompanhamento parental face à escola. “(...) a aluna nem sempre traz o material e é frequente vir para a escola com os trabalhos de casa por fazer.”</i>
Família F	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização efetuada pelo estabelecimento de ensino da criança, denunciando situação de negligência ao nível da prestação dos cuidados básicos, bem como ao nível do acompanhamento do processo educativo, por parte dos pais. Referem ainda que a menor referiu que “raramente via os pais, porque eles nunca estavam e que dormia em casa dos avós”.</i>
Família G	<i>O presente processo foi reaberto nesta CPCJ, por A. expor a situação de negligência parental a que as crianças se encontram expostas.</i>
Família H	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização efetuada pela Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, referente à irmã mais velha da menor. Segundo o relatório remetido a esta CPCJ, a menor é alvo de negligência ao nível da prestação de cuidados, nomeadamente alimentação e higiene. Destacaram ainda a possibilidade de a progenitora ser vítima de violência doméstica.</i>
Família I	<i>O presente processo foi instaurado nesta CPCJ, na sequência de uma sinalização efetuada pela Escola Básica ..., alegadamente por situação de negligência. Segundo o teor da participação, o H comparecia na escola sem os devidos cuidados de higiene, a chorar e com sono por passar as noites sem dormir, alegadamente por causa de um irmão toxicodependente. Ainda segundo a sinalização não é a progenitora que leva o filho à escola, mas sim a tia, que também providencia algumas das refeições.</i>

Tabela 2: Motivo das sinalizações dos processos das nove crianças

Da leitura das informações reunidas no quadro anterior, parece-nos haver motivos para afirmar que as sinalizações das crianças/jovens em causa não reúnem informações suficientemente discriminadas a respeito das situações de perigo a que se encontravam expostas. Se é certo que, em algumas das sinalizações, são descritas informações que nos remetem para as situações de perigo – negligência parental na prestação de cuidados de higiene e de alimentação e violência doméstica (família B, E, I e H) – a maioria delas não contempla dados concretos a respeito dos problemas que conduziram à sinalização destas crianças junto da CPCJ. O recurso a expressões como

“comportamentos alterados” (família B) ou “pouco adequados” (família D) em relação aos menores são recorrentes nas sinalizações atrás transcritas, já para não falar da exiguidade dos indicadores recolhidos que evidenciam a situação de negligência parental (família A, família F, família G).

Não nos parece exagerado, por isso, afirmar que as sinalizações das crianças/jovens em causa foram, de certo modo, deixadas à mercê do olhar dos interventores/entidades sociais que acabaram por sinalizar os problemas, de acordo com as suas suscetibilidades, experiências, conhecimentos e relação com as crianças e suas famílias. Tal como nos alerta Berberian (2015), os juízos de valor atribuídos pelos profissionais, muitas vezes de forma inconsciente, baseiam-se com frequência em critérios morais (“*bom, adequado, capaz, normal*”). Nos processos que analisámos no decurso do estágio, parece-nos existir uma forte tendência para remeter as avaliações diagnósticas para a esfera da moralidade, responsabilizando, sobretudo, os progenitores das crianças do estado de privação e negligência em que os seus filhos se encontram.

Não queremos com isto dizer que nesta fase já deveria existir uma avaliação aprofundada acerca da situação de perigo, suas causas e consequências. Essa é, pois, uma etapa que se segue à sinalização. O que queremos aqui salientar, porém, é que o trabalho de avaliação diagnóstica seria facilitado se o momento da sinalização partisse de informações objetivas a respeito das situações de perigo.

Se fosse disponibilizado um instrumento de registo (ficha de sinalização) que conduzisse os atores que denunciam o perigo a registarem os factos mais pertinentes para retratar a situação em que a criança/jovem se encontra, a qualidade do conteúdo da denúncia seria, certamente, maior.

Quais são os critérios para definir que alguém é negligente? Será que a negligência em relação à educação de um menor poderá ser circunscrita exclusivamente ao funcionamento familiar? Na atenção que a família dedica ou não ao menor? No acompanhamento que lhe dá ou não no seu percurso escolar? Não será, igualmente, importante perceber em que medida a instituição escolar é tão ou mais responsável por empurrar tantas crianças e jovens para as margens do conhecimento? Será que concluir a escolarização formal sem saber ler nem escrever é da responsabilidade exclusiva dos pais de uma criança/jovem? Não será que a escola é, igualmente responsável por criar condições aos alunos para a aquisição dos saberes, das atitudes e dos comportamentos necessários para a sua inclusão?

Tal como é avançado por alguns especialistas que se dedicaram a analisar esta matéria, consideramos que importa imprimir maior cientificidade e rigor técnico no processo de conhecimento dos problemas que afetam as crianças e jovens em risco (Aballéa, 2003 cit in Amaro, 2012). Mais concretamente, seria fundamental traduzir em indicadores aquilo que há muito tempo já se produziu em termos do conhecimento científico a respeito da negligência parental. Isto é, um problema que não pode ser explicado à luz das competências que uma família tem para educar, para socializar um menor, como se aquelas fossem variáveis isoladas e independentes dos sistemas sociais em que a família se inscreve.

Se considerarmos a definição de negligência avançada pela CPCJ e que orienta o trabalho dos profissionais na fase da sinalização, podemos dar conta da falta de consenso entre os especialistas que se dedicaram a este assunto, no que reporta ao exercício de operacionalização deste fenómeno. Tal como analisámos em capítulos anteriores, as principais críticas que têm vindo a ser avançadas ao processo de classificação a uma situação na qual uma criança está exposta a condutas negligentes por parte dos seus familiares traduzem-se na insuficiente identificação de indicadores que permitam concluir que uma criança é vítima deste problema social.

Definição de negligência: *“Situação em que as necessidades físicas básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não numa forma manifestamente intencional de causar danos à criança.”* (Ver anexo I)

“ Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

(CNPCJR: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF, 07 de março de 2016)

Indicadores: *“Necessidades médicas não atendidas (controlos médicos, vacinas, feridas, doenças); repetidos acidentes domésticos por negligência; períodos prolongados da criança entregue a si própria (isto depende da idade) sem supervisão de adultos, fome e falta de proteção do frio.”* (Ver anexo I) (CNPCJR: , 07 de março de 2016)

Tal como esclarecem Knutson et al. (1991) há bons motivos para acreditar que o rigor e o cuidado na obtenção dos dados acerca de situações de negligência não são suficientes. Citando esses mesmos autores, *“... acreditamos que estes não correspondem à realidade. O fenómeno da negligência parental assume maior volume”* (Knutson et al., 1991: 124).

Em que medida os limites até aqui identificados na fase de sinalização das situações de perigo comprometem a fase de diagnóstico e a conceção de um plano de intervenção eficaz? Não será que um investimento maior na fase da sinalização do perigo – através do aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados para recolher os dados mais relevantes – poderia representar uma diminuição dos casos que chegam às CPCJ's? Em que medida é que o aperfeiçoamento dos instrumentos de registo permitiria que as intervenções destas instituições fossem mais focadas nas situações realmente urgentes e merecedoras da atenção deste sistema de proteção? Até que ponto as práticas profissionais nas CPCJ's poderão vir a ser transformadoras das situações que colocam em perigo as crianças/jovens se as mesmas assentam em sinalizações frágeis e indutoras de explicações breves e simplistas das situações de perigo?

Superar os problemas formulados exigiria, quanto a nós, a utilização, no momento da sinalização, de um instrumento – guia que facilitasse e orientasse o trabalho de denúncia em relação aos problemas vivenciados pelas crianças e suas famílias. Se os agentes que suspeitam que uma criança está em perigo dispusessem de uma orientação clara para sinalizarem essa mesma situação, o trabalho das Comissões de Proteção de Menores sairia beneficiado e, mais importante ainda, as crianças que a este sistema de proteção chegam.

Porém, e de acordo com a perceção das duas profissionais da CPCJ onde estagiámos, a necessidade de utilização de ferramentas/guiões de sinalização do perigo não é reconhecida. Das conversas informais que fomos estabelecendo com as mesmas no momento de receção das sinalizações, e quando as confrontámos se existia ou não algum instrumento de sinalização na Comissão, apercebemo-nos que este instrumento não é tido como importante no trabalho que realizam. Muito pelo contrário, ambas consideraram que o registo da sinalização “*é suficiente*” para acionar uma intervenção rápida de remoção do perigo em que as crianças ou os jovens se encontram.

Um outro aspeto que consideramos pertinente discutir neste ponto é o que se prende com a reincidência de comportamentos parentais que colocam em perigo crianças e jovens e que voltam a ser sinalizados. Era muito comum a Comissão receber denúncias de casos que, num passado recente, tinham sido arquivados. Em dois dos casos que acompanhámos (famílias E e G) deparámo-nos com a “*reabertura de processos*” relativos a crianças cuja situação de negligência se veio a repetir. Este facto demonstra como pode ser frágil, insuficiente ou, mesmo, inexistente a intervenção das entidades que têm como objetivo a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

Do que nos foi possível apurar, as famílias referidas foram abrangidas pela medida “*Apoio Junto dos Pais*” que consistiu em dar instruções aos progenitores para “acompanhar os seus filhos na escolarização”, para “prestar cuidados de higiene e alimentação aos menores”, para “organizar e higienizar a habitação onde residem”, como se os comportamentos parentais fossem da responsabilidade e vontade de cada pai e não estivessem intimamente associados às suas condições sociais e materiais de existência.

Não deveria o sistema de proteção de crianças e jovens promover, antes, medidas que visassem a melhoria das condições sociais que forçam muitos pais a negligenciarem as necessidades dos seus filhos? De que vale apontar diretrizes aos pais, como se a mudança passasse pela indicação de uma lista de tarefas a fazer, sem se criarem as condições e os estímulos necessários ao exercício de uma parentalidade positiva? Até que ponto as medidas sociais propostas pela CPCJ são medidas que se consubstanciam em intervenções burocráticas e não reais oportunidades para que as crianças e suas famílias consigam sair da situação que as conduziu a experiências de degradação física e psíquica?

Aliado a estes problemas, destacamos um outro que se prende com os recursos humanos na CPCJ onde estagiámos, claramente insuficientes para poder avaliar com alguma seriedade as situações de perigo sinalizadas. Verificámos que o rácio entre profissionais (2 psicólogas) e processos acompanhados (mais de 40 processos para cada) é elevado, sobretudo se considerarmos a complexidade de fatores que estão na origem das omissões parentais, sobre os quais é essencial intervir se quisermos atacar os problemas. O recurso a estágios profissionais na CPCJ de que falámos, como forma de fazer face ao número reduzido de técnicos, constitui, quanto a nós, uma via de contornar um problema que deveria ser atacado de fundo, através da contratação de um maior número de profissionais.

De acordo com uma notícia recente do Jornal Público (29 de junho de 2015) desde há cerca de 14 anos estava prevista a colocação de técnicos a tempo inteiro ou, pelo menos, o tempo necessário nas CPCJ's desprovidas de recursos humanos com competência para trabalhar as diversas e complexas situações de perigo. Porém, o que tem vindo a acontecer na realidade, como refere Armando Leandro, presidente da CNCJR, 80% dos profissionais que estão nas CPCJ's só trabalham um dia ou uns dias por semana, situação essa que *“não chega para as encomendas.”* Sem orçamento próprio e inteiramente dependente do Instituto de Segurança Social e da boa vontade das entidades de infância de juventude, a CNCJR tem vindo a enfrentar, nos últimos anos, problemas de superação das situações difíceis e volumosas (em termos de número de processos) que a elas lhes chegam.

Este é, pois, um problema que o atual governo parece estar a querer enfrentar ou, pelo menos, já reconheceu publicamente a necessidade de atribuir maior autonomia às CPCJ's com maior número de processos para – *“excecionalmente, por manifesta falta de meios e em função da qualificação da resposta”* – celebrar protocolos de cedência de técnicos de diversas entidades com competência em matéria de infância e juventude.

O que nos parece importante aqui salientar é a urgência de criar condições para que os elementos que lidam com as crianças, os jovens e as famílias em situação de vulnerabilidade possam investir com seriedade e profundidade na alteração das condições de vida dessas mesmas famílias.

2. Formulação e interpretação dos problemas: o diagnóstico

De acordo com o que está previsto na lei de proteção (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro), a fase que se segue à sinalização das situações de perigo é a fase de elaboração de um diagnóstico. Nesta fase de intervenção os técnicos necessitam do consentimento dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto da criança/jovem (Art. 9.º, Lei n.º 147/99 de 1 de setembro), bem como a não oposição da criança/jovem se esta tiver idade igual ou superior a 12 anos (Art. 10.º, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro), autorizando a recolha de informação para o processo de modo a confirmar ou não as situações que foram sinalizadas (Art. 97.º, nº2 e nº3 Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro). Se a comissão restrita confirmar a inexistência da situação de perigo ou a sua já superação procede-se ao arquivamento do processo (Art. 98.º, nº1 Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

Face ao não consentimento por parte dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto da criança/ jovem, o caso é enviado para o Ministério Público (Art. 68.º nº b) e 95.º Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro) havendo a necessidade de uma intervenção judicial (Art. 11.º Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro) ou das entidades policiais que deverão tomar medidas para a proteção imediata da criança/jovem (como o acolhimento institucional temporário). Esta intervenção do Estado ocorre quando o exercício e desenvolvimento do poder de autodeterminação da criança/jovem são ameaçados por fatores que lhe são exteriores (ex: maus-tratos).

Nos 9 casos por nós acompanhados, as técnicas da CPCJ convocaram os progenitores para a realização de um atendimento onde o principal objetivo foi o de recolher o “*consentimento informado*” da família para poder prosseguir com a avaliação da situação de negligência.

Um primeiro ponto que nos parece pertinente esclarecer nesta fase do trabalho prende-se com o modo como os profissionais envolveram as famílias no processo de avaliação diagnóstica.

Parece-nos interessante trazer para a análise desta questão os contributos de autores como Farkas, Anthony e Cohen (1989) a respeito da importância de alguns valores na relação que os profissionais estabelecem com os indivíduos que se encontram

em situação de desvantagem social. São eles: a orientação para a pessoa; o envolvimento da pessoa, a auto/determinação/escolha e potencial de crescimento.

A “orientação para a pessoa” pressupõe que os técnicos se relacionem com as pessoas de uma forma “holística”, isto é, que concebam o ser que têm à sua frente como uma pessoa que desempenha vários papéis e não apenas o de “mãe” ou “pai” ou “utilizador de um serviço”. O que muitas vezes ocorre é que os profissionais não expressam interesse nos sujeitos nem reconhecem que estes podem desempenhar papéis diferenciados do de “mãe ou pai incapaz de fazer frente à situação atual que vivenciam”. Conversam com eles, sem os “ouvir”, sem “compreender” o que está na origem das suas dificuldades e que os levou a negligenciarem os seus filhos e, nessa medida, prescrevem um conjunto de ações sem os considerar de facto.

Ora, alcançar resultados positivos numa dada intervenção social implica, entre muitas outras condições, dar a possibilidade às pessoas que experienciam os problemas de ativamente se envolverem no planeamento e na conceção do caminho que deve ser seguido para alterar as situações de infortúnio que enfrentam (“envolvimento da pessoa” e “autodeterminação”).

Muitos são os trabalhos de investigação (Davidson & Strauss, 1992) que concluíram que a coerção tem um efeito de diminuição em vez do fortalecimento do sentido do “eu”. O que queremos dizer com isto é que a simples aquiescência de alguém face a uma prescrição (de medidas sociais, por exemplo) não produz, por si só, os efeitos de mudança desejados. Pelo contrário, pode inclusive produzir o efeito oposto, ao deixar a pessoa com a sensação de que é necessário ser controlado por alguém externo, remetendo a solução do problema unicamente para “fora de si”.

Como nos alertam os autores atrás citados interessa, igualmente, avaliar até que ponto os profissionais, desde o início da sua intervenção, mantêm um “sentimento de esperança” no potencial de crescimento/desenvolvimento dos sujeitos cujos problemas pretendem transformar. O valor do “potencial do crescimento” implica, segundo eles, o compromisso de manter um sentimento de esperança / uma expectativa positiva, tanto nos participantes dos serviços como nos profissionais, o que exige que se faça uma avaliação constante do progresso das e com as famílias, de forma a permitir que as evoluções sejam notadas e reconhecidas.

Até que ponto é que na comunicação às famílias acerca do problema “sinalizado” estiveram subjacentes os valores atrás explicitados? Isto é, em que medida é que os familiares sentiram que os profissionais expressaram interesse neles, enquanto pessoas na sua totalidade? A comunicação da situação de negligência foi-lhes devolvida como uma “situação tida como certa” e responsabilizando unicamente os pais pelo facto dos filhos se encontrarem nessa situação? Terão os profissionais envolvido os pais no compromisso de que deveriam fazer parte de uma equipa coletiva centrada no combate às situações que os afetam? Ou, pelo contrário, comunicaram aos pais que eles iriam, ser alvo de uma avaliação no sentido de perceber unicamente junto deles e das suas práticas (e não também junto da escola em que as crianças frequentam, assim como noutros contextos...) o que tem vindo a “falhar”? Em que medida transmitiram eles um sentido de “esperança” na melhoria das situações que atualmente vivenciam e a que expõem as suas crianças, induzindo-os assim a construir uma vontade “conjunta” de mudança de atitudes? Será que demonstraram às famílias que acreditam no potencial de crescimento ou, pelo contrário, expressaram uma atitude de desesperança face à mudança?

Da análise que fazemos aos 9 casos que nos propusemos aqui refletir, consideramos que a resposta a estas questões não vai ao encontro de uma abordagem de “envolvimento” com as famílias, atrás defendida, nem de uma perspetiva de parceria entre os técnicos e os progenitores das crianças expostas ao perigo. Do que pudemos assistir, o primeiro momento das técnicas com as famílias foi centrado na comunicação das razões pelas quais foram elas convocadas, informando-as dos passos legais que se iriam seguir após o momento da sinalização, foi-lhes entregue um documento onde constavam os “Direitos e formas de intervenção” e os “Princípios orientadores da intervenção”, para que lessem em casa; foi pedida a cada família que assinassem duas declarações - “Declaração de Consentimento” e “Declaração de não oposição” quando o menor tinha idade igual ou superior a 12 anos.

Estivemos, pois, em face de atendimentos em que os técnicos informaram com algum “distanciamento” acerca dos procedimentos legais que os pais deveriam cumprir, sem procurar promover uma ligação pessoalizada, sem demonstrar abertura para ouvir a “história” que os pais também tinham para contar, sem inspirar neles o sentimento de esperança de que a Comissão pretendia ser sua parceira na criação de oportunidades para que os menores pudessem crescer de forma saudável. Podemos dizer, por outras

palavras, que os momentos a que assistimos foram marcados por práticas essencialmente administrativas, algumas delas fortemente imbuídas por discursos moralistas. Não raras vezes assistimos as técnicas da CPCJ a informar os pais das crianças/jovens acerca do que a lei prevê em casos como os deles – “*será definido um plano de recolha de informação, que permita elaborar um diagnóstico aprofundado e circunstanciado sobre os meios onde a criança se insere, com vista a verificar a veracidade ou não da sinalização efetuada*”... – sempre com o discurso de que esta avaliação seria para “o seu bem” ou para “o bem da criança” mas sem o mínimo esforço de suscitar na família o desejo e a vontade de se envolver nesta avaliação.

Segundo Quaresma e Prazeres (2001: 2), a construção de um diagnóstico deve mobilizar “*a participação das pessoas, das famílias e dos grupos, ao longo de toda a ação*” (Ibidem). De acordo com esta perspetiva, na fase de avaliação diagnóstica, as mudanças pretendidas deveriam ser definidas juntamente com as famílias, deveriam ser pensadas com as próprias, deveriam ser criados estímulos para que as famílias pudessem ter vontade de participar num processo como esse. Porém, do que pudemos apurar nas famílias que acompanhámos, o processo de diagnóstico foi algo imposto e muito pouco participado pelos principais visados.

Parece-nos importante salientar aqui os efeitos da relação de entrevista entre os profissionais e as famílias acompanhadas pela CPCJ, desde logo porque, como se sabe, a comunicação produzida pelos profissionais pode ser conduzida de forma intrusiva e arbitrária, podendo gerar aquilo que Pierre Bourdieu designou de “violência simbólica” sobre a família. Essa “invasão” progressiva do sistema, através dos profissionais que trabalham na CPCJ, na estruturação do dia-à-dia destas famílias pode provocar alguns efeitos nocivos que surgem paralelamente ao esforço de combate aos problemas.

A partir de um guião de recolha de informação disponível no site da CNPCJR, os técnicos limitaram-se a aplicar um conjunto de questões às famílias (Anexo VI), cujo resultado encontra-se expresso no seguinte quadro:

<i>Diligências – Atendimento dos Interessados (Audição) – Consentimento</i>	<i>Famílias</i>	<i>Análise e avaliação das necessidades: contexto familiar</i>
	<i>Família A</i>	<i>“o facto dos progenitores não apresentarem competências parentais e que o suporte familiar deste menor é bastante frágil e disfuncional” “situação de alcoolismo do marido, a D. F. referiu que este tem bebido de forma mais controlada, há cerca de ano e meio, o que contribuiu para a melhoria do ambiente familiar”</i>

– Diagnóstico Preliminar
art. os 9º, 10º, 37º, 94º

	<p><i>“dinâmica familiar - estamos perante um agregado que apresenta padrões transacionais frágeis e disfuncionais. Trata-se de uma família emaranhada, fechada sobre si mesma e que desenvolve o seu próprio mundo. Apresenta, limites difusos entre os vários subsistemas que se traduzem na indiferenciação de papéis assumidos pelos diferentes elementos do sistema familiar.”</i></p> <p><i>“No que concerne ao subsistema conjugal são frequentes os conflitos e discussões entre o casal, condicionados pela situação de fragilidade económica e as tensas relações com a família alargada paterna, nomeadamente com a tia paterna.”</i></p>
Família B	<p><i>“A família poderá estar a passar por um período de maior carência económica, atendendo à situação de desemprego dos progenitores”</i></p> <p><i>“A progenitora encontra-se novamente grávida, situação que apesar de não ter sido planeada é vista com agrado por toda a família”</i></p> <p><i>“A criança apresenta alguma instabilidade comportamental, que poderá estar relacionada com fatores de ordem emocional, que têm por base as mudanças que ocorrem na sua vida familiar”</i></p> <p><i>“...visitas ao pai e apesar de na primeira visita ter evidenciado alterações no seu comportamento, o mesmo não se verificou aquando da segunda visita, uma vez que a progenitora recorreu a estratégias diferentes, quer na preparação da criança para ir ao pai, quer no seu regresso”</i></p> <p><i>“o progenitor parece apresentar uma situação de instabilidade em várias dimensões da sua vida, o que poderá representar uma condicionante no exercício autónomo no seu papel parental”</i></p> <p><i>“O progenitor evidencia imaturidade em relação à definição de um projeto de vida futuro, consistente e capaz de proporcionar estabilidade à filha, verificando-se dificuldades na perceção da realidade concreta”</i></p>
Família C	<p><i>“situação económica bastante fragilizada, uma vez que se encontram em situação de sobre-endividamento”</i></p> <p><i>“a criança apresenta deficit cognitivo que condiciona o seu processo de aprendizagem.</i></p> <p><i>Dinâmica familiar se pauta pela estabilidade”</i></p> <p><i>“Envolvimento da menor com um indivíduo com cerca de 30 anos de idade”</i></p> <p><i>“A progenitora continua a relacionar-se com vários indivíduos, saindo ao fim-de-semana com eles na companhia dos filhos”</i></p> <p><i>“dificuldades da progenitora em assumir uma postura de autoridade, adotando um estilo educativo permissivo, recorrendo a estratégias educativas pouco eficazes.”</i></p>
Família D	<p><i>“O menor encontra-se em acompanhamento pedopsiquiátrico”</i></p> <p><i>“A progenitora apresenta ainda consumos abusivos de álcool, embora tenha referido que desde o seu internamento não voltou a beber... segundo informações obtidas junto da professora do menor, a D. M, na reunião de pais parecia estar alcoolizada.”</i></p> <p><i>“O progenitor apresenta deficiência motora (paralisia do braço direito), há quatro anos, devido a acidente de trabalho.”</i></p> <p><i>“existirem alguns conflitos relacionados com questões económicas e com a pressão de mudarem de habitação.”</i></p>

“ao nível da higiene pessoal e do vestuário são notórios os sinais de ausência de hábitos de higiene, situação reforçada pela professora do menor que nos referiu que “vai muito sujo para a escola”

“dúvidas quanto à capacidade parental no que respeita às questões de saúde, bem como à capacidade em garantir segurança física ao menor... verifica-se uma grande diferença ao nível do comportamento quando o menor toma ou não a medicação. “Quando não toma a medicação descontrola-se facilmente, quando contrariado.”(sic.)

“a medicação fica à responsabilidade do menor e que não existe a este nível uma supervisão por parte dos adultos”

“Os progenitores recorrem a práticas educativas distintas, verificando-se oscilação entre o estilo autoritário adotado pelo pai e o estilo permissivo adotado pela mãe.”

“não existir uma diferenciação de papéis, estando todas as tarefas à responsabilidade da progenitora.”

<p><i>Família E</i></p>	<p><i>“A progenitora evidencia preocupação quanto ao bem-estar da filha, no entanto nem sempre responde da forma mais adequada à da mesma;”</i></p> <p><i>“fragilidades ao nível da prestação dos cuidados básicos, nomeadamente ao nível dos cuidados de higiene”</i></p> <p><i>“As práticas educativas nem sempre são as mais construtivas, verificando-se alguma tendência por parte da progenitora para ceder às pressões da criança”</i></p> <p><i>“O acompanhamento parental face à escola é escasso”</i></p> <p><i>“A criança apresenta dificuldades de aprendizagem, em muito condicionadas pela sua dificuldade em focar a atenção”</i></p>
<p><i>Família F</i></p>	<p><i>“A família parece apresentar um funcionamento marcado por instabilidade no que respeita aos padrões comunicacionais, quer ao nível do subsistema conjugal, quer ao nível do subsistema parental”</i></p> <p><i>“Os pais evidenciam algumas fragilidades ao nível das competências parentais, nomeadamente no que toca à alimentação, cuidados de higiene e práticas educativas”</i></p> <p><i>“A família está na iminência de ser alvo de ação de despejo, no entanto, não manifestaram nenhuma preocupação em regularizar a situação junto da Câmara Municipal”</i></p> <p><i>“A família apresenta uma relação de conflituosidade com os vizinhos, sendo os principais provocadores de discussões;”</i></p> <p><i>“Existem relatos que apontam para a dependência de álcool por parte dos pais”</i></p>
<p><i>Família G</i></p>	<p><i>“O agregado familiar apresenta um funcionamento marcado por instabilidade no que respeita aos padrões comunicacionais”</i></p> <p><i>“...verificar algumas fragilidades ao nível da prestação dos cuidados básicos, com maior relevo ao nível da higiene”</i></p> <p><i>“foi cessada a prestação de RSI, por ausência de alteração de morada”</i></p> <p><i>“A D. L. encontra-se novamente grávida, com cerca de sete meses”</i></p> <p><i>“A família apresenta uma rede de relações bastante frágil. Apesar de estarem em conflito com o Sr. J. (avô paterno do Sr. A.), este mostrou-se disposto a continuar a colaborar, no sentido da cedência da habitação e da colocação de água”</i></p>

Família “agregado que apresenta perturbações no seu funcionamento,

<i>H</i>	<i>nomeadamente ao nível das relações parentais, bem como da relação conjugal”</i>
	<i>“Registam-se na família relações de conflito entre a progenitora e o filho mais velho, que perturbam a estabilidade emocional do menor;”</i>
	<i>“situação económica precária decorrente da situação de desemprego da progenitora”</i>
	<i>“O quadro de depressão da progenitora tem condicionado as suas funções parentais, registando-se fragilidades ao nível de prestação de cuidados básicos, nomeadamente ao nível de higiene;”</i>
<i>Família I</i>	<i>“A progenitora encontra-se a residir com o atual companheiro há cerca de meio ano, embora a relação perdure há mais de um ano”</i>
	<i>“Situação de desemprego”</i>
	<i>“Apresentam uma dívida de aquisição de eletrodomésticos...”</i>
	<i>“Os diferentes elementos da família parecem ter sido capazes de se adaptarem ao novo funcionamento familiar, verificando-se uma clara definição de papéis e responsabilidades assumidas”</i>
	<i>“A família parece apresentar atualmente rotinas e uma vida diária mais estáveis, sendo a mãe a principal prestadora de cuidados”</i>
	<i>“fragilidades ao nível da prestação dos cuidados básicos, nomeadamente ao nível da alimentação e cuidados de higiene”</i>
	<i>“A progenitora quando tomou conhecimento que a A., meia-irmã dos seus filhos e madrinha da J. tinha sido abusada sexualmente pelo progenitor, tomou de imediato medidas que impediram que a filha passasse os fins-de-semana com o pai”</i>

Tabela 3: Formulação e interpretação dos problemas: o diagnóstico

Da análise dos diagnósticos apresentados, um dos primeiros pontos que nos parece pertinente salientar é a total desconsideração dos fatores sociais que colocam a família (também ela) em risco e a vincada tendência em remeter os problemas da família a fatores de ordem individual. Expressões como *“funcionamento familiar marcado pela instabilidade”*; *“agregado que apresenta perturbações no seu funcionamento”*; *“dinâmica familiar que se pauta pela estabilidade”*; *“agregado que apresenta padrões transacionais frágeis e disfuncionais”*; *“instabilidade comportamental”*, tão frequentes nos diagnósticos analisados, não conduzem à compreensão dos reais problemas que impulsionam as famílias a negligenciar algumas das principais necessidades seus filhos. Pelo contrário, nada mais fazem do que encerrar as famílias em classificações que pouco ou nada esclarecem a respeito das suas condições de vida e do modo como as mesmas têm vindo a afetar o seu desempenho parental. Como já aqui referimos, todos os progenitores que acompanhámos no estágio estavam privados de uma vida profissional e confrontados com a escassez de rendimentos e de bens, sem a esperança de poder evoluir profissionalmente. O trabalho como fonte de aprendizagem e de auto valorização, como meio de acesso à realização

peçoal, era uma realidade distante do seu mundo mental, o que, por seu lado, não significava que os progenitores não se identificassem com os padrões de consumo dominantes na sociedade em que vivemos²⁴. Numa sociedade em que o trabalho toma um lugar central na definição dos indivíduos e a sua falta tende a ser apercebida como uma anomalia, como resultado de uma falha, designadamente incompetência, preguiça, má vontade, compreende-se que a não participação na produção de bens ocasiona uma forma de exclusão simbólica que, por sua vez, leva à perda da utilidade social e à marginalização da produção social. Para além de se tornarem pessoas privadas de trabalho e de recursos, o discurso dos progenitores fazem sentir que acabaram por perder as suas forças, a confiança em si, a sua identidade positiva.

O crescimento das situações de vulnerabilidade e de crise nas instituições que faziam funcionar o vínculo social tem obrigado cada um a dar conta de si mesmo, organizando e procurando dar um sentido à sua vida de forma mais individual e solitária.

Ora elencar uma lista de problemas sem ser analisado um conjunto de constrangimentos sociais que, de forma dinâmica e inter-relacional, contribuem para a sua formação e, assim, efetuar avaliações fúteis, pouco ou nada ajudam o profissional a identificar processos de riscos no desenvolvimento infantil, nem muito menos contribui para identificar os seus mecanismos de proteção.

É sabido que os elementos da família interagem com outros contextos os quais não são tidos em conta na realização dos diagnósticos analisados. A urgência da intervenção pode conduzir a soluções imediatas, mas estas não se devem tornar definitivas sem terem sido analisados fatos e produzidos os diagnósticos que englobem todas as facetas da vida da criança, sua família e seu contexto social.

Voltando aos diagnósticos elaborados, ficámos com a ideia de que os técnicos atuam sem se basearem numa matriz de análise dos problemas que são sinalizados por diversas instituições. Por exemplo, no campo da caracterização familiar, os indicadores existentes referem-se apenas a questões como a tipologia do agregado familiar, quem detém o poder paternal, com quem vive a criança. Questões como *quais os pontos fortes e dificuldades, apresentadas pelos pais no que respeita ao exercício da parentalidade?; Que atividades habitualmente realizam em conjunto com a criança? Quais as rotinas da criança e da sua família? Quem exerce a autoridade em casa e de que forma? Que*

²⁴ Augustos Santos Silva, Dinâmicas sociais do nosso tempo, Porto, 2002

regras existem e quem as define? Que consequências são acionadas quando as regras não são cumpridas? Como são tratadas as situações de conflito no seio familiar? Os pais estão atentos à hora de deitar e levantar da criança? E a alimentação está assegurada? Quais as ajudas que consideram indispensáveis para educar a criança? ficam à mercê de cada profissional conhecer ou não.

Sem um instrumento metodológico que oriente a prática profissional os profissionais correm o risco de tomar decisões baseadas em dados inconsistentes e muito insuficientes. Elaborar um diagnóstico rico em informação é uma garantia para que as respostas sejam adequadas às necessidades das crianças e das suas famílias. Salientamos, pois, a fragilidade das informações recolhidas pelos técnicos, associada a uma abordagem fragmentada e psicologizante acerca dos problemas familiares existentes, como se as famílias fossem, de forma intencional, as produtoras do risco em que as crianças se encontram.

Para conhecer e analisar o contexto de socialização familiar, comunitária e escolar, compatíveis com a apropriação de trunfos socialmente necessários, é preciso perceber que as crianças e jovens são privados não só de recursos educacionais que lhes dariam acesso a um lugar na vida económica mas, também, de recursos relacionais e simbólicos indispensáveis para não serem socialmente relegados e impossibilitados de ocuparem um lugar na sociedade.

Famílias

Situação Económica

Família A	<i>“No que concerne à situação económica, o agregado sobrevive dos rendimentos provenientes da reforma do progenitor no valor de €246,00 e da pensão de invalidez do filho mais velho, no valor de €207,00. Já foram beneficiários de RSI, no entanto, após receberem uma indemnização de cerca de €60 000,00, por morte de uma filha a prestação cessou.”</i>
Família B	<i>“Relativamente à situação profissional apurou-se que quer a D. C., quer o seu companheiro encontram-se desempregados, sendo que atualmente não auferem qualquer rendimento (...) O Sr. F. exerceu atividade profissional no “Continente”, até Setembro do ano transato, altura em que cessou o contrato de trabalho. Posteriormente, exerceu atividade profissional, cujas funções não especificou, através de uma empresa de trabalho temporário, pelo que se encontra a tratar do pedido de subsídio social de desemprego.”</i>
Família C	<i>“Ao nível profissional e económico, o agregado sobrevive dos rendimentos provenientes da atividade laboral do progenitor como cantoneiro, na Junta de Freguesia, auferindo cerca de 501€ ao qual acresce as prestações familiares relativa ao abono dos 3 filhos no valor de 405.95€.”</i>

Família D	<i>“Ao nível profissional e económico o agregado sobrevive dos rendimentos provenientes da pensão por invalidez do progenitor, no valor de €403,00 e do subsídio à terceira pessoa, no valor aproximado de €100,00. A progenitora encontra-se desempregada, embora efetue, pontualmente, trabalho como doméstica, em casa de uma professora aposentada, que lhe paga cerca de €50,00 por semana. O Sr. A. apesar de apresentar limitações físicas, que o condicionaram de exercer atividade profissional, continua a efetuar alguns trabalhos como madeireiro na empresa do irmão.”</i>
Família E	<i>“Ao nível profissional e económico o agregado sobrevive dos rendimentos provenientes da atividade profissional do progenitor como padeiro (€730,00) e do subsídio de desemprego da progenitora (€367,00).”</i>
Família F	<i>“Ao nível profissional e económico o agregado sobrevive dos rendimentos provenientes do trabalho do progenitor, que exerce atividade profissional como operário da construção civil, em Espanha. O filho mais velho, exerce a mesma atividade profissional que o pai, também em Espanha, contribuindo para a economia doméstica com metade do montante referente às despesas mensais. Segundo a progenitora, a família consegue fazer uma gestão adequada dos rendimentos, pelo que não têm nenhuma dívida.”</i>
Família G	<i>“Ambos os elementos do casal encontram-se desempregados, sendo que a última atividades que desenvolveram foi no âmbito da restauração. O agregado sobrevive da prestação pecuniária de RSI, no valor de €498,00 e do abono familiar das menores.”</i>
Família H	<i>“A D. G. encontra-se desempregada há vários anos, tendo desenvolvidos atividade profissional em várias áreas nomeadamente: confeção, cablagens, padaria e limpezas. O agregado sobrevive com os rendimentos provenientes do rendimento social de inserção, desde junho de 2007, no valor de €185,04 ao qual acresce o abono no valor de €84,46 e a pensão de alimentos no valor de €100,00, o que totaliza cerca de €369,50.”</i>
Família I	<i>“ O agregado conta com o rendimento proveniente da atividade profissional do Sr. A, que exerce há cerca de mês e meio funções de metalúrgico. Destaca-se que a situação profissional não se encontra regularizada na Segurança Social.”</i>

Tabela 4 – Caracterização da situação económica das famílias acompanhadas numa CPCJ da área metropolitana do Porto

Verificámos que o dia-a-dia destas famílias está comprometido, uma vez que muitos dos rendimentos do agregado são iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional. À luz do modelo dominante²⁵ que se impõe e que influencia as necessidades

²⁵ Assinalamos aqui a importância do fenómeno “consumo”, ou seja, aquilo que procuramos através da posse de objetos e da participação em certas atividades é, acima de tudo, obter sinais de reconhecimento e de diferenciação. É essa necessidade de identificação e de reconhecimento que permite compreender, por exemplo, a grande importância que atribuem, particularmente os mais jovens, aos consumos que se aproximam dos padrões socialmente mais apreciados. Um consumo menor ou diferente daquele que é percecionado e vivido como a situação normal constitui um critério forte, não somente para a designação da pobreza, mas, também, para que os próprios se sintam como protagonistas dessa condição, não raro a percecionando como resultado de uma incapacidade pessoal.

dos cidadãos, em geral, as famílias a que nos referimos confrontam-se com uma fortíssima restrição em satisfazer necessidades básicas e o seu desejo de sentido social.

<i>FAMÍLIAS</i>	<i>Rendimentos/mensais</i>
<i>FAMÍLIA A</i>	453€
<i>FAMÍLIA B</i>	835€
<i>FAMÍLIA C</i>	501€
<i>FAMÍLIA D</i>	503€
<i>FAMÍLIA E</i>	510€
<i>FAMÍLIA F</i>	1000€
<i>FAMÍLIA G</i>	498€
<i>FAMÍLIA H</i>	369€
<i>FAMÍLIA I</i>	270€

Tabela 5: Rendimentos mensais das famílias, através do salário/prestações sociais

A análise das condições materiais de vida destas famílias demonstram, igualmente, que as mesmas estão privadas de contextos residenciais dignos, o que dá força à tese de que a negligência parental é o resultado da vivência de condições de vida precárias.

É sabido que a qualidade de vida está intimamente ligada às condições de habitação. A falta de condições de habitabilidade, de estrutura e organização (Evans & English, 2002) estão estreitamente apresentadas na literatura como fatores de risco da negligência (e.g., Stavrianos, Stavrianou, Stavrianou, & Kafas, 2009). Este aspeto assume especial importância, desde logo porque é sabido que ambientes organizados e com rotinas padronizadas tendem a promover o desenvolvimento de competências cognitivas adequadas, nomeadamente ao nível da compreensão e representação dos eventos de vida diários, ao contrário do observado em ambientes caóticos (Flores, 2004). Assim sendo, é vital que os técnicos avaliem essas condições de habitação por forma a poderem intervir na melhoria das condições de vida da família.

O facto de uma criança/jovem simplesmente habitar num local visivelmente menos cuidado, implica “*relacionar-se com um conjunto de símbolos (dotados de valências, ora positivas, ora negativas) que representam termos iniludíveis para a construção da identidade pessoal*” (Mela, 1999:145). O que aqui queremos dizer é que o local onde os indivíduos residem revela-lhes uma identidade que fica registada como se de uma marca física se tratasse, embora não seja visível este estigma é perpetuado.

“Residir (...) viver num dado tipo de casa equivale imediatamente a receber um elemento de identificação, que pode desempenhar um papel essencial nos casos em que o espaço urbano se articula em partes fortemente desiguais. A identificação atua tanto no sentido positivo, para quem reside em bairros elegantes, como, ainda mais, no negativo, para quem vive em áreas da cidade consideradas bolsas de pobreza, insegurança e desvantagem social” (Mela, 1999:145). Assim existe um grau de influência que “o habitat residencial simbolicamente degradado pode exercer sobre a formação da identidade, em especial dos mais jovens” (Queiroz e Gros, 2002:163).

Famílias	Contexto Habitacional
Família A	<i>“Residem numa habitação própria com reduzidas condições de habitabilidade. É constituída por dois quartos, cozinha, corredor e quarto de arrumos. Não possui casa de banho, encontrando-se no exterior um espaço improvisado para o efeito. Os banhos são dados na cozinha, numa bacia. Uma parte da habitação encontra-se em reconstrução, embora não esteja previsto o seu término, por falta de recursos económicos. Aguardam resolução de processo de partilhas, de forma a poderem prosseguir com as obras.”</i>
Família B	<i>“reside num apartamento de tipologia T3+1, localizado na freguesia ..., propriedade dos pais do F. A referida habitação encontra-se devidamente equipada, reunindo todas as condições de conforto e salubridade. É constituído por cozinha, marquise, despensa, sala de jantar, sala de estar, três quartos, três casas de banho, contando ainda com um quarto e uma sala de estudo no sótão. Aquando da realização da visita domiciliária encontrava-se devidamente limpa e organizada.”</i>
Família C	<i>“A habitação é constituída por dois quartos, um deles ocupado pelo pai e pelo filho e outro pelas duas filhas, uma cozinha e uma casa de banho. Aquando da realização da visita domiciliária, a habitação encontrava-se minimamente limpa e organizada. As tarefas domésticas são asseguradas pelo J., com apoio da filha R. e do filho M que apesar de não viver com o mesmo, tem passado bastante tempo lá em casa.”</i>
Família D	<i>“Residem numa habitação típica de lavoura, propriedade de um tio paterno do menor, situada em meio rural, numa zona de fácil acesso. A família, até há cerca de dois meses, ocupava apenas duas divisões da referida habitação, nomeadamente cozinha e quarto e recorria a um WC localizado no exterior da habitação. Até a essa altura os filhos partilhavam o mesmo quarto que os pais, existindo uma cama para o casal e um beliche para os menores, não sendo preservada a intimidade dos vários elementos. Recentemente, foi disponibilizada à família uma sala pertencente à parte da habitação ocupada pelos avós e tio paternos, onde os menores dormem atualmente. Contudo, não se encontram asseguradas condições de conforto, uma vez que ambos os irmãos partilham um sofá-cama de reduzidas dimensões. O referido espaço tem acesso direto ao quarto dos pais e serve de passagem dos mesmos quando recorrem, durante a noite, ao WC da casa</i>

dos avós/tio paternos. No exterior existe ainda dois espaços, um dele bastante exíguo, onde existe uma escrivaninha, destinado ao estudo. O outro funciona como lavandaria, encontrando-se devidamente equipado (máquina de lavar roupa, máquina de secar roupa, tábua e ferro de engomar com caldeira). A habitação apresenta um estado de conservação satisfatório e aquando da realização da visita domiciliária, encontrava-se minimamente limpa e organizada, sendo a área mais vulnerável a cozinha, onde foi possível detetar sujidade nos fogões (gás e lenha) e no chão.”

Família E	<p>“Trata-se de uma habitação unifamiliar, propriedade dos avós maternos do menor, situada na freguesia de ..., num local de fácil acesso. É constituída por dois pisos: o rés-do-chão é ocupado por duas irmãs da A e o primeiro andar é agora partilhado pelos avós maternos, pela progenitora e menor. É composto por três quartos, cozinha e casa de banho e possui todos os equipamentos necessários às rotinas diárias do agregado. De referir que apesar de a criança partilhar o mesmo quarto que a progenitora, cada um possui cama própria. Aquando da visita domiciliária realizada a habitação apresentava-se limpa e organizada, evidenciando investimento diário a este nível.”</p>
Família F	<p>“Residem numa habitação alugada na freguesia de ..., constituída por quatro quartos, sala, cozinha e casa de banho. No exterior existe um terraço onde desenvolvem algumas brincadeiras com a menor. Apresenta tamanho adequado ao agregado em questão, reunindo condições de habitabilidade. Aquando da visita domiciliária realizada a habitação encontrava-se razoavelmente limpa e organizada, contrariamente ao verificado aquando da instauração do processo, pelo que parece ter ocorrido um maior investimento ao nível da higiene do espaço habitacional.”</p>
Família G:	<p>“Residem numa habitação propriedade da Câmara Municipal integrada no Conjunto Habitacional de ..., desde 2004. Trata-se de uma habitação de tipologia T3, com todas as condições de habitabilidade. No entanto, e segundo a informação social remetida pela técnica de intervenção no referido conjunto habitacional verificam-se fragilidades ao nível da organização e higiene do espaço habitacional, pelo que foi iniciado um trabalho de intervenção neste âmbito.”</p>
Família H	<p>“Residem numa habitação na freguesia ... com condições mínimas de habitabilidade. É constituída por dois quartos, cozinha, casa de banho e hall e possui os equipamentos necessários às rotinas diárias. De referir que a habitação se encontra sedada em terrenos de cultivo. Inicialmente, aquando da alteração para esta casa a G dedicava-se a algumas atividades agrícolas, nomeadamente rega, plantação e venda de produtos hortícolas, em troca do pagamento da renda, contudo, os terrenos deixaram de ser cultivados, por dificuldades financeiros da empresa. Aquando da visita domiciliária, sem aviso prévio, a habitação encontrava-se razoavelmente limpa e organizada. G considera que a casa reúne as condições necessárias e que atualmente não reúne condições económicas para alugar outra habitação. Por outro lado, a C referiu não gostar desta habitação, alegando que tem ratos.”</p>
Família I	<p>“Residem numa habitação propriedade do avô paterno do progenitor, pelo que não possuem encargos com a mesma. Trata-se de uma habitação unifamiliar com reduzidas condições de habitabilidade. É constituída por quatro compartimentos contíguos entre si, nomeadamente: cozinha, dois</p>

quartos e sala. No exterior existe uma pequena construção abarracada onde improvisaram uma casa de banho. A habitação aquando da visita domiciliária realizada apresentava claros sinais de ausência de higiene e desorganização, quer no interior, quer no exterior. Segundo informação do Dr. A, foi realizada visita domiciliária pela equipa da Cruz Vermelha, onde verificaram que a família se encontrava sem água, uma vez que lhe tinha sido cortada pelo senhorio, devido a conflitos com o mesmo.”

Tabela 6 – Situação Habitacional das famílias estudadas

O que pensam as crianças/jovens do local onde vivem? Como experimentam a infância neste território? Quais os espaços que lhes pertencem e como deles se apropriam? O que existe para além daquele lugar? Que relações estabelecem dentro e fora do local onde vivem? Que representações atribuem às vivências para além do desse local? Que constrangimentos encontram no quotidiano? O que poderia ser melhor ou, pelo menos, diferente?

Aprisionadas por um lugar pelo qual não tiveram alternativa de escolher as famílias aqui estudadas permanecem em lugares que lhes condiciona a construção de uma identidade positiva. O problema que acontece, na maioria das vezes, é que as famílias não desenvolvem o gosto em cuidar da habitação e dos seus espaços, comportamentos esses que não são entendidos como uma expressão da sua frustração face à incapacidade sentida em modificá-los.

Quanto aos diagnósticos que foram realizados a respeito desta dimensão de análise, podemos dizer que existe uma descrição, de certo modo, aprofundada sobre as condições residenciais das famílias, em função dos seguintes indicadores: regime habitacional (arrendada, própria, cedida ou partilhada); condições habitacionais (água, luz, aquecimento, eletrodomésticos), tipologia da habitação, número de pessoas que residem no mesmo espaço, locais com/sem privacidade, estado de conservação e higiene da habitação, número de compartimentos, caracterização dos espaços exteriores e interiores.

Vejamos agora o retrato realizado pela CPCJ das condições escolares das crianças sinalizadas:

Famílias

Contexto Escolar

Família A	<i>“O H frequenta pela segunda vez o 2º ano de escolaridade, na Escola Básica de... , na freguesia da Foi possível apurar que ao nível do aproveitamento escolar, o H apresenta várias dificuldades na aquisição dos</i>
------------------	---

	<p>conteúdos programáticos, pelo que ainda se encontra a desenvolver competências do 1º ano. Apresenta, assim nota negativa a Português, Matemática e Estudo do Meio, sendo que ao nível das Expressões Artísticas, Físico-motoras e Inglês tem um aproveitamento satisfatório. Segundo o registo de avaliação remetido realizado pela professora, o H possui um défice de atenção/concentração significativo, o que perturba o bom funcionamento da sala de aula, prejudicando-o na aquisição das aprendizagens escolares. Não revela empenho nem interesse pelos trabalhos escolares. O H beneficia de Apoio Educativo, nomeadamente Acompanhamento Pedagógico Individual. A progenitora informou que pediu apoio junto da médica de família para que o H fosse acompanhado por uma psicóloga, no entanto esta encontra-se indisponível devido ao volume de casos que acompanha, tendo ficado a médica de família de apresentar uma nova solução. Aquando da entrevista aos pais, estes mencionaram que a professora de apoio “dava-lhe com a caneta na cabeça”</p>
Família B	<p>“uma aluna assídua e pontual., a adaptação ao Jardim de Infância decorreu gradualmente, “porque a M. tem uma personalidade muito vincada, gosta de marcar bem o seu espaço”. A relação que mantém com os colegas e um pouco tumultuosa, quer sempre mandar (...), pelo que necessita de constante supervisão por parte dos adultos, devido às queixas dos colegas. “Por outro lado, é também carinhosa, expressando os seus afetos com beijos e abraços”. Participa nas atividades da sala, gosta muito de trabalhar, embora quando contrariada faça birras que duram algum tempo. Ainda na informação veiculada pela educadora, a mãe tem comparecido na escola com frequência, demonstrando interesse e preocupação com a integração da filha. “Tem uma atitude assertiva quanto aos comportamentos a ter em relação à M., reconhecendo facilmente as várias facetas da sua personalidade. Apesar de muito jovem demonstra muita responsabilidade e preocupação com o seu bem-estar, não sendo alheia a retaguarda familiar que está por trás”.</p>
Família C	<p>“frequentar o 6.º ano, na Escola de S. ... Segundo informação escolar, obtida pela diretora de turma, a jovem tem revelado dificuldades nas disciplinas de Português e Inglês, no entanto, apresenta às restantes áreas um aproveitamento satisfatório. A jovem é assídua e pontual, revela algum interesse pelos conteúdos lecionados, mas segundo a professora necessita de ser mais dinâmica nas aulas. A jovem tem ainda aulas de apoio às disciplinas em que manifesta mais dificuldades.”</p>
Família D	<p>“é um aluno esforçado e empenhado na sua aprendizagem, tentando sempre superar as suas dificuldades e melhorar. Acompanha as áreas curriculares de forma satisfatória. No que concerne ao comportamento, dentro da sala de aula é calmo e sossegado, embora quando se depara com dificuldades manifesta um comportamento revoltado, rabiscando ou rasgando o material escolar.”</p>
Família E	<p>“o menor demonstra dificuldades de aprendizagem associadas a um comportamento instável. Revela reduzida capacidade de atenção e concentração, necessitando de apoio individualizado constante e de reforços positivos para executar as tarefas. Apresenta dificuldades em manter-se no lugar por longos períodos, levantando-se constantemente para falar com os colegas, perturbando o decorrer da aula. A Encarregada</p>

	<i>de Educação tem demonstrado interesse pelo percurso escolar do filho, comparecendo várias vezes na escola, sem ser necessário solicitar a sua comparência.”</i>
Família F	<i>“frequenta o 1º ano, devido ao significativo atraso em relação às competências adquiridas. Trata-se de uma aluna com muita dificuldade em se manter atenta, o que prejudica a aquisição e retenção dos conhecimentos. Atualmente tem-se mostrado mais interessada e adquirido alguns hábitos de estudo, talvez por sentir que se encontra ao nível dos restantes alunos. “É bem aceite pelos colegas e integra-se no grupo com facilidade. Estabelece boas relações com as assistentes operacionais e procura constantemente a atenção da professora. É uma criança muito carente, solicita afeto constantemente.” No relatório escolar a professora volta a destacar como fragilidade a questão da higiene pessoal e do vestuário.”</i>
Família G	<i>“encontra-se a frequentar o 2º ano de escolaridade na EBI... trata-se de uma aluna que evidencia dificuldade de aprendizagem e que apesar de se encontrar no 2º ano continua a trabalhar conteúdos do 1º ano. No entanto, nota-se uma evolução positiva ao nível da Língua Portuguesa, após a introdução do método das 28 palavras. De referir que segundo os pais, a menor frequenta duas vezes por semana um centro de explicações. Os pais estiveram presentes na escola na “festa do dia do pai, tendo sido educados e simpáticos”, sendo visível a satisfação da R.”</i>
Família H	<i>“frequentou o 3º ano na escola EBI/JI de ..., tendo segundo a mãe ficado retido. Segundo o relatório escolar, o aluno, apesar de ser assíduo e pontual, evidencia algumas dificuldades de aprendizagem nas áreas curriculares disciplinares de Língua Portuguesa e Matemática, que poderão estar condicionadas pela falta de autonomia e interesse, assim como pela reduzida capacidade de concentração e atenção. É participativo e interventivo, embora revele alguma dificuldade na assimilação e aplicação de regras de trabalho e de diálogo estabelecidas para a sala de aula. Procura estabelecer interações com os colegas, colaborando com os adultos ou requerendo a sua intervenção sempre que algum problema surge. Beneficiou de apoio educativo. A encarregada de educação comunica com a escola sempre que solicitado, comparecendo às reuniões de avaliação, e fornecendo ao menor todo o material necessário ao trabalho escolar.”</i>
Família I	<i>Sem indicação por não frequentar o infantário.</i>

Tabela 7 – Situação escolar das crianças em situação de negligência parental

Quando nos dedicámos a analisar as avaliações escolares sintetizadas na tabela anterior, uma primeira ideia que sobressai é a de que o diagnóstico a respeito da situação escolar das crianças está construído numa perspetiva de responsabilização dos pais pelos problemas de insucesso que os filhos manifestam. É completamente esquecido aqui que a família não é a única responsável pelos problemas que enfrentam no seu quotidiano e que as impede de acompanhar os seus filhos na escola. É sabido que

subsistem outras causas, como temos vindo a referir ao longo deste relatório, que interferem, e muito, nas dinâmicas familiares. Porém, nas avaliações escolares atrás citadas, não há nenhuma referência acerca das condições que a escola oferece (ou não!) para que as crianças aprendam e adotem condutas favoráveis à sua inserção na escola. Até que ponto a escola em que as crianças estão inseridas tem vindo a criar oportunidades reais de aprendizagem? Não deveriam os técnicos da CPCJ dedicar-se a analisar também em que medida os contextos escolares das crianças têm vindo a fomentar atitudes e competências absolutamente essenciais para a vida adulta? A procurar perceber em que medida a escola contribui (ou não!) ativamente para colocar em "risco" estas crianças?

Se é certo que a qualidade das relações da família com escola influencia o desempenho das crianças, também é certo que a escola não está isenta de responsabilidades já que ela própria é, como tantos estudos já demonstraram, geradora de desigualdades entre os alunos de classes sociais distintas (Bourdieu e Champagne, 1992; Coleman, 1975; Zanten, 1996; Seabra, 2009). A igualdade de condições de acesso ao saber da escola está longe de ser conseguida dada a diversidade de culturas, associadas às condições de existência e aos modos de vida específicos.

São vários os autores que têm vindo a demonstrar como a escola reproduz as desigualdades iniciais de origem das crianças (Bourdieu, 1987; Erikson e Goldhorpe, 1993; Wagner, 1987). O sistema de ensino ignora as realizações culturais e simbólicas da família e da comunidade, bem como as dificuldades que as crianças e os jovens experienciam, podendo até ser interpretadas como uma confrontação de valores diferentes. A cultura escolar apela, com frequência, para significações retiradas do mundo simbólico da classe média, fazendo com que, quando as crianças com recursos culturais mais parcos entram para a escola, ingressem num sistema simbólico que não lhes é conhecido por não existir qualquer ligação com a vida familiar que conhecem.

Não é, pois, elaborando um relatório onde se diz se os pais “revelam ou não interesse pela escola” que se consegue apreender os fatores de risco a que as crianças aqui analisadas estão expostas. Porém, os diagnósticos atrás sintetizados centram-se unicamente na relação da família com a escola e não o contrário. O que tem vindo a escola a fazer de forma a atenuar as dificuldades de insucesso das crianças?

Talvez devesse a pena assumir uma atitude mais responsabilizadora do papel da escola na reprodução dos problemas de “perigo” a que muitas crianças estão expostas.

Não será a escola tão ou mais negligente do que a família de uma criança, quando não a prepara para a vida ativa? Quando não reúne condições de aprendizagem reais? Quando aprovam a passagem de ano escolar das crianças sem que as mesmas tenham interiorizado conhecimentos e competências? Quando disfarçam que estão a preparar as crianças para o mundo do trabalho, sem as preparar de facto? Não será que competiria ao sistema de proteção na infância averiguar como é que a escola está a exercer a sua função socializadora, da mesma forma que procura avaliar as condições que a família oferece ou não às crianças? Não será que avaliar o "risco" é também avaliar como é que a escola tem vindo a produzi-lo?

Muitos dos relatórios que foram chegando à CPCJ, davam conta de crianças com *“falta interesse e com comportamentos de revolta”* (Família A, D e H), que eram assumidos pela escola como sendo da responsabilidade da educação transmitida pelos pais. Daquilo que nos foi possível observar (tanto nos diagnósticos aqui analisados como em relatórios de outros casos, os quais tivemos acesso), a não comparência dos progenitores nas reuniões convocadas pela escola, bem como noutros momentos onde eram solicitados a comparecer eram vistas de tal modo como negativas que os julgamentos e os estereótipos que jazem desses relatórios são deveras penalizadores para as famílias que consequentemente desistiram de comparecer às reuniões (Patto, 2000; Perrenoud, 2002). O que gostaríamos de salientar aqui é que o sistema de ensino está direcionado (de forma padronizada) para transmitir conteúdos programados a alunos que os assimilam de forma rápida. Ao interpretarmos estas representações que os professores têm acerca da família, podemos dizer que o insucesso escolar é defendido e justificado por estes agentes como se algo natural se tratasse e os livrasse totalmente da culpa do fracasso de um aluno. Como já fomos referindo ao longo do trabalho, as condições adversas de vida enfrentadas pela família no processo de desenvolvimento da criança acabam por ser desvalorizadas e esquecidas por estas entidades, e não raras vezes, tentam “impor” aos pais um conjunto de “prescrições” de comportamentos e práticas a adotar, definindo o que é aceitável ou inaceitável no contexto social específico do trabalho infantil.

Não seria mais produtivo que os professores em vez de generalizar os problemas de insucesso escolar, tivessem o cuidado de conhecer a realidade vivenciada por estas crianças e as suas famílias e assim suprir os problemas de insucesso? Seria igualmente

importante terem conhecimento de qual o significado que elas atribuem ao contexto educativo? (Cord, Gesser, Nunes & Storti, 2015)

Por fim é caso para dizer que *“a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação da criança. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das crianças, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na medida em que as instituições escola e família compartilham seus interesses em desenvolver os seus papéis, mediante as suas respectivas responsabilidades, ambas contribuem significativamente para o processo educativo, bem como para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno”* (Dessen e Polonia, 2007, p. 22).

Em suma, só com um verdadeiro trabalho em parceria entre a escola – família é possível contribuir para a (re)construção da criança enquanto um ser social, bem como fomentar o gosto da criança pela escola.

3. Identificação dos pontos fortes e oportunidades de mudança

O diagnóstico não é apenas uma “lista/levantamento de desgraças”, mas antes um instrumento que, para além de detetar as vulnerabilidades dos indivíduos, também deve inscrever as potencialidades/recursos dos mesmos (Guerra, 2002). É importante que se explore esta questão, nomeadamente através do exercício de uma análise SWOT, que permita verificar quais os pontos fortes (forças e oportunidade) e os pontos menos positivos (ameaças e fraquezas – que se traduzirão em oportunidades de melhoria, fazendo frente às dificuldades detetadas – canais de comunicação débeis, divergências familiares).

O objetivo principal da SWOT é auxiliar na definição de estratégias para manter os pontos fortes, reduzir a intensidade dos pontos fracos, aproveitando as oportunidades e protegendo-se das ameaças (Churchill, 2004).

Desta forma, o interventor social necessita de estar consciente de um conjunto alargado de características *de identificação dos pontos fortes e oportunidades de mudança* que englobem a criança e a sua família, o contexto, o incidente da sinalização, os recursos comunitários, entre muitos outros aspetos. Se esta ferramenta é elaborada com informações pouco concretas e consistentes, as ações/medidas posteriormente implementadas acabam por não concretizar o objetivo de promoção e proteção da criança.

<i>Famílias</i>	<i>Pontos fortes e oportunidades de mudança</i>
<i>Família A</i>	<i>“(…) Tem bebido de forma mais controlada há cerca de ano e meio, o que contribui para a melhoria do ambiente familiar” “Segundo o relatório escolar a menor apresenta um comportamento satisfatório e uma boa relação com a comunidade escolar.”</i>
<i>Família B</i>	<i>“Reside com o companheiro (...) apresentam um funcionamento estável marcado por padrões comunicacionais funcionais”. Não foram detetados fatores de preocupação no que concerne à prestação de cuidados básicos à criança por parte da progenitora” “O companheiro parece apresentar uma relação positiva com a criança constituindo como a principal figura de referência masculina”</i>
<i>Família C</i>	<i>“Estamos perante um agregado do tipo monoparental, ... cuja dinâmica familiar se pauta pela estabilidade.” “No que concerne à dinâmica familiar, estamos perante um agregado que apresenta um funcionamento estável, pautado por relações positivas entre os seus</i>

	<i>elementos.” As rotinas da família parecem estar bem definidas e oscilam entre a atividade profissional do progenitor, a escola dos filhos e a gestão/organização habitacional. “A família paterna, afigura-se como importante retaguarda na prestação dos cuidados aos menores e de suporte emocional ao agregado.”</i>
Família D	<i>“O menor é um aluno empenhado na aprendizagem, acompanhando de forma satisfatória as áreas curriculares”.</i>
Família E	<i>Dinâmica familiar parece apresentar padrões de comunicação estáveis, proporcionando à menor um ambiente securizante”</i>
Família F	Não existem indicações de pontos fortes no diagnóstico
Família G	Não existem indicações de pontos fortes no diagnóstico
Família H	<i>“A progenitora tenta acompanhar o percurso escolar do filho, denotando-se algum interesse, uma vez que foi esta que foi buscar a avaliação do menor.”</i>
Família I	<i>“A dinâmica familiar parece apresentar padrões de comunicação estáveis proporcionando aos menores um ambiente securizante”</i>

Tabela 8: Pontos Fortes e Oportunidades de Mudança

Dadas as realidades complexas vivenciadas pelas famílias com quem intervêm, os técnicos têm muitas vezes dificuldade em identificar competências e potencialidades que possam ser utilizadas como fator de mudança. De facto, quando se fala em famílias que provocaram o mal-estar nas suas crianças, colocando-as em situações de perigo, fala-se sobretudo das suas disfunções e das suas dificuldades, e não daquilo que elas são capazes de fazer.

É comum a desvalorização das competências que as famílias detêm, pois desde cedo verifica-se que a atitude da sociedade é a de culpabilizar a família, procurando sempre os problemas e nunca as competências destas.

- *“Tem bebido de forma mais controlada...”, “... apresenta um comportamento satisfatório e uma boa relação com a comunidade escolar”* (Família A);
- *“Não foram detetados fatores de preocupação”, “apresentam um funcionamento estável”, “o companheiro parece apresentar uma relação positiva com a criança”* (Família B);
- *“dinâmica familiar se pauta pela estabilidade”, “(...) pautado por relações positivas entre os seus elementos”, “as rotinas parecem estar bem definidas”* (Família C);
- *“aluno empenhado na aprendizagem”* (Família D);

- *“Dinâmica familiar parece apresentar padrões de comunicação estáveis”* (Família E e I);

Mais uma vez se constata que o enfoque dos técnicos é unicamente nas características dos agregados familiares das crianças e não nos seus contextos escolares, também eles responsáveis pela socialização da criança.

4. Identificação das Medidas de Promoção e Proteção atribuídas às Crianças em análise

Do que nos foi possível apurar no tempo em que estagiámos na CPCJ, as medidas de promoção e proteção da infância são definidas quando o gestor do processo toma uma decisão sobre a ação a aplicar relativamente à situação de perigo diagnosticada. Essa decisão é levada a uma reunião da comissão formada pela equipa restrita para ratificação ou alteração da medida apresentada pelo gestor.

Considerámos que esta fase do processo consiste num momento decisivo com muita relevância e impacto na vida das crianças e jovens, sendo por isso necessária uma elevada ponderação nas escolhas efetuadas e, sobretudo, um sério investimento na construção de reais planos de intervenção apostados na ampliação das oportunidades sociais das famílias e suas crianças.

No caso concreto das 9 famílias aqui em análise, a medida de promoção e proteção da criança proposta pelos profissionais não implicou a retirada das crianças dos seus meios naturais de vida. Optou-se por assumir que o “*Apoio Junto dos Pais*” seria a forma mais ajustada para proteger as crianças.

No quadro que se segue descrevemos como é que esta medida foi operacionalizada em cada uma das famílias.

Família A	<ul style="list-style-type: none">- Prestação dos cuidados básicos ao menor;- Frequência assídua escolar com vista à conclusão da escolaridade obrigatória;- Manutenção da higiene e organização habitacional;- Cumprir com as orientações do técnico de acompanhamento.
Família B	<ul style="list-style-type: none">- Frequência de consultas de Psicologia, por parte da menor, com a Dr.^a ...;- Cumprimento das orientações da técnica de acompanhamento.
Família C	<ol style="list-style-type: none">1. A jovem compromete-se a:<ul style="list-style-type: none">- Frequentar com assiduidade e pontualidade as aulas;- Participar nas atividades letivas propostas pelos docentes, com empenho e dedicação, de forma a atingir os objetivos mínimos propostos às disciplinas;- Adquirir métodos de trabalho, devendo estar concentrada nas aulas e realizar de forma empenhada todas atividades propostas pelos professores;- Cumprir com as orientações técnicas. <ol style="list-style-type: none">2.O progenitor compromete-se a:

- Acompanhar todo o percurso escolar da sua educanda;
- Comparecer na escola de forma regular e sempre que solicitado na escola, de forma a tomar conhecimento do percurso escolar da sua educanda;

- Assumir uma conduta parental assertiva, estabelecendo regras e limites adequados às características da jovem;

3.A progenitora compromete-se a:

- Assegurar durante o período das visitas o acompanhamento/supervisão e imposição de regras adequadas à sua faixa etária;
- Fomentar um ambiente familiar estável e equilibrado que proteja e salvguarde a jovem de qualquer situação de perigo.

4.A CPCJ compromete-se a:

- Articular com o Estabelecimento de Ensino Informações escolares relevantes para o processo de promoção e proteção;
- Articular, sempre que necessário, com os elementos intervenientes no PPP, informações relativas ao decorrer do período de acompanhamento da medida de promoção e proteção.

Família D	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar adequadamente os cuidados básicos ao menor, nomeadamente: alimentação, higiene, saúde, segurança e afetividade; - Melhorar as condições habitacionais, nomeadamente a criação de um quarto para o filho, que reúna condições de conforto; - Continuar a frequência das consultas de pedopsiquiatria, por parte do menor; - Administrar adequadamente e às horas marcadas a medicação ao menor; - Frequentar acompanhamento psicológico, com a Dr.^a...; - Cumprir com as orientações do técnico de acompanhamento.
Família E	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação dos cuidados básicos necessários: <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação adequada e cumprimento das principais refeições; - Proceder à higiene pessoal e do vestuário diariamente; -Saúde: recorrer ao médico sempre que necessário e proceder ao tratamento dentário; - Afetividade: dar afeto e estar atenta às necessidades emocionais da criança; - Manutenção da organização e higiene habitacional; - Acompanhamento do percurso escolar da filha, deslocando-se à escola sempre que solicitada e por iniciativa própria; - Cumprimento das orientações do técnico de acompanhamento.
Família F	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação dos cuidados básicos à menor: - A criança deve receber todas as refeições necessárias ao seu desenvolvimento e em horários adequados; <ul style="list-style-type: none"> - A criança deve receber cuidados de higiene diários, nomeadamente o banho (com supervisão); - A criança deve permanecer aos cuidados dos pais que deverão promover rotinas adequadas à sua idade, nomeadamente o cumprimento dos horários de deitar e levantar. - Cumprimento com o plano educativo para a criança: <ul style="list-style-type: none"> - A criança deve frequentar assiduamente a escola; - Os pais deverão solicitar informações regulares da filha e comparecer às reuniões marcadas pela escola;

	<ul style="list-style-type: none"> - Os pais deverão apoiar na execução dos trabalhos de casa e verificar a realização dos mesmos; - A criança deverá chegar à escola com os cuidados de higiene e alimentação necessários. - Apoio psicossocial ao nível da dinâmica familiar, efetuado pela técnica de acompanhamento do Conjunto Habitacional: <ul style="list-style-type: none"> - Intervenção ao nível da organização e limpeza do espaço habitacional; - Intervenção ao nível das relações interpessoais de forma a melhorar a qualidade das relações intra e inter familiares. - Avaliação e encaminhamento para consulta descentralizada de alcoolismo do CRI Ocidental, que decorre na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal. - Cumprimento das orientações das técnicas de acompanhamento.
Família G	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação dos cuidados básicos, nomeadamente: alimentação, higiene, saúde, segurança e afetividade. - Maior investimento na limpeza e organização do espaço habitacional. - Acompanhamento por parte da equipa do CAFAP, no âmbito da promoção de competências parentais e da organização do espaço habitacional. - Cumprimento das orientações dos técnicos de acompanhamento.
Família H	<p>Os progenitores ficam responsáveis por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prestar adequadamente os cuidados básicos necessários ao filho: <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação adequada e cumprimento das principais refeições; - Proceder à higiene pessoal e do vestuário diariamente; - Afetividade: dar afeto e estar atento às necessidades emocionais da criança; - Estabelecimento de regras e limites apropriados à idade da criança e sua supervisão; - Proceder à transição do menor para pernoitar no quarto do próprio; - Proporcionar um ambiente estável reduzindo os conflitos e discussões familiares; - Orientar e apoiar o menor na realização dos trabalhos de casa; - Acompanhar o percurso escolar do filho, deslocando-se à escola sempre que solicitados e por iniciativa própria; - A progenitora fica responsável por: <ul style="list-style-type: none"> - Proceder diariamente à sua higiene pessoal, investindo na sua imagem; - Solicitar ao médico de família novo encaminhamento para psiquiatria; - Encetar esforços na procura de emprego; - Manter a habitação limpa e organizada; - Cumprir as orientações do técnico de acompanhamento. <p>A CPCJ fica responsável por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e articular com todas as entidades envolvidas no Processo de Promoção e Proteção; - Acompanhar a implementação e desenvolvimento do Acordo de Promoção e Proteção.
Família I	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação adequada dos cuidados básicos à menor, nomeadamente: alimentação, higiene, saúde, segurança e afetividade; - Maior investimento no percurso escolar dos filhos, por parte da

progenitora, deslocando-se à escola regularmente de forma a tomar conhecimento da situação escolar dos mesmos;

- Acompanhamento psicológico do menor, com Dr.^a...;
- Cumprimento das orientações do técnico de acompanhamento.

Tabela 9: Medidas do Acordo de Promoção e Proteção – “*Apoio Junto dos Pais*”

Da reflexão que fazemos a respeito das medidas propostas nos “*Acordos de Promoção e Proteção*” consideramos, em primeiro lugar, que as mesmas se consubstanciam em intervenções burocráticas, que consistem essencialmente em pressionar os pais a acompanhar os seus filhos no seu processo de escolarização, levando-os a serem assíduos e pontuais na escola, por exemplo (sob pena de perderem o seu rendimento social de inserção ou outras medidas de proteção). Infelizmente, as medidas de proteção das crianças não nos parecem ser um estímulo para trabalhar com os professores e com as direções das escolas a fim de adaptar a oferta de formação às necessidades culturais e psicossociais das crianças, a reunir condições para que as crianças reúnam trunfos para saírem das situações de vulnerabilidade em que se encontram. Muito pelo contrário, restringem-se a impor um conjunto de obrigações aos progenitores, de forma totalmente padronizada e sem se ajustar a cada família em concreto, sem ter em linha de conta que superar os problemas a que as crianças estão expostas passa em larga medida pela transformação de contextos sociais que não apenas a família. Como já aqui dissemos, a escola não está isenta de responsabilidades na produção do insucesso escolar das crianças, pelo que uma ação que exclua o contexto escolar como parte integrante da solução, fica também ela restringida.

Um outro problema que consideramos ter existido nesta etapa, prendeu-se com a falta de participação das famílias na definição das ações/medidas. Atendendo a que se tratam de soluções que vão alterar o dia-a-dia de uma família, seria imprescindível conduzir a mesma a compreender a necessidade de participarem ativamente na sua definição e, claro, na sua implementação. Envolver a família neste processo, construir com ela os planos de intervenção, fazê-la sentir-se parte integrante do processo de mudança, desde o primeiro momento, constituem, a nosso ver, elementos que, não obstante serem fundamentais, não foram tidos em consideração. Muito pelo contrário, as 9 famílias foram chamadas à comissão para serem notificadas, uma a uma, das ações que teriam que, obrigatoriamente, cumprir. Além disso, no momento da comunicação por parte dos técnicos a respeito das ações que os pais teriam que cumprir, foi utilizada uma linguagem que, quanto a nós, se revelou inacessível à maioria das famílias.

Não é, porém, esse entendimento que fazem, as profissionais da CPCJ, cujas práticas profissionais pudemos acompanhar no estágio. O seu discurso aponta sempre para um ideal de parceria, no sentido de congregação das sinergias locais, como se esse ideal, pelo simples facto de ser desejado fosse, magicamente, praticado no dia-a-dia das suas intervenções.

P01: *“o modelo de proteção de crianças e jovens em perigo apela à participação ativa da comunidade, levada a cabo pelas CPCJ's ao estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimentos de redes de desenvolvimento social”*

Não queremos deixar, porém, de reconhecer quão exigente e complexo é o trabalho atual dos profissionais das CPCJ's. Além da insuficiência de recursos humanos, o que dificulta fortemente o "agir profissional" no que respeita ao acompanhamento sério e rigoroso de cada uma das crianças (e famílias) em situação de perigo, não podemos deixar de admitir que a priorização dos procedimentos legais ou administrativos sobre as questões psicossociais e educativas constitui um sério obstáculo a uma atuação mais eficaz por parte destas comissões.

Considerações Finais

O presente relatório de estágio pretendeu analisar os diagnósticos de 9 crianças em situação de negligência parental, elaborados pelos profissionais de uma CPCJ da área metropolitana do Porto.

O trabalho desenvolvido numa Comissão passa por vários processos, iniciando-se pelo momento de sinalização, no qual se observou a carência de um instrumento ou de um guia de recolha de informação consistente que fosse utilizado pelos profissionais na obtenção de informações mais objetivas e precisas sobre as situações de perigo. Verificámos ao longo deste estudo, a dificuldade sentida pelos profissionais no momento da receção da sinalização, nomeadamente no que se refere à identificação do tipo de situação de perigo a que a criança/jovem está exposta. É neste momento que os técnicos se debatem com a inexistência de uma definição teórica de negligência consistente, com indicadores específicos e de referência capazes de reconhecer de forma normalizada a realidade complexa que envolve as crianças/jovens negligenciados. Ora, identificar as situações de perigo e categorizá-las de forma a perceber em que tipologia se encaixam é um trabalho realizado de acordo com a leitura e interpretação que cada profissional dá ao problema. Segundo Broadhurst et al. (2010 b), o trabalho da Comissão começa por ser desde logo um “trabalho defeituoso”, uma vez que as situações de perigo são rapidamente categorizadas de acordo com a simplicidade dos indicadores que avaliam as situações familiares complexas. Assim, verificámos a necessidade de serem elaborados indicadores mais precisos que conduzissem os profissionais a conclusões mais completas da situação de perigo existente, sem que recorram a apreciações diferenciadas, que divirjam de técnico para técnico. A par desta situação verificámos que as sinalizações provenientes de outras instituições carecem igualmente de uma ficha de sinalização com indicadores reveladores de informações cruciais acerca dos problemas enfrentados pelos menores. Este seria um caminho que facilitaria o trabalho de recolha de informação rigoroso e assegurava a difusão de dados que muitas vezes ficam retidos nas entrelinhas de um telefonema ou de um relatório parcial. São unicamente os estabelecimentos de ensino os possuidores de uma ficha de

sinalização que, após a nossa análise, podemos afirmar ser composta por indicadores insuficientes e superficiais na transmissão dos problemas vivenciados pelas crianças/jovens.

A natureza da avaliação do perigo no trabalho de proteção social da criança está longe de ser simples, desde logo porque não se consubstancia em reunir unicamente as informações a que a lei obriga. É necessário analisá-las corretamente, pois pode-se iniciar um trabalho de intervenção com crianças que não se encontram em perigo e acabam por ser objeto de intervenção por parte destas instâncias desnecessariamente (Munro e Calder, 2005). Sem uma efetiva e adequada avaliação do perigo, os técnicos não podem intervir e proteger as crianças. A avaliação das situações de perigo é um trabalho que exige, tanto para os profissionais como para a própria família, um tempo e um espaço de reflexão. Logo, a razão de ser da avaliação deve de ser transmitida e explicada à família de forma clara e fundamentada, para que seja compreendida a sua necessidade e que possa ser discutida por ambas as partes (Cirillo e DiBlasio, 1992; Saint-Jacques, Drapeau, Lessard e Beaudoin, 2006). Como Adcock (2001: 76) afirma, chega o momento de efetuar a *“recolha e apreciação de informação revelante para um propósito identificado”*, em que a avaliação deve decorrer num contexto em que as questões que a orientam e as decisões que dela dependem são inequivocamente explicitadas. Esta dimensão é fundamental porque a avaliação não pode responder a questões que não tenham sido colocadas previamente (Budd, 2005).

Após esta etapa cujas informações sobre a situação de perigo dos menores são pouco esclarecedoras, prossegue-se para a fase do diagnóstico, já comprometida devido à falta de objetividade das sinalizações efetuadas. Constatou-se que os diagnósticos realizados não parecem ser elaborados em função da construção teórica dos problemas sociais experienciados pelas famílias. Como podemos analisar, retratam os problemas de forma isolada, desconsiderando os fatores causais nos diversos contextos que colocam a criança em perigo. Constatámos que, muitas vezes, as avaliações desenvolvidas pelos profissionais da CPCJ, não demonstraram ser detentores de conhecimentos suficientes sobre as circunstâncias das histórias de vida das crianças e das suas famílias e tendem a concentrarem-se em eventos individuais (Buckley, 2000).

Alguns estudos revelaram alguns dos limites destas instâncias no momento da elaboração do diagnóstico social da família, nomeadamente a incapacidade de envolver as crianças no processo de promoção e proteção, a insuficiência na recolha de

informação e a falha na análise dos problemas familiares nos seus vários contextos (Turney et al., 2011). No processo de avaliação persistem as preocupações a respeito de como os profissionais da CPCJ avaliam o perigo das 9 crianças em situação de negligência, dado que não detém um instrumento de recolha de informação estruturado e o que existe segue um procedimento de recolha de informação meramente administrativo, descorando de uma matriz teórica que ajude a interpretar os problemas. Ora sem guiões que estruturam a recolha de informação completa, empiricamente comprovada e com reais indicadores de recolha de informação, continuará a gerar junto dos profissionais incertezas no momento do tratamento da informação.

A incerteza quanto à fiabilidade e validade dos diagnósticos efetuados levam à necessidade de um conhecimento mais aprofundado e científico de modelos de avaliação que sustentem as reflexões e análises efetuadas pelos profissionais na compreensão dos problemas das crianças maltratadas. Por outras palavras, podemos dizer que só as ações teoricamente fundamentadas, sustentadas no pensamento científico é que são capazes de inverter os complexos mecanismos sociais que estão na génese dos problemas experimentados pelas crianças e suas famílias.

Assim, as análises diagnósticas realizadas pelos profissionais da CPCJ ficam aquém de uma reflexão crítica e orientada para compreensão dos problemas enquanto fatores sociais, incorrendo num obstáculo epistemológico, uma vez que analisam os problemas das crianças à luz do individualismo. Culpabilizar os progenitores pelas situações de perigo em que colocam os seus filhos, é um caminho demasiado fácil, mas que nada contribui para promover a mudança e proteger o menor. Pelo contrário, é necessário que os diagnósticos sejam realizados tendo em conta a realidade vivenciada pela família, a origem e a causa dos problemas identificados. Assim sendo a avaliação seria analisada tendo por base um conhecimento empírico sólido e através de diretrizes práticas que abranja todas as situações sociais onde a família se insere.

Observámos também que os diagnósticos se focam, muitas vezes, nos pontos fracos e ameaças, desvalorizando ou até mesmo esquecendo de aprofundar os pontos fortes e oportunidades que cada família possui. Esta limitação dificulta a promoção da mudança alicerçada nas potencialidades e pontos fortes de cada família, que deveria ser um objetivo presente no trabalho desempenhado pela CPCJ.

Relativamente às medidas de intervenção a serem aplicadas, não procuram incidir totalmente sobre as causas dos problemas, acabando por ser equacionadas a

partir de critérios administrativos. As medidas acabam por serem normativas, ou seja, impõem obrigações aos progenitores no lugar duma relação terapêutica e educativa. Elas são pensadas de forma padronizada e restritiva, já que restringem-se à família, não considerando o trabalho com outras instituições. Um outro problema prende-se com o facto de no momento da comunicação das ações ser utilizada uma linguagem demasiado técnica, e existir pouca participação da família na definição das soluções.

As medidas são definidas pelo gestor do processo sendo a decisão posteriormente tomada em reunião da comissão restrita. Acabamos por detetar que as medidas são em grande parte iguais de processo para processo, o que demonstra que as ações passam a ser consideradas como atos habituais e repetitivos, deixando os profissionais de investir na inovação.

O processo de julgamento e de tomada de decisões estratégicas dos profissionais de serviço social neste campo precisam de ser estudados e analisados criticamente. Precisámos de verificar qual o tipo de referências consideradas pelos profissionais nas suas deliberações, quais são as justificativas que fornecem para as suas conclusões, e quais as lógicas em que se baseiam. As decisões inadequadas podem levar a um trágico resultado na proteção da criança. Os trabalhadores sociais precisam de suporte de ferramentas na elaboração de avaliações precisas e confiáveis que assegurem a segurança imediata e que previnam o perigo a longo prazo. Estas ferramentas de decisão deveriam ser incorporadas nos sistemas de gestão que incorporam as normas de serviço claramente definidas, e nos mecanismos para reavaliações oportunas, métodos de medição de carga de trabalho e mecanismos para garantir a prestação de contas e controlos de qualidade. As decisões podem ser significativamente melhoradas quando estão estruturadas de forma adequada, ou seja, critérios específicos devem ser considerados para todos os casos, por todos os profissionais que integram as CPCJ's através de procedimentos de avaliação altamente estruturados. Claramente que a falha na definição de critérios no momento da tomada de decisão e na identificação de critérios aplicáveis à solução dos problemas, geram inconsistências e, por vezes, ações inapropriadas na resolução das situações de negligência. Claramente, quanto maior o grau de incerteza, maior o potencial de erro. É necessário refletir sobre a origem dos problemas nos diferentes contextos, para que a recolha e análise seja a mais correta possível no que diz respeito às informações relevantes, pois só assim é possível aumentar o nível de confiança nas decisões tomadas. Ora as tomadas de decisão

deveriam assentar em estruturas para o desenvolvimento de ferramentas e protocolos que possam melhorar a eficácia das decisões em situações de promoção do bem-estar da criança.

Do que foi possível apurar através das entrevistas às profissionais da CPCJ em estudo, percebemos que os métodos utilizados são adequados, e identificam algumas mudanças nas famílias após a intervenção.

O trabalho de uma Comissão parece ser pautado pela necessidade urgente de tratar o avolumar processual por técnico, por uma intervenção a curto prazo cujo objetivo é gerir a situação da melhor forma possível, enquanto a intervenção a longo prazo, de cariz educativa parece não existir. Outras das limitações das instituições de proteção à infância prendem-se com o facto de existirem constrangimentos severos dos recursos, pesadas cargas de trabalho; rotatividade de pessoal; aumento de preocupações sobre o trabalhador e a responsabilidade da instituição; necessitando de uma procura contínua por novas estratégias e recursos para resolver o problema. O que queremos dizer é que os profissionais acabam por adotar práticas mais burocráticas recorrendo a check-lists, guias de procedimentos e protocolos para auxiliar a sua intervenção e proporcionar segurança aos gestores de caso (Amaro, 2012: 82).

Verificámos ao longo do estágio que a falta de tempo aleada aos poucos contactos que os profissionais estabelecem com as crianças e suas famílias colocam em causa, não só a relação de qualidade entre ambas as partes, mas também a análise e avaliação das situações de perigo (Gillingham e Humphreys, 2010; Buckley et al., 2010).

A complexidade das situações de perigo que obrigam a respostas/soluções urgentes por parte dos profissionais, compromete a construção conjunta de caminhos e ações alternativas, conducentes ao sucesso das intervenções. O que acaba por acontecer conforme já analisámos anteriormente, é que as famílias acabam por ser julgadas pelos seus problemas e pelas soluções que adotam para os resolver, bem como pelas escolhas que fazem. Em suma, existe a necessidade de construção de instrumentos de avaliação diagnóstica capazes de aprofundar a realidade complexa onde se inserem as crianças e as suas famílias, tendo por base uma análise das causas, dos fatores de risco e dos fatores de proteção, para que seja possível, em colaboração com os progenitores, desenvolver um plano de ação que atinja a génese dos problemas.

Ao refletir sobre o trabalho desempenhado numa CPCJ, surge aqui uma nova questão: Será que estas intervenções, não carecem de uma avaliação da sua eficácia no que concerne à sua forma de atuação e resultados da mesma? Não será necessária a criação de estruturas que apoiem diretamente a ação de uma CPCJ?

Referências Bibliográficas

- ✓ ALARCÃO, Madalena - *(DES) Equilíbrios Familiares*. 3.^a Edição, Coimbra: Quarteto Editora, 2006.
- ✓ ALMEIDA, Ana Nunes; ANDRÉ, Isabel Margarida; ALMEIDA, Helena Nunes - *Famílias e maus-tratos às crianças em Portugal – Relatório Final*. Lisboa: Assembleia da República, 2001.
- ✓ ALMEIDA, João Ferreira; MACHADO, Fernando Luís; CAPUCHA, Luís; TORRES, Anália Cardoso - *Introdução à Sociologia*. Universidade Aberta, 1995. ISBN:972-647-137-8
- ✓ ALMEIDA, H. – *Conceptions et Pratiques de la Médiation Sociale. Les modèles de médiation dans la quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra: FFB / Instituto Superior Bissaya Barreto, 2000.
- ✓ AMARO, F. - *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP, 2006.
- ✓ AMARO, S. - *Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa*, 2^a Edição: AGE Editora, Porto Alegre, 2003.
- ✓ AZEVEDO, Maria do Céu; MAIA, Ângela da Costa - *Maus tratos à criança. Psicológica*, n.º 28. 1.^a ed. Lisboa: Climepsi Editores, 2006.
- ✓ BABBIE, Earl. - *Survey Research Methods*. 2^a Ed: Belmont, California: Wadsworth Publishing Company, 1997.
- ✓ BAZON, M. R., MELLO, I. L. M. A., BÉRGAMO, L. P. D., & FALEIROS, J. M. - Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconómico, estresse parental e apoio social. *Temas em Psicologia*. Vol.18,nº1, 2010, pp. 71-84.
- ✓ BENAVENTE, Renata Carla da Silva – *Factores de mudança nas representações da vinculação em crianças de famílias de alto-risco*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, 2010. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica.
- ✓ BENAVENTE, Renata; JUSTO, João; VERÍSSIMO, Manuela - *Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar*. *Análise Psicológica*. 1 (XXVII), (2009), p. 21-31.
- ✓ BERBERIAN, Thais Peinado - Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. *Revista Serv. Soc. Soc.*. Cortez Editora, São Paulo, n.º 121. (jan./mar. 2015), p. 48 – 85. ISSN 2317 – 6318.

- ✓ BISQUERRA, Rafael. - *Métodos de Investigacion Educativa: Guia Practica*. Barcelona: Ediciones CEAC, 1989.
- ✓ BLACK, Thomas - *Evaluating Social Science Research: An Introduction*. SAGE Publications, London, 1993.
- ✓ BORDIEU, Pierre et al.. *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- ✓ BRYMAN, Alan - *Social Research Methods*. 2ª ed., Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ✓ CALHEIROS, M. M.. *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- ✓ CALHEIROS, Manuela; MONTEIRO, Maria Benedita – *Mau Trato e Negligência Parental - Contributos para a definição social de conceitos*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34, 2000, p. 145-176.
- ✓ CAMILO, Cláudia; GARRIDO, Margarida Vaz - *Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão*. *Análise Psicológica*. 3 (XXXI), 2013, p. 245-268.
- ✓ CAMPOS, Claudinei José Gomes – *Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. *Rev Bras Enferm*. Brasília (DF), 57 (5), (2004 set/out).
- ✓ CANHA, J. - *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto editora, 2003.
- ✓ CHILDREN’S RESEARCH CENTER - *The structured decision making model. An evidence based approach to human services*. Madison, WI: Children’s Research Center (2008).
- ✓ COHEN, Burton J. - *Design-based Practice: A New Perspective for Social Work*. *Social Work*. Volume 56, Nº 4 (Outubro, 2011).
- ✓ CRITTENDEN, P. - *Child neglect: causes and contributors*. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: research, practice and policy*. USA: Sage Publications, Inc, 1999, pp. 47-68.
- ✓ CRUZ, H., & CARVALHO, M. J. L. - *Infância, famílias e educação parental*. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. J. L. Carvalho (Coord.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 19-33). Cascais: Princípia, 2011.

- ✓ CUNHA, F., L. – *Pobres vidas destituídas de justiça com o conselho tutelar nos casos de Destituição do poder familiar*. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Curso de Especialização em Psicologia Jurídica. Monografia não publicada, 2006.
- ✓ DEPARTMENT OF HEALTH - *Framework for the assessment of children in need and their families*. London: Stationery Office (2000).
- ✓ DODGE A., PETTIT, S., BATTES E. - *Socialization mediators of the relation between socioeconomic status and child conduct problems*. Child Development., Vol. 65, No. 2, Children and Poverty, Apr., 1994, pp. 649-665.
- ✓ DUBOWITZ, H. - Understanding and addressing the “neglect of neglect.” Digging into the molehill. *Child Abuse & Neglect*, Oxford, v. 31, 2007, p. 603-606.
- ✓ EISMAN, Leonor B. - El processo de investigación. In M. P. COLÁS BRAVO & L. B. EISMAN (Ed) *Investigación Educativa*. Sevilla: Ediciones Alfar, 1992a, p. 69-105.
- ✓ EISMAN, Leonor B. - Técnicas e Instrumentos de Recogida de Datos. In M. P. COLÁS BRAVO & L. B. EXIMAN (Ed) *Investigación Educativa*. Sevilla: Ediciones Alfar, 1992b, p. 201-246.
- ✓ FAURA, F. E. - Promoción del buen trato y prevención del maltrato en la infancia en el ámbito de la Atención Primaria. *Revista Pediatría de Atención Primaria*. Vol. XI, 2009.
- ✓ Farkas, M.D., Cohen, M., & Nemec, P. *Psychiatric rehabilitation programs: Putting concepts into practice*. Community Mental Health Journal, (1988) 24 (1), 7–21
- ✓ FERREIRA, Jorge Manuel Leitão - *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar Para a Infância, Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*. Quid Juris, Abril, 2011.
- ✓ GARRIDO, Margarida V.; CAMILO, Cláudia - Negligência parental: uma abordagem experimental a problemas comunitários. *Mind_Português*. Vol.3, N.º 1-4, 2012, p. 1-14.
- ✓ GAULEJAC, Vicent de; BONETTI, Michel; FRAISSE, Jean - *L'ingénierie sociale*, Paris: Syros, 1995.

- ✓ GAULEJAC Vicent De ; TABOADA-LEONETTI, I. - *La lutte des places*. ÉPI: Paris, 1994.
- ✓ GARRIDO, Margarida V.; CAMILO, Cláudia - *Negligência parental: uma abordagem experimental a problemas comunitários*. Mind_Português. Vol.3, N.º 1-4, (2012), p. 1-14.
- ✓ GOMES, I. - *Acreditar no Futuro*. Texto Editore: Alfragide, 2010.
- ✓ GOMES, C. A. – *A interacção selectiva na escola de massas*. Sociologia-Problemas e Práticas, nº 3, p. 35-49 (1987).
- ✓ GRILO, M. – *Criança vítima de maus-tratos – Que Protecção? Um longo caminho até ao reconhecimento do direito aos direitos*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Dissertação de Mestrado, 2004.
- ✓ GUERRA, Isabel Carvalho - *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação - O Planeamento em Ciências Sociais*. 2ª Edição: Princípia Editora, Lda., Outubro de 2002.
- ✓ HILÁRIO, Ana Patrícia, et al. – *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Sumário Executivo*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Fevereiro de 2008.
- ✓ HILDYARD, K., & Wolfe, D. - Child Neglect: *Developmental issues and outcomes*. *Child Abuse & Neglect*, 26, 2002, p. 679–695.
- ✓ Knutson, E. L. et al. *The metabolic consequences of sleep deprivation*. *Sleep medicine reviews*, 11(3), pp. 163-178 (2007).
- ✓ LOULÉ, Filipa Maria Marques Ramos – *Crianças em Perigo: A Prática Profissional dos Assistentes Sociais nas CPCJ'S da Sub-região do Baixo Mondego*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, Escola Superior de Altos Estudos, 2010. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.
- ✓ MAGALHÃES, T. - *Maus Tratos em Crianças e Jovens – Guia prático para profissionais*. Saúde e Sociedade nº13. Coimbra: Quarteto, 2002.
- ✓ MAGALHÃES, Teresa. - *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora, (2004).
- ✓ MAIA, Ângela da Costa; AZEVEDO, Maria do Céu - *Maus tratos à criança*. Psicológica, nº 28. 1.ª ed. Lisboa: Climepsi Editores (2006).

- ✓ MALCOLM, Payne - *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Quarteto Editora, Coimbra: Coleção - Instituto Superior Miguel Torga, 2002. ISBN: 972-8717-46-6
- ✓ MANLY, J., CICHETTI, D. & BARNETT, D. - *The impact of subtype, frequency, chronicity, and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems*. Development and Psychopathology, 1994.
- ✓ MANSO, J. M. M. - Estudio sobre las variables que intervienen en el abandono físico e negligencia infantil. *Anales de Psicología*, Murcia, v. 18, n. 1, (2002), p. 135-150.
- ✓ MELTZOFF, Julian. Critical Thinking About Research-Psychology and Related Fields. *Washington DC: American Psychology Association*, (1998).
- ✓ MERTON, Robert King, *A Teoria E Estruturas Sociais*. Editorial. Fundo de Cultura Econômica. México, 1987.
- ✓ MYRIAN, Veras Baptista - *A Investigação em Serviço Social*. S. Paulo: CPIHTS e Veras Editora. Lisboa, 2001.
- ✓ NEVES, Ana Margarida – *Estudo de Adaptação e Validação da Escala “The Parent-Report Multidimensional Neglectful Behavior Scale” a uma Amostra da População Portuguesa*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, 2010. Dissertação de mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Consultado em 30 de setembro de 2014 Disponível em [www](http://www.dissertations.net):
- ✓ OSMO, Rujala; BENBENISHTY, Rami - Children at risk: Rationales for risk assessments and interventions. *Children and Youth Services Review*. 26, (2004), p. 1155-1173.
- ✓ PARDO, M., PEREIRA, A. - Violências sexuais: Incesto, Estupro e Negligência Familiar. *Estudos de Psicologia*, 25 (2), (2008), p. 277-292.
- ✓ PAUGAM, Serge. *Le lien social*. PUF, Paris, 2008.
- ✓ PEGADO, Elsa; SOUSA, Isabel; CRUZ, Raquel – *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Maio de 2008.
- ✓ PINTO, J. M.; SILVA, A. S. - *Metodologia das Ciências Sociais*. Afrontamento: Porto, 1986.

- ✓ QUEIROZ, M.C. “*Classes perigosas*” ou *classes tornadas inúteis?*. Le Monde Diplomatique - edição portuguesa, Fev. 2006, p. 1-3.
- ✓ QUEIROZ, M.C.; GROS, M. – *Das condições sociais de exclusão às condições da solidariedade*. Cadernos De Ciências Sociais, N.º 15, 1996.
- ✓ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed.: Gradiva, Coleção Trajectos, 2008. ISBN: 9789726622758.
- ✓ REIS, V. – *Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2009.
- ✓ RODRIGUES, S. - *Impacto da vitimização infantil avaliação do ajustamento global em crianças maltratadas*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Medicina, 2008.
- ✓ ROSE, Wendy - Assessing Children in need and their families. *The child's world. Assessing children in need*. Jessica Kingsley Publishers, London (2001), p. 35-49.
- ✓ RUTTER, M. - Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57. (1987), p. 316-331.
- ✓ SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. - A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 60, n. 5, (2007), p. 525-529.
- ✓ SARMENTO, Manuel, et al. – *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Relatório Final. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Fevereiro de 2008.
- ✓ SEGURANÇA SOCIAL - Guião Prático para Realização da Visita domiciliária [Consult. Out. 2014]. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/>
- ✓ STERN, Paul; KALOF, Linda - *Evaluating Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press. 2ª Ed, (1996).
- ✓ THEODORE, A.; RUNYAN, D.; CHANG, J. J. - Measuring the risk of physical neglect in a population-based sample. *Child Maltreatment, Thousand Oaks*, v. 12, n. 1, (2007), p. 96-105.

- ✓ TORRES, A. (coord.), PEGADO, E., HILÁRIO, A., CRUZ, R., PENHA, A., SOUSA, I., e SARMENTO, M. *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens: Relatório Final*, Lisboa, 2008.
- ✓ VAGOSTELLO, L. - O risco da negligência: Um estudo de caso. *Psic: Revista da Vetor Editora*, 4 (1), (2002), p. 142-152
- ✓ VISCARRET, Juan Jesús. *Modelos y Métodos de Intervención en Trabajo Social*. Aliança Editorial: Madrid, 2007.
- ✓ U.S Department of Health and Human Services - *Child Maltreatment. 21st. year of reporting, Children's Bureau Administration on Children, Youth and Families*. USA: Washington, 2010.
- ✓ WHITE, Angela; WALSH, Peter - Risk assessment in child welfare: An issues paper. Ashville. NSW: *Center for Parenting & Research, Research, Funding & Business Analysis Division, NSW Department of Community Services* (2006).

Legislação consultada:

- ✓ Convenção sobre os Direitos da Criança – Resolução da Assembleia da República n.º 20/90
- ✓ Decreto-lei n.º 5/91, de 18 de Janeiro
- ✓ Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de Abril
- ✓ Decreto-lei 160/80 de 27/05/1980
- ✓ Decreto-lei n.º 189/91, de 17 de Maio
- ✓ Decreto-Lei n.º 10767
- ✓ Decreto-Lei n.º 33547
- ✓ Decreto-lei n.º 314/78, de 27 de Outubro
- ✓ Despacho n.º 8393/2007 de 10 de Maio
- ✓ Lei de Proteção de Crianças de 27 de Maio de 1911
- ✓ Lei n.º 31/2003
- ✓ Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro
- ✓ Lei n.º 166/99, de 14/09
- ✓ Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro
- ✓ Portaria n.º 592/79 de 12 de Novembro de 1979
- ✓ Proposta de Lei n.º 265/VII

ANEXOS

Anexo I – Tipologia das Situações de Perigo

TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES DE PERIGO PARA A CRIANÇA/JOVEM

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
1- Abandono Criança abandonada ou entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades físicas básicas e de segurança,	Fome habitual, falta de protecção do frio, necessidade de cuidados de higiene e de saúde, feridas, doenças.	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada.
2 – Negligência Situação em que as necessidades físicas básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não duma forma manifestamente intencional de causar danos à criança	Necessidades médicas não atendidas (controlos médicos, vacinas, feridas, doenças); repetidos acidentes domésticos por negligência; períodos prolongados da criança entregue a si própria (isto depende da idade) sem supervisão de adultos, fome e falta de protecção do frio.	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada.
3 – Abandono Escolar Abandono do ensino básico obrigatório por crianças e/ou jovens em idade escolar, i.e., entre os 6 e os 15 anos de idade.	Inexistência de matrícula no ensino básico obrigatório da criança/jovem em idade escolar. Cessação da frequência das actividades escolares de crianças/jovens em idade escolar e que não tenham concluído o ensino básico obrigatório.	Requer a ocorrência de algum(s) dos indicador(es).

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
4- Maus tratos físicos Acção não accidental de algum adulto que provocou danos físicos ou doenças na criança, ou que o coloca em grave risco de os ter como consequência de alguma negligência..	Feridas, queimaduras, fracturas, deslocações, mordeaduras, cortes, asfixia, etc.	O dano correu pelo menos 1 vez/mês, ocasionando lesões que não são normais face aos hábitos culturais, idade e caracterização da criança.
5-Maus tratos psicológicos/Abuso emocional Não são tomadas em consideração as necessidades psicológicas da criança, particularmente as que têm a ver com as relações interpessoais e com a auto-estima	Rebaixar/vexar a criança, aterrorizá-la, privá-la de relações sociais, insultá-la, ignorar as suas necessidades emocionais e de estimulação, evidente frieza afectiva.	Requer que algum(s) indicador(es) ocorram de forma reiterada
6 – Abuso sexual Utilização por um adulto de um menor para satisfazer os seus desejos sexuais	A criança é utilizada para realizar actos sexuais ou como objecto de estimulação sexual. Podem verificar-se dificuldades para andar ou sentar-se, manchas de sangue na zona genital que não corresponde ao seu nível de desenvolvimento. Tristeza acentuada, dificuldade em lidar com o próprio corpo (por exemplo em actividades desportivas), isolamento/ evitamento/medo da relação com os pares ou com adultos, expressão de conhecimentos ou vivências sobre sexualidade/actos sexuais desajustados para a idade, insucesso escolar, comportamentos auto ou hetero destrutivos (mutilações, ideias suicidas, episódios de grande agressividade/violência).	Requer pelo menos um episódio de utilização sexual do menor

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
7 – Prostituição Infantil Designa a utilização de uma criança em actividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição.	Oferta, obtenção, procura ou entrega de uma criança para fins de prostituição infantil.	Requer unicamente um episódio de utilização sexual da criança/jovem.
8 – Pornografia Infantil Designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.	A oferta, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse para os fins de pornografia infantil, segundo a definição apresentada.	Requer unicamente um episódio de utilização sexual da criança/jovem.
9 – Exploração do Trabalho infantil Para obter benefícios económicos, a criança/jovem é obrigada à realização de trabalhos (sejam ou não domésticos) que excedem os limites do habitual que deveriam ser realizados por adultos e que interferem claramente na vida escolar da criança. Exclui-se a utilização da criança em tarefas específicas por temporadas.	Participação da criança em actividades laborais de forma continuada ou por períodos de tempo. A criança não pode participar nas actividades sociais e académicas próprias da sua idade.	Pelo menos um período de tempo concreto, a criança não pode participar nas actividades da sua idade (escola, etc) por se encontrar a trabalhar.

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
10 – Exercício abusivo de autoridade Uso abusivo do poder paternal que se traduz na prevalência dos interesses dos detentores do poder paternal em detrimento dos direitos e protecção da criança/jovem.	Privar a criança/jovem das actividades sociais e académicas próprias da sua idade e nível de desenvolvimento. Invasão da privacidade da criança/jovem. Privar a criança/jovem de expressar as suas ideias e/ou opiniões.	Requer que algum(s) indicador(es) ocorram de forma reiterada e desadequada.
11 – Mendicidade A criança/jovem é utilizada habitualmente ou esporadicamente para mendigar, ou é a criança que exerce a mendicidade por sua iniciativa	Só ou em companhia de outras pessoas a criança pede esmola	Pelo menos um episódio de mendicidade.
12- Exposição a modelos de comportamento desviante Condutas do adulto que potenciem na criança padrões de condutas anti-sociais ou desviantes bem como perturbações do desenvolvimento (desorganização afectiva e/ou cognitiva), embora não de uma forma manifestamente intencional.	Dificuldades de socialização, hiperactividade, apatia, tristeza, discurso/comportamentos desadequados à idade grande ansiedade auto e/ou hetero-agressividade	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada.

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
13 – Corrupção de menores Conduitas do adulto não acidentais que promovem na criança padrões de condutas anti-sociais ou desviantes – agressividade, apropriação indevida, sexualidade e tráfico ou consumo de drogas	Criar dependência de drogas, implicar a criança em contactos sexuais com outras crianças ou adultos, estimular o roubo ou agressões, utilizá-la no tráfico de drogas, premiar condutas delituosas.	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada.
14 – Prática de facto qualificado como crime por criança/jovem com idade igual ou inferior a 12 anos. Comportamento que integra a prática de factos punidos pela Lei Penal.	Abertura de Inquérito pelas autoridades policiais e/ou Ministério Público. Instauração do respectivo processo.	Requer a ocorrência de um dos indicadores, podendo o caso ser remetido para a Comissão de Protecção directamente pelas autoridades policiais, ou pelo Ministério Público após instauração do processo.
15 – Uso de estupefacientes Consumo abusivo de substâncias químicas psicoactivas	Comportamentos de consumo de substâncias químicas psicoactivas.	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada

DEFINIÇÃO	INDICADORES Criança / Jovem	REQUISITOS
16 – Ingestão de bebidas alcoólicas Consumo abusivo de bebidas alcoólicas.	Comportamentos de consumo de bebidas alcoólicas.	Para que se possa falar desta situação requer que algum(s) do(s) indicadores se verifiquem de forma reiterada
17 – Problemas de Saúde Existência de doença física e/ou psiquiátrica..	A criança/jovem sofre de doença física, crónica e/ou psiquiátrica. Incluem-se as doenças infecto-contagiosas, bem como os casos de deficiência com déficit cognitivo e/ou motor.	Para que se possa falar desta situação requer a existência de diagnóstico médico.
18 – Outras situações de perigo Condutas/problemáticas da criança/jovem não incluídas nos pontos anteriores		

Anexo II – Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA²⁶

Entrevista direcionada às profissionais que exercem atividade profissional na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santo Tirso

I. Formação/Qualificação dos técnicos

1. Qual a sua formação académica e grau académico?
2. Para além da sua formação inicial, realizou outros cursos em áreas diferentes?
Quais?
3. Com base na sua experiência profissional, sente necessidade de realizar cursos de 2º e 3º ciclo na sua área de formação inicial ou noutra? Porquê?
4. No exercício da sua prática profissional, faz parte de algum centro de investigação? Ou integra algum projeto de investigação? Explique qual e onde.

II. Suportes de apoio à intervenção profissional

1. **Numa escala de 0 a 5 (em que 0 - nenhuma, 1 - poucas vezes, 2 – algumas vezes, 3 - às vezes, 4 – em quase todas as vezes, 5 – todas as vezes) classifique a utilização efetivas de cada um dos seguintes itens no seu processo de trabalho quotidiano:**

1.1. Bibliografia

1.2. Supervisão

1.3. Informação de natureza legislativa

1.4. Medidas operativas definidas pelas políticas de proteção à infância

1.5. Saberes experienciais

²⁶ Este Guião de Entrevista teve como matriz o Guião de questionário inerente ao livro: FERREIRA, J. M Serviço social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à criança e à Família. Lisboa (2001), Portugal: QUID JURIS- Sociedade Editora:291-308

1.6. Instrumentos técnico-operativos

1.7. Conhecimentos teórico-metodológicos

1.8. Princípios éticos e valores profissionais

1.9. Tecnologias de Informação e Comunicação

1.10. Recurso a trabalho articulado com outros profissionais

1.11. Orientações diretas com os superiores hierárquicos

1.12. Decisões emanadas dos tribunais

1.13. Orientações da Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco

1.14. Outros suportes

III. Plano de Intervenção com as famílias

Gostaríamos de saber como procede para elaborar o plano de intervenção (do diagnóstico até à fase de avaliação) que é dirigido às famílias (Medida: “Apoio Junto dos Pais”)

DIAGNÓSTICO

1. Descreva as fases do trabalho de diagnóstico que realiza com as famílias.
2. Que competências teórico-metodológicas e técnicas mobiliza para a elaboração do diagnóstico?
3. Na elaboração diagnóstica, utiliza um guião de recolha de informação? Qual?
4. Existe um instrumento de recolha de informação comum a todos os profissionais que trabalham na CPCJ para avaliar a situação de risco da criança/jovem?
5. Quais as principais fontes de informação em que se baseia o diagnóstico?
6. Na fase do diagnóstico, identifique que recursos/competências consideraria importantes deter para realizar melhor as avaliações diagnósticas? (recursos instrumentais; formativos; humanos; parcerias)
7. Na elaboração diagnóstica, utiliza a informação recolhida anteriormente por outros profissionais? Se sim, indique, como.

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO

1. Como é concebido o plano de intervenção?
2. Recorre a parceiros comunitários (serviços sociais e outros) na intervenção?
3. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual ou quais os serviços que colaboram mais ativamente no plano de intervenção?
4. Sustenta o plano de intervenção num referencial teórico-metodológico. Se sim, qual e descreva como o percebe.
5. Descreva como se processa a intervenção com a família.
6. Na intervenção quais as técnicas que usa no trabalho que desenvolve com a família?
7. Como é estabelecido o plano de intervenção com a família (numa reunião, relação de parceiros, decisão do técnico, outra)
8. Identifique as principais ações/atividades que o técnico desempenha com estas famílias?
9. Refira e explicita no que a intervenção dos técnicos junto das famílias é predominantemente baseada:
 - 9.1. Modelos de proteção à criança
 - 9.2. Dispositivos operativos das políticas sociais para a infância
 - 9.3. Recursos e meios disponíveis na comunidade para a intervenção
 - 9.4. Respostas provenientes das redes sociais em geral
 - 9.5. Possibilidades e competências da família
 - 9.6. Expresse a sua opinião crítica face aos modelos de proteção e bem-estar social para a criança em Portugal?

IV. Acompanhamento do plano de intervenção na família

AVALIAÇÃO

1. Na metodologia de intervenção, usa alguma matriz de intervenção para medir/identificar as mudanças produzidas na família? Se sim, em que consiste?
2. Com base na sua experiência profissional, considera que a medida “*Apoio Junto dos Pais*” tem vindo a promover efeitos positivos/mudanças na vida das famílias? Se sim, quais as principais mudanças verificadas.

Avaliação Crítica e Sugestões

1. De acordo com a experiência profissional, que análise crítica faz face aos seguintes aspetos:
 - Sistema legal de proteção à criança em vigor em Portugal
 - Eficácia da intervenção da Comissão de Proteção na Promoção dos direitos de bem-estar da criança
 - Adequação das metodologias e instrumentos técnicos do Serviço Social no trabalho com a família biológica
 - As funções e atribuições do técnico na intervenção com as famílias
2. Que tipo de inovação procura introduzir na sua prática profissional a partir das políticas sociais para a infância e juventude e dos modelos de proteção?

Anexo III – Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista direcionada às profissionais que exercem atividade profissional na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

I. Formação/Qualificação dos técnicos

1. Qual a sua formação académica e grau académico? *Licenciatura em Psicologia.*
2. Para além da sua formação inicial, realizou outros cursos em áreas diferentes? Quais? *Pós-Graduação em Psicologia Clínica e da Saúde.*
3. Com base na sua experiência profissional, sente necessidade de realizar cursos de 2º e 3º ciclo na sua área de formação inicial ou noutra? Porquê? *Não. Porque para já penso que a minha formação ainda se adequa aos novos paradigmas sociais.*
4. No exercício da sua prática profissional, faz parte de algum centro de investigação? Ou integra algum projeto de investigação? Explique qual e onde. *Não.*

II. Suportes de apoio à intervenção profissional

1. **Numa escala de 0 a 5** (em que 0 - nenhuma, 1 - poucas vezes, 2 – algumas vezes, 3 - às vezes, 4 – em quase todas as vezes, 5 – todas as vezes) **classifique a utilização efetivas de cada um dos seguintes itens no seu processo de trabalho quotidiano:**

- | | |
|--|---|
| a. Bibliografia | 3 |
| b. Supervisão | 2 |
| c. Informação de natureza legislativa | 3 |
| d. Medidas operativas definidas pelas políticas de proteção à infância | 4 |
| e. Saberes experienciais | 4 |
| f. Instrumentos técnico-operativos | 4 |
| g. Conhecimentos teórico-metodológicos | 4 |
| h. Princípios éticos e valores profissionais | 4 |

i. Tecnologias de Informação e Comunicação	4
j. Recurso a trabalho articulado com outros profissionais	4
k. Orientações diretas com os superiores hierárquicos	4
l. Decisões emanadas dos tribunais	3
m. Orientações da Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco	3
n. Outros suportes	

III. Plano de intervenção com as famílias

Gostaríamos de saber como procede para elaborar o plano de intervenção (do diagnóstico até à fase de avaliação) que é dirigido às famílias (Medida: “Apoio Junto dos Pais”)

DIAGNÓSTICO

1. Descreva as fases do trabalho de diagnóstico que realiza com as famílias.
 - a. *Entrevista social semi-estruturada após convocatória dos elementos intervenientes no processo (pais, tutor ou quem detém a guarda de facto e criança e/ou jovem com 12 ou mais anos) para recolha de informação social acerca da família;*
 - b. *A Técnica faculta à família toda a informação relevante acerca da intervenção da CPCJ, nomeadamente os Direitos e Formas de Intervenção e Princípios Orientadores;*
 - c. *Recolha do Consentimento e Não Oposição;*
 - d. *Contactos interinstitucionais (articulação com parceiros, pedidos de informação, pedidos de colaboração, contactos com elementos da comunidade envolvente...);*
 - e. *Vistas Domiciliárias;*
 - f. *Elaboração do Relatório Social com o respetivo diagnóstico familiar e parecer técnico.*

2. Que competências teórico-metodológicas e técnicas mobiliza para a elaboração do diagnóstico?

- a. Entrevistas;*
- b. Observação direta da dinâmica familiar;*
- c. Aplicação de Instrumentos Técnicos (Escala, Grelhas de Observação...).*

3. Na elaboração diagnóstica, utiliza um guião de recolha de informação? Qual?

Sim. Guia de Orientações para profissionais de Ação Social/ Saúde na abordagem de situações de Maus Tratos ou outras situações de perigo – CNPCJR. Modelo Ecológico e Modelo Sistémico.

O instrumento que utilizamos é suficiente para que seja efetuada uma intervenção prática, rápida e que acima de tudo remova o perigo em que as crianças, supostamente, as crianças ou os jovens estão...

4. Existe um instrumento de recolha de informação comum a todos os profissionais que trabalham na CPCJ para avaliar a situação de risco da criança/jovem?

Sim, o acima referido.

5. Na fase do diagnóstico, identifique que recursos/competências consideraria importantes deter para realizar melhor as avaliações diagnósticas? (recursos instrumentais; formativos; humanos; parcerias)

Formação Académica na área das Ciências Sociais e Humanas.

Formação específica na área da promoção e proteção dos direitos das crianças.

6. Na elaboração diagnóstica, utiliza a informação recolhida anteriormente por outros profissionais? Se sim, indique, como.

Sim, quando existem relatórios/diagnósticos previamente elaborados por outros profissionais, respeitamos o princípio da intervenção mínima.

MEDIDAS DE INTERVENÇÃO

- 1. Como é concebido o plano de intervenção? Tendo em conta os fatores de perigo identificados, propõem-se um conjunto de ações que visam colmatar as fragilidades identificadas e que promovam o superior interesse da criança.*
- 2. Recorre a parceiros comunitários (serviços sociais e outros) na intervenção? Sim.*
- 3. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual ou quais os serviços que colaboram mais ativamente no plano de intervenção? CAFAP.*

4. Sustenta o plano de intervenção num referencial teórico-metodológico. Se sim, qual e descreva como o percebe. *Sim, o Modelo Ecológico, uma vez que é o modelo que mais se adequa a um diagnóstico que abranja os diversos contextos em que a criança está inserida. O Modelo sistémico é importante para intervir em situações de crise familiar, sendo um elemento chave para solucionar o problema.*
5. Descreva como se processa a intervenção com a família. *Contactos, encaminhamentos, atendimentos e acompanhamentos, com vista à resolução dos problemas e fragilidades identificadas no diagnóstico (apoio psicossocial, formação/ emprego,...) por forma a assegurar o bem-estar físico e psíquico da criança.*
6. Na intervenção quais as técnicas que usa no trabalho que desenvolve com a família? *Técnicas documentais (consultas bibliográficas sobre o tema em análise, em livros, legislação, revistas, relatórios e/ou documentos próprios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco) e não documentais (observação direta e indireta).*
7. Como é estabelecido o plano de intervenção com a família (numa reunião, relação de parceiros, decisão do técnico, outra). *O plano de intervenção com a família é estabelecido aquando da negociação das ações a serem trabalhadas com os elementos intervenientes e posterior subscrição do Acordo de promoção e proteção.*
8. Identifique as principais ações/atividades que o técnico desempenha com estas famílias? *As ações a desenvolver com as famílias visam essencialmente a promoção de competências parentais e a satisfação das necessidades básicas da criança, como por exemplo, contactos e encaminhamentos para serviços da comunidade; apoio psicossocial; solicitar relatórios a entidades parceiras que sejam necessários para a revisão do Acordo; acompanhar e avaliar a concretização das ações estabelecidas.*
9. Refira e explicita no que a intervenção dos técnicos junto das famílias é predominantemente baseada:
 - 9.1. Modelos de proteção à criança. *Modelo ecológico e sistémico.*
 - 9.2. Dispositivos operativos das políticas sociais para a infância. *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP); Lei 103/2009 de 11 de setembro – Apadrinhamento civil; Decreto Lei 12/2008 de 17 de janeiro – Apoios*

Económicos em Meio Natural de Vida; Convenção Internacional dos Direitos das Crianças;

- 9.3. Recursos e meios disponíveis na comunidade para a intervenção
- 9.4. Respostas provenientes das redes sociais em geral. *O trabalho em rede possibilita a articulação entre os diversos intervenientes sociais fomentando um trabalho de cooperação entre si, na procura de respostas que satisfaçam as necessidades das famílias.*
- 9.5. Possibilidades e competências da família. *Partimos do pressuposto que todas as famílias têm competências, pelo que o papel do técnico é facilitar à família a imersão de uma autossolução. Para isso necessita de reconhecer e valorizar as capacidades da família face às possíveis mudanças de forma a aprender e reaprender a melhorar a sua qualidade de vida (Guy Ausloos)*
- 9.6. Expresse a sua opinião crítica face aos modelos de proteção e bem-estar social para a criança em Portugal? *O modelo de proteção de crianças e jovens em perigo, apela à participação ativa da comunidade, levada a cabo pelas CPCJ's ao estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimentos de redes de desenvolvimento social. Porém, torna-se imprescindível reconhecer o saber e o saber-fazer dos profissionais como elemento para a mudança social, pelo que seria fundamental rever o atual modelo e avaliar a importância de se criarem equipas especializadas na área da promoção e proteção capazes de responderem às necessidades das crianças /jovens e famílias.*

IV. Acompanhamento do plano de intervenção na família

AVALIAÇÃO

1. Na metodologia de intervenção, usa alguma matriz de intervenção para medir/identificar as mudanças produzidas na família? Se sim, em que consiste?
As ações definidas no sentido de vincular a família a uma mudança são avaliadas mediante os critérios estabelecidos pela Comissão Nacional, constantes na plataforma informática, e efetuada aquando da revisão da medida aplicada

2. Com base na sua experiência profissional, considera que a medida “*Apoio Junto dos Pais*” tem vindo a promover efeitos positivos/mudanças na vida das famílias? Se sim, quais as principais mudanças verificadas.

Na maioria das famílias que cumprem com o estabelecido nos acordos de promoção e proteção, acabam por se verificar mudanças que se reflitam no desenvolvimento da criança. O contexto escolar é o contexto onde são mais notórias essas alterações.

Avaliação Crítica e Sugestões

1. De acordo com a experiência profissional, que análise crítica faz face aos seguintes aspetos:

- Eficácia da intervenção da Comissão de Proteção na Promoção dos direitos de bem-estar da criança – *os acordos são elaborados essencialmente com base na defesa dos direitos e superior interessa da criança*

- Adequação das metodologias e instrumentos técnicos do Serviço Social no trabalho com a família biológica – *Concorda plenamente com o modelo ecológico e sistémico, uma vez que abrangem as várias dimensões da vida da criança*

- As funções e atribuições do técnico na intervenção com as famílias – *nem sempre o técnico tem recursos adequados para potenciar as mudanças desejadas, quer por ausência de formação especializada quer por ausência de recursos na comunidade.*

2. Que tipo de inovação procura introduzir na sua prática profissional a partir das políticas sociais para a infância e juventude e dos modelos de proteção?

Procurou sempre desenvolver uma intervenção direta com e para as famílias de forma a responder às necessidades das crianças. Procurou também atualizar a minha formação e conhecimentos na área por forma a encontrar respostas alternativas.

Anexo IV – Acordo de Promoção e Proteção

ACORDO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

ENTRE,

Dra. ...

na qualidade de membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santo Tirso, **Gestor do Processo n.º xxxxx (36/2013)**, Técnica de Acompanhamento **Dra. C e _____** na qualidade de progenitores e _____ na qualidade de **menor**, é celebrado o presente acordo de promoção e proteção, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º e 55.º e seguintes da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, subordinado às seguintes cláusulas:

1.º- O presente acordo é estabelecido pelo prazo de **seis meses**, com início em _____ devendo ser revisto em _____.

2.º- A medida aplicada é a seguinte:

Medida: “APOIO JUNTO DOS PAIS ”

Ações:

- Frequência assídua das aulas, com o cumprimento integral do horário;
- Aquisição de métodos e hábitos de trabalho, devendo estar concentrada nas aulas e realizar de forma empenhada todas as atividades propostas pelos professores;
- Realização dos trabalhos propostos às diversas disciplinas;
- Acompanhamento dos pais em todo o percurso escolar da sua educanda, nomeadamente, na supervisão dos trabalhos de casa, bem como do material necessário a levar para as aulas;
- Cumprimento da escolaridade obrigatória;

- Comparência da Encarregada de Educação de forma regular e sempre que solicitada na escola, de forma a tomar conhecimento do percurso escolar da educanda.

3.º- O consentimento e/ou não oposição necessários à intervenção da Comissão foram validamente prestados mediante declaração emitida em _____.

_____, de _____ de 2013

O MEMBRO DA CPCJ/ GESTOR DO PROCESSO,

PARCEIROS ENVOLVIDOS,

Misericórdia _____

Asas _____

Educação _____

Saúde _____

Segurança Social _____

Câmara Municipal _____

GNR _____

OS REPRESENTANTES LEGAIS DO MENOR,

O MENOR (COM MAIS DE 12 ANOS)

Anexo V – Ficha de Sinalização Escola

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA												
Agrupamento						Escola						
Morada						Código Postal			-			
Localidade				Telefone(s)				Fax(s)				
IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO												
Nome												
Data de Nascimento		/		/		Idade			Nacionalidade	Portuguesa		
(aaaa) (mm) (dd)												
Morada						Freguesia	Santo Tirso					
FILIAÇÃO/TUTELA DO ALUNO												
Nome do Pai												
Escolaridade						Profissão						
Morada						Contacto(s)						
Nome da Mãe												
Escolaridade						Profissão						
Morada						Contacto(s)						
Encarregado de Educação												
Escolaridade						Profissão						
Morada						Contacto(s)						
Grau de Parentesco						Estado Civil						
Representante Legal												
Escolaridade						Profissão						
Morada						Contacto(s)						
Grau de Parentesco						Estado Civil						
IRMÃOS												
Nome				Idade				Escola				Nível de Ensino

Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área metropolitana do Porto

SITUAÇÃO ESCOLAR DO ALUNO										
Ano		Turma		Director de Turma					Contacto(s)	
Percorso Escolar:	Abandono	<input type="checkbox"/>	Absentismo	<input type="checkbox"/>	Insucesso Escolar	<input type="checkbox"/>	Abandono Escolar Precoce	<input type="checkbox"/>		
Observações										
Outros										
SITUAÇÃO FACE À ESCOLA										
Não comparece desde de		/		/		Comparece com pouca frequência			<input type="checkbox"/>	
		(aaaa)	(mm)	(dd)						
Número de retenções anteriores (por ano de escolaridade):										
O aluno (ou a família) é beneficiário(a) do Rendimento Social de Inserção?					Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>		
O caso está ser acompanhado por algum Serviço/Instituição?					Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>		
Em caso afirmativo, qual?										
O aluno vive numa instituição?		Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Em caso afirmativo, qual?				

Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área metropolitana do Porto

Outras situações:												
MOTIVOS/FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO/ABSENTISMO												
PESSOAS												
Desinteresse pelas actividades escolares?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Vontade de ir trabalhar/auferir dinheiro?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Dificuldades de aprendizagem/insucesso?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Comportamento perturbador?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Outros												
FAMILIARES												
Reduzidas expectativas em relação ao aluno?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Desvalorização da escola?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Imposição de actividades laborais?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Disfunções familiares?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Outros												
SOCIAIS												
Condições sociofamiliares desfavorecidas?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Problemas de delinquência?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Desemprego na família?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>								
Outros												
SAÚDE												
Problemas de visão?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Problemas de audição?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>			
Outros												
OUTROS MOTIVOS DE SINALIZAÇÃO				Suspeita de:								
Negligência Familiar	<input type="checkbox"/>	Trabalho Infantil	<input type="checkbox"/>	Abuso Sexual	<input type="checkbox"/>	Pornografia Infantil	<input type="checkbox"/>	Mendicidade	<input type="checkbox"/>	Prostituição Infantil	<input type="checkbox"/>	

Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área metropolitana do Porto

Maus-tratos Físicos	<input type="checkbox"/>	Maus-tratos Psicológicos	<input type="checkbox"/>	Consumo de Estupefacientes	<input type="checkbox"/>	Ingestão de Bebidas Alcoólicas	<input type="checkbox"/>				
Outros											
O aluno esteve integrado numa turma de currículo alternativo?				Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>				
O aluno frequentou algum:		Curso de educação/formação (CEF)?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Curso profissional (CP)?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
O aluno beneficiou de outras medidas no âmbito do Regime Educativo Especial?				Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>				
Se sim, quais?											
O aluno teve acompanhamento de serviços de apoio sócioeducativo?				Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>				
Psicólogo	<input type="checkbox"/>	Técnico do Serviço Social	<input type="checkbox"/>	Outro							
DILIGÊNCIAS EFECTUADAS PELA ESCOLA											
Foram efectuados contactos com os pais/encarregados de educação?				Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>				
Data		Objectivo do Contacto				Responsável					
/ /											
(aaaa) (mm) (dd)											
Telefonema Atendido <input type="checkbox"/>		Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/>		Carta Devolvida <input type="checkbox"/>		Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>					
/ /											
(aaaa) (mm) (dd)											
Telefonema Atendido <input type="checkbox"/>		Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/>		Carta Devolvida <input type="checkbox"/>		Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>					
/ /											
(aaaa) (mm) (dd)											
Telefonema Atendido <input type="checkbox"/>		Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/>		Carta Devolvida <input type="checkbox"/>		Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>					

Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área metropolitana do Porto

Observações:									
Data da Informação:		/		/		Cargo que desempenha		Assinatura	
	(aaaa)		(mm)		(dd)				

Anexo VI – Guião de Análise da CPCJ – Informatização de dados

Abrir Processo
Processo Data Abertura:
Sinalização Data Sinalização: Rececionada: Dentro do horário da CPCJ Fora do horário da CPCJ Sinalizada por: Atendimento dos Serviços de Segurança Social Autarquia Autoridade Policial Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Comissão Local de Acompanhamento do RSI DGRS EMAT Estabelecimentos de Ensino Estabelecimentos de Saúde Familiars Instituições d Acolhimentos (Lar/CAT) IPSS Mãe Ministério Público NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco) Pai Pais Projetos Projetos Comunitários Próprio Tribunal Vizinhos e Particulares Sem informação Modalidade Contacto: Correio eletrónico Escrito Presencial Telefónico Fax Outra. Qual? Outra. Qual? _____ Frequência Situação: 1x 1 a 5x Mais de 5 Sem informação Duração Situação: De 1 a 5 dias De 6 a 15 dias De 16 dias a 1 mês Mais de 1 mês Sem informação Situação Sinalizada: AS (Abuso Sexual) AS: (Aliciamento Sexual) AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto AS: Pornografia Infantil

meses)	<p>AS: Prostituição Infantil AS: Violação ou outro acto sexual CAESP (A criança está abandonada ou entregue a si própria) CAESP: Abandono à nascença ou nos primeiros meses de vida (6</p>
seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada)	<p>CAESP: Abandono após os 6 meses de vida CAESP: Ausência permanente de suporte familiar ou outro CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro CAESP: Crianças e Jovens não acompanhados CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o</p>
o bem-estar e desenvolvimento da criança)	<p>CJACABED: Bullying CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas CJACABED: Consumo de Estupefacientes CJACABED: Outros comportamentos ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer</p>
da criança	<p>ECPCBEDC: Consumo de álcool ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes ECPCBEDC: Violência Doméstica ETI (Exploração do Trabalho Infantil) MND (Mendicidade) MND: Prática de mendicidade MND: Utilização da criança na prática da mendicidade MT (Mau trato Físico) MT: Ofensa física MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica MT: Ofensa física por castigo corporal MTPIA (Mau trato psicológico ou indiferença afetiva) MTPIA: Castigos não corporais que afetam o bem-estar a integridade</p>
sociais	<p>MTPIA: Depreciação/Humilhação MTPIA: Discriminação MTPIA: Exercício Abusivo de Autoridade MTPIA: Hostilização e ameaças MTPIA: Instigação e condutas da criança contrario a valores morais e</p>
de estádios de desenvolvimento da criança	<p>MTPIA: Privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios</p>
crianças com idade inferior de 12 anos)	<p>NEG (Negligência) NEG: Ao nível da saúde NEG: Ao nível Educativo NEG: Ao nível psico-afectivo NEG: Face a comportamentos da criança/jovem NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar OUTR (Outras situações de perigo) PFQC (Prática de facto qualificado pela lei penal como crime para</p>
Educação)	<p>SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à</p>
	<p>SPDE: Abandono Escolar SPDE: Absentismo Escolar SPDE: Insucesso Escolar</p>

Situação Atribuída a:	Detentor da Guarda de Facto Família de Acolhimento Instituição Irmão(s) Madrasta Mãe Outros Familiares que Coabitam Outros Familiares que não Coabitam Padrasto Pai Pais Próprio Representante Legal Sem Informação Outra. Qual?
Outra. Qual? Descrição Factos: _____	
Participante Denúncia Anónima: Sim Não Nome Participante: _____ Instituição Participante: _____ Contacto Entidade Participante Inf. Contacto: Com contacto Sem contacto Contacto: _____	
Criança/Jovem Nome: _____ Inf. Data Nascimento: Desconhecida Conhecida Data de Nascimento: Informação idade: Desconhecida Real Aparente Idade: Sexo: Feminino Masculino Morada Informação Morada: Conhecida Desconhecida Artéria: _____ Localidade: _____ Código Postal: _____ Distrito/Ilha: Concelho: Freguesia: Instituição ou adulto com quem vive a criança/jovem Nome: _____ Relação de Parentesco: Avô/Avó Avô/Avó Materno Avô/Avó Paterno Filho/Filha Mãe Padrasto/Madrasta	

Avaliação diagnóstica de crianças e jovens em situação de negligência parental: um estudo de caso numa CPCJ da área metropolitana do Porto

	Padrinho/Madrinha
	Pai
	Pais
	Primo/Prima Materno
	Primo/Prima Paterno
	Sobrinho/Sobrinha Materno
	Sobrinho/Sobrinha Paterno
	Tio/Tia Materno
	Tio/Tia Paterno
	Sem Relação de Parentesco
Inib./lim. Ex. P. Paternal:	Sim
	Não
Contacto:	_____